UNESP – UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

FFC- Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais.

Luana Maria de Andrade

Neoliberalismo e hegemonia burguesa: ação social empresarial através dos Institutos Ethos de Responsabilidade Social Empresarial e Empresas e Gife (Grupos de Institutos, Fundações e Empresas).

Marília

2014

Luana Maria de Andrade

Neoliberalismo e hegemonia burguesa: ação social empresarial através dos institutos Ethos de Responsabilidade Social Empresarial e Empresas e Gife (Grupos de Institutos, Fundações e Empresas).

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciência da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Campus de Marília, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais

Orientador: profº. Dr. Jair Pinheiro

Linha de Pesquisa: Determinações do Mundo do Trabalho: Sociabilidade, Política e Cultura.

Marília

2014

Andrade, Luana Maria de.
A553n Neoliberalismo e hegemonia burguesa: ação social empresarial através dos Institutos Ethos de Responsabilidade Social Empresarial e Empresas e Gife (Grupos de Institutos, Fundações e Empresas) / Luana Maria de Andrade. – Marília, 2014.
191 f. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2014.
Bibliografia: f. 179-191
Orientador: Jair Pinheiro.

1. Neoliberalismo. 2. Responsabilidade social da empresa. 3. Investimento Social Privado. 4. Estado. 5. Hegemonia Burguesa. 6. Questão Social. I. Título.

CDD 320.51

Luana Maria de Andrade

Neoliberalismo e hegemonia burguesa: ação social empresarial através dos institutos Ethos de Responsabilidade Social Empresarial e Empresas e Gife (Grupos de Institutos, Fundações e Empresas).

Comissão Julgadora

Dissertação para a obtenção do título de Mestre

Profº Dr. Jair Pinheiro do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas (orientador)
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
Faculdade de Filosofia e Ciências-Campus Marília

Profº Dr. Marcos T. Del Roio do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas (titular)
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
Faculdade de Filosofia e Ciências-Campus Marília

Profª Drª Joana Aparecida Coutinho (titular)
Universidade Federal do Maranhão

Profº Dr. Angélica Lovatto do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas (suplente 1)
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
Faculdade de Filosofia e Ciências-Campus Marília

Prof. Dr. Eliel Riberio Machado do Departamento de Ciências Sociais (suplente 2)
Universidade Estadual de Londrina

Marília, 6 de Fevereiro 2014

Agradecimentos

Agradeço a dedicação e o apoio do meu irmão Adilson e da minha mãe Edméa em me oferecer todas as condições para a realização da dissertação. Sem vocês esse trabalho não teria sido possível.

Ao José Hélio da Silva (Zezinho) por ter participado de todo o processo da pesquisa, desde conversas até as correções do trabalho. Mais do que isso, você me deu suporte emocional para seguir adiante com a dissertação.

Não saberia agradecer a importância de cada um dos meus amigos e amigas na minha trajetória acadêmica, mas posso dizer que vocês foram e são fundamentais: Renata Alves, Ellen Alixandrino, Simone Conceição, Michele Silva, Laudy Conceição, Marcos Toledo, Esdras Selegrin, Vanda Souto, Paulo Bonfim e Aparecida Amorin.

Ao Jair Pinheiro pela amizade e pela a orientação desde a graduação.

Aos professores que participaram da banca de qualificação e de defesa que fizeram importantes observações no trabalho: Marcos Tadeu Del Roio, Joana Coutinho e Angélica Lovatto.

Aos funcionários da biblioteca Mário de Andrade, especialmente ao Paulo Telão, pelo carinho e acolhimento.

À bibliotecária da PUC-SP Izilda Santos da Silva Patti por me ajudar a normalizar o trabalho.

À CAPES pelo apoio financeiro.

Resumo

Nesta dissertação, buscamos analisar as estratégias, os discursos e as ações do Instituto Gife e Ethos para o campo social. Para tanto, nossa análise incidiu nas razões pelas quais foram criadas duas organizações do porte do Gife e do Ethos no Brasil visando uma atuação social dos empresários distinta das ações vinculadas à filantropia tradicional e ao assistencialismo até então realizadas. Com esse fito, analisamos as condições históricas e os principais agentes que possibilitaram a emergência dessa nova atuação empresarial expressa na ideologia da Responsabilidade Social Empresarial e do Investimento Social Privado. Ou seja, com a abertura política, nos anos 1980, impõe-se aos empresários ou às frações da burguesia a necessidade de redefinir suas estratégias de dominação, que não poderiam mais ter como predomínio o elemento da coerção, exigindo estratégias de cunho mais consensual ao novo quadro político que se instaurara. Com a vigência do neoliberalismo no país, o ativismo social dos empresários passou ganhar destaque e força, uma vez que a política de Estado empreendida para a área social desenvolveu-se, sobretudo na década de 1990, por meio do encolhimento da responsabilidade estatal frente aos problemas sociais, ensejando a intervenção da iniciativa privada nesta área. Nesse cenário, foram criados os institutos considerados nesta pesquisa como os principais articuladores e formuladores da nova atuação social empresarial, que atuando como aparelhos privados de hegemonia, buscam difundir uma nova perspectiva política ancorada nos postulados do neoliberalismo aos principais problemas sociais, políticos e econômicos, imprimindo outros significados ao modo como esses problemas devem ser tratados.

Palavras-chave: neoliberalismo, investimento social privado, responsabilidade social empresarial, questão social, hegemonia burguesa, Estado.

ABSTRACT

In this dissertation , we analyze the strategies , discourses and actions of the Institutes Gife and Ethos to the social sphere . For this purpose, the analysis is focused on reasons why these two organizations of such magnitude, Gife and Ethos has been created in Brazil aiming at a distinct social entrepreneurs role associated to traditional philanthropy and welfare performed up to then. With this goal, have been analyzed both the historical conditions and key actors that made possible the raising of a new business activity expressed in the ideology of CSR and Private Social Investment policies. Thereto, due the 1980s political opening, entrepreneurs or fractions of the capitalists was forced to redefine their strategies of domination. They could not have the coercion as predominant element, requiring strategies to more consensual nature new political arrangements in this political framework. With the implementation of neoliberalism in the country, the social activism of entrepreneurs began gaining prominence and strength, since the state policy for the social area developed, particularly in the 1990s, through the shrinkage of state liability against social problems, allowing for the intervention of the private sector in this area . In this scenario, were created the institutions considered in this research as the main organizers and formulators of the new social entrepreneurial action. These organization acting as private apparatus of hegemony seeking to spread a new political perspective grounded in the tenets of neoliberalism applied to political and economic problems, attributing other meanings to how these problems should be treated.

Palavras-chave: neoliberalism, Private Social Investment, CRS, social issue, capitalista hegemony, State.

Listas de Abreviaturas

AAPSA Associação de Apoio a Política de Segurança Alimentar
ABDD Associação Brasileira de defesa da Democracia
ABONG Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
ABRINQ Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos
ADEC Associacion de Empresas Cristianos
AMCHAM Câmara de Comércio Americana
ANDIS Agência de Noticias dos Direitos da Infância
ANJ Associação Nacional de Jornalistas
ANFAVEA Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores
APM Associação de Pais e Mestres
BID Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BM Banco Mundial
BNDES Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BSR Business for Social Responsability
CDES Conselho de Desenvolvimento Econômico
CECODES Consejo Empresarial Colombiano para o Desarrollo Sostenible
CEDAC Documentação para a Ação Educativa Comunitária
CEDES Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais
CETS Centro de Estudos do Terceiro Setor e Social
CERES Consorcio Ecubriano para a Responsabilidade Social
CIESP Centro das Indústrias do Estado de São Paulo
CIVES Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania
CNF Confederação Nacional das Instituições Financeiras
CNI Confederação Nacional da Indústria
CONATRAE Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo
CUT Central Única dos Trabalhadores
DS Desenvolvimento sustentável
ECA Estatuto da Criança e do Adolescente
ECO Empresa e Comunidade
ESPM Escola Superior de Propaganda e Marketing
EUA Estados Unidos da América
FASFIL Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos
FGV Fundação Getúlio Vargas
FIEMG Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
FHC Fernando Henrique Cardoso
FICS Fundação Familiar e Independente
FIESP Federação das Indústrias de São Paulo
FMI Fundo Monetário Internacional
FNAP Fórum Nacional de Aprendiz Profissional
GA Grupo de Afinidades
GAE Grupo de Afinidades Educação
GIFE Grupo dos Institutos, Fundações e Empresas
GRES Grupo Referencial de Empresas em Sustentabilidade
GRI Global Reporting Initiative
IAVE Internacional Association for Volunteer Effort
IBAD Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IBASE Instituto Brasileiro de Análises Sociais
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBGC Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
ICCO Organização Intereclesiastica de Cooperação para o Desenvolvimento
IEDI Instituto de Estudo Para o Desenvolvimento Industrial
IL Instituto Liberal
IPEA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPES Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
ISSO International Organization for Standardization
ISP Investimento Social Privado
MARE Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado
MLP Modelo Liberal Periférico
MST Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OAB Ordem dos Advogados do Brasil
OCDE Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODM Objetivos do Desenvolvimento do Milênio
OMC Organização Mundial do Comércio
ONG Organizações não-governamentais
ONU Organização das Nações Unidas
OSC Organização da Sociedade Civil
OSCIP Organização da sociedade civil de interesse público
OSFL Organizações Sem Fins Lucrativos
PCB Partido Comunista Brasileiro
PG Pacto Global
PIB Produto Interno Bruto
PLARSE Programa Latino Americano de Responsabilidade Social Empresarial
PMEs Pequenas e médias empresas
PNBE Pensamento Nacional das Bases Empresariais
PNUD Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PSDB Partido da Social Democracia Brasileira
PT Partido dos Trabalhadores
PTB Partido Trabalhista Brasileiro
PVE Programa Voluntariado Empresarial
RES Responsabilidade social empresarial
RSC Responsabilidade social corporativa
RTRS Roundtable on Responsable Soy Association
SEBRAE Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAI Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESC Serviço Social do Comércio
SESI Serviço Social da Indústria
SNN Social Venture Network
TEAR Tecendo Redes Sustentáveis
UB União Brasileira de Empresários
UDR União Democrática Ruralista
UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
WINGS World Wide Iniciatives For Grantmakers Suport

Lista de gráficos:

Gráfico 1 - Total dos associados do Gife.....82
Gráfico 2 - Perfil dos Associados do Gife.....107

Sumário

Introdução 11

Capítulo I - Apontamentos teórico/metodológico para o entendimento do objeto de estudo e a atuação política dos empresários.

1.1 - Estado e Aparelhos Privados de hegemonia.....25
1.2 - O papel dos Intelectuais e os Empresários.....44
1.3 -As condições históricas para a emergência e o desenvolvimento da ideologia da Responsabilidade Social Empresarial e do Investimento Social Privado.....54

Capítulo II - Nova atuação empresarial: GIFE (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas).

2.1-Gênese e características gerais da organização institucional e política do Gife.....80
2.2-Projetos desenvolvidos.....89
2.3-Desdobramentos políticos e sociais das Estratégias do Gife.....110

Capítulo III - Nova atuação empresarial: Ethos – Responsabilidade Social Empresarial.

3.1 -Gênese e características gerais da organização institucional e política do Ethos.....121
3.2 -Projetos desenvolvidos.....136
3.3-Desdobramentos políticos e sociais das Estratégias do Ethos.....161

Conclusão.....172

Referências.....179

Introdução

O ativismo dos empresários expresso na idéia de empresas cidadãs ou socialmente responsáveis não é um fenômeno recente e tampouco se originou no Brasil. Esta postura do empresariado frente aos problemas sociais teve início no final dos 1960 e começo dos anos 1970 nos Estados Unidos e em parte na Europa, especificamente na França e na Inglaterra, fenômeno este que pode ser entendido de acordo com o momento político que atravessava os países em tela.

Nos Estados Unidos[1] a luta pelos direitos civis e a manifestação contra as armas químicas utilizadas em larga escala na Guerra do Vietnã, assim como na Europa, as manifestações do movimento estudantil conhecido como Maio de 1968 foram importantes movimentos políticos que questionaram a atuação das empresas diante dos problemas sociais e ambientais. Nesse sentido, diversas organizações começaram a denunciar o uso de armamentos para exterminar comunidades inteiras e o modo negativo que o meio ambiente era afetado, provocando desgaste político para os governos da época e às empresas que se beneficiaram com a guerra. (TORRES, 2003).

As empresas foram obrigadas a adquirir outra postura adotando práticas chamadas de socialmente responsáveis e elaboram para isso balanços ou relatórios de atividades no intuito de demonstrar as suas ações sociais. Práticas essas adotadas também na Europa, particularmente na Inglaterra e na França, esta última, inclusive, foi a primeira a tornar obrigatório a elaboração do aludido balanço nas empresas em decorrência das pressões de setores organizados daquele período de forte efervescência política e cultural.

Entretanto, a idéia de uma empresa preocupada com o chamado bem comum para além da obtenção do lucro ganhou força em nível internacional com a crise do capitalismo nos países centrais no final dos anos 1970 e, particularmente, nos 1990, com a consolidação do neoliberalismo e da reestruturação produtiva, que significou uma ofensiva do capital contra os trabalhadores, na medida em que agravou suas condições

[1] Foi nos Estados Unidos que a expressão Responsabilidade Social Empresarial ou *Social Responsibilities of the Businessman* surgiu com a publicação do livro de Howard Rowen na primeira metade do século XX, de acordo com Torres (2003).

de vida com o ataque aos direitos de cidadania e desarticulou as suas formas de organização com o desemprego estrutural.

Como parte do ideário neoliberal, o Estado passou a se afastar de suas obrigações sociais e, ao mesmo tempo, foi ensejada a prática da responsabilidade dos empresários para atuar na área social de modo que pudesse obter a estabilidade política por meio do controle das tensões sociais provocadas pela crise econômica e pela política neoliberal.

No Brasil a atuação dos empresários assume contornos específicos e, concomitantemente, similares aos países onde tal postura foi engendrada. Nos anos 1980, frente ao quadro político, econômico e social que se delineava e à complexificação na sociedade civil com a organização das classes subalternas, os empresários buscaram expandir a sua atuação para além dos seus interesses específicos ao intervir em questões que envolvessem a sociedade de maneira mais ampla, impulsionando, dessa maneira, a reorientar-se politicamente.

Nesse momento emerge um conjunto de organizações das classes subalternas como o Partido dos Trabalhadores, criado em 1980, a Central Única dos Trabalhadores, em 1983, e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, em 1984, que se colocaram como os principais interlocutores para debater os problemas sociais diante do Estado e do empresariado.

A organização das classes populares e as lutas travadas por elas refletem na forma de organização dos empresários. Estes redefinem seu modo de articular-se politicamente com a renovação das antigas associações e sindicatos e, sobretudo, com a criação de novas organizações, uma vez que os mecanismos de participação política de outrora se tornaram insuficientes ao novo contexto que emergia com a abertura política depois de mais de duas décadas de ditadura empresarial- militar.

Assim, no decorrer dos anos 1980 e 1990 surgiram novas organizações empresariais, muito embora estas não fossem homogêneas, possuíam características comuns, uma vez que voltaram sua atenção aos temas que ultrapassem seus interesses estreitos e corporativos, questionando as antigas entidades corporativas tradicionais e redefinindo as suas estratégias de dominação e, em razão disso, a sua atuação desenvolveu-se em outras esferas da vida social não mais restritas às articulações por dentro do Estado como as antigas entidades empresariais.

A nova atuação empresarial foi expressa tanto pelo IEDI (Instituto de Estudo para o Desenvolvimento Industrial), quanto pelo PNBE (Pensamento Nacional de Bases Empresariais) e pelos Institutos Liberais, de um lado, e, de outro, foram expressas também pelo surgimento das primeiras iniciativas, que preconizaram um novo tipo de intervenção empresarial de caráter mais sistemático e abrangente no campo social, constituindo-se como pontas-de-lança para a renovação das práticas sociais dos empresários, que se traduziu de uma maneira mais sólida e desenvolvida, posteriormente, no assim chamado Investimento Social Privado e na Responsabilidade Social Empresarial. Iniciativas que podem ser interpretadas como tentativas de diferenciar-se das práticas de filantropia tradicional, entendidas por seus formuladores, como ações fragmentárias, esporádicas e imprecisas.

O Estado foi outro agente que contribuiu decisivamente para a expansão e fortalecimento da ação social dos empresários, com o advento do neoliberalismo no país, ao se desresponsabilizar em parte do enfrentamento dos problemas sociais.

Tendo em vista isso, durante os anos 1990 houve crescimento significativo da ação empresarial na "questão social" no contexto político e econômico neoliberal no qual o Brasil se inseria e apresentou como fato mais marcante a reforma do aparelho estatal e a ressignificação do conceito de sociedade civil.

Nesse contexto, com a denominada Reforma do Estado por intermédio do Programa Comunidade Solidária produziu-se inúmeras alterações de caráter jurídico na relação entre a esfera estatal e as organizações civis, fato esse que permitiu e motivou a intervenção da iniciativa privada na área social.

No final dos anos 1980, a noção de terceiro setor começou a ser difundida e ganhou força no Brasil, nos anos 1990, como expressão do fenômeno político-social de expansão das organizações sociais da chamada sociedade civil organizada, que, inclusive, foi institucionalizada através da lei número 9790/99 de modo que passou a ser uma das principais políticas desenvolvidas pelo então Programa Comunidade Solidária.

Apesar de ser comum a referência à noção do denominado terceiro setor, este conceito traz um conjunto de problemas e o principal deles reside em um tipo de leitura de viés liberal, que leva à fragmentação da realidade em três setores: primeiro, o Estado, segundo, o mercado e terceiro, a sociedade civil.

As implicações de tal elaboração consistem em transformar a sociedade civil em uma esfera harmoniosa e homogênea, onde todos podem envidar esforços na luta pelo

bem comum, já que ela seria o *lócus* da cidadania, independente do Estado e do mercado. Essa esfera vista assim, se caracterizaria como um espaço por excelência da democracia, da participação social e política, portanto, destituída de lutas e antagonismos de classe, um lugar praticamente idílico.

Em nossa visão, amparada nas formulações de Antonio Gramsci – contrariamente às teorizações do terceiro setor – a sociedade civil será entendida nesta pesquisa em um espaço onde se expressam os antagonismos e as disputas de projetos, visões de mundo a partir da classe de onde se origina aquilo que o autor chamou de aparelhos privados de hegemonia.

De acordo com essa leitura, a sociedade civil é condicionada em "última instância" pela base material e está muito longe das concepções que a entende como momento autônomo e separado do Estado, muito ao contrário, de acordo com Gramsci, ela é um dos momentos constitutivos do Estado, é Estado. Assim, este se articula entre sociedade política e sociedade civil, ou, hegemonia couraçada de coerção.

De modo geral, podemos dizer que as experiências anteriores à primeira metade do século XX, no que se refere à atuação dos empresários, contribuíram pelo menos em dois sentidos à emergência para aquilo que estamos chamando de uma *nova abordagem política empresarial.*

O primeiro corresponde à superação da consciência-corporativa, ou seja, os empresários passaram a formular propostas para além de seus interesses imediatos ao incorporar em sua agenda política temas relacionados à democracia, ao desenvolvimento social e econômico, colocando-se como os principais agentes neste processo como foi o caso do PNBE. Ou ainda, como os Institutos Liberais, que disputaram a direção política ao tentar pautar, por meio da difusão do ideário neoliberal, a agenda pública do país.

O segundo corresponde às primeiras iniciativas, ainda que dispersas, de intervenção empresarial de modo mais orgânico no campo do social como foram os casos da Fundação Abrinq e da Câmara de Comércio por meio do Prêmio Eco.

Entretanto, é a partir da fundação do Gife e, posteriormente do Ethos, que a ação social dos empresários ganha consistência e profundidade ao sistematizar e institucionalizar as suas ações e ao ampliar sobremaneira o raio de suas intervenções, lançando mão de um conjunto de diretrizes que pudessem orientar os empreendimentos dos empresários no campo social.

Em vista disso, a escolha dos Institutos Ethos e Gife foi devido à novidade que os dois carregam ao tentar pautar sob outras condições e contexto os problemas sociais, culturais e ambientais no interior da classe burguesa, sendo os principais articuladores e formuladores dessa nova atuação no campo social. Tanto um quanto o outro, por meio de caminhos diferentes e, com maior ou menor abrangência ou intensidade, buscam assentar sua hegemonia colocando as empresas como as principais portadoras da transformação social para o enfrentamento das desigualdades sociais, sem, é claro, expor que são elas próprias as produtoras destas desigualdades.

O Gife, fundado em 1995, foi pioneiro nessa nova abordagem político-empresarial, porque buscou sistematizar as ações dos empresários introduzindo um novo léxico chamado de Investimento Social Privado para expressar o modo como deveriam dirigir suas ações na área social.

Por outras palavras, o Gife surge com a finalidade de organizar e superar as ações desenvolvidas pelos empresários, marcadas pela filantropia assistencialista por meio daquilo que denomina de Investimento Social Privado. Este, segundo o Gife, deve ser pautado pelo planejamento e monitoramento das ações sociais dos empresários para ser caracterizado enquanto tal. No intuito de qualificar as ações sociais da burguesia e convencer as diferentes classes e frações de classe segundo os próprios princípios, o Gife desenvolve várias estratégias como cursos, workshops, publicação de livros, guias, manuais, encontros, consultoria, congressos, debates, palestras, dentre outros.

Já o Instituto Ethos de Responsabilidade Social e Empresas amplia o escopo de suas ações com a idéia de Responsabilidade Social Empresarial ao incorporar os fornecedores, governos, prestadores de serviços, acionistas, consumidores, meio ambiente e as comunidades, diferentemente do Gife, que visa atuar fundamentalmente no âmbito das chamadas comunidades.

O Ethos foi fundado, em 1998, por um conjunto de empresários e seu principal propósito consiste em disseminar o conceito entre as empresas acerca da Responsabilidade Social Empresarial (RSE) para ser incorporado em suas práticas de gestão. Abrange empresas de diferentes setores e portes, sendo que, 1.463 das associadas são responsáveis por 35% do PIB, e possui dois milhões de empregados espalhados pelo território nacional.

Com a finalidade de pôr em prática as suas ações, o Instituto também promove cursos, workshops, palestras, debates, seminários, publicações de livros, manuais, guias,

balanços sociais. Este conjunto de ações não se limita aos dois institutos de estudo desta pesquisa, mas envolvem também outras organizações como a Fundação de Desenvolvimento Empresarial e Social (FIDES), Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas do Brasil (ADCE), Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS). Contudo, o Gife e o Ethos ocupam posições hegemônicas na nova abordagem política dos empresários no campo social.

Portanto, a nova atuação dos empresários, denominada Responsabilidade Empresarial Social e Investimento Social Privado, se materializou particularmente por meio das empresas que, a partir de então, são adjetivadas de cidadãs. As empresas passaram, diferentemente do que ocorria anteriormente quando se restringia à formação e à reprodução da força de trabalho, a ampliar sua atuação ao incorporar outros segmentos como os acionistas, os fornecedores, os consumidores e as comunidades, além de sistematizar as ações empresariais com o propósito de distinguir-se da filantropia social. Com isso, inaugurou-se uma nova atuação do empresariado brasileiro, sobretudo, no enfrentamento dos problemas sociais.

Ambos os institutos selecionados, guardadas as devidas diferenças, visam estimular, mobilizar, formular idéias e estratégias para a atuação social das empresas. Assim, no decorrer deste trabalho procuraremos mostrar que essas duas organizações funcionam como aparelhos privados de hegemonia e que têm como finalidade a obtenção do consenso em torno da nova forma de lidar com a "questão social" sob a ótica empresarial ancorados nos postulados do neoliberalismo e a defesa da perenidade da burguesia, consequentemente, da ordem do capital.

Para tanto, atuam na organização, elaboração e difusão no meio empresarial e na sociedade como um todo por meio de idéias-força como solidariedade, parcerias público-privadas, voluntariado, terceiro setor, responsabilidade social empresarial, investimento social privado e desenvolvimento sustentável.

Esses organismos têm buscado uma nova forma de atuação dos empresários, isto é, procuram dar homogeneidade às suas ações de maneira a tornarem-se as principais referências para a resolução dos problemas sociais que permeiam o país. Em outros termos, ao pretenderem conferir homogeneidade às suas ações no âmbito da "questão social", estão estabelecendo uma nova hegemonia no sentido de alçarem à condição de dirigentes da vida nacional.

O estabelecimento desta nova hegemonia se desenvolve destacando a função e a responsabilidade das empresas frente aos problemas sociais. Estas estratégias – para utilizar a categoria gramsciana de hegemonia civil – funcionam como processo educativo da própria classe aos novos desafios, que podem colocar em risco a sua própria reprodução social. Estratégias que viabilizam, sob novas condições, a acumulação do capital.

O exame do processo educativo passa pela análise de determinadas terminologias ricas em seus significados, que ganham cada vez mais força na contemporaneidade, tais como: colaboração social, responsabilidade social empresarial, voluntariado, solidariedade, consciência ecológica, transformação social, todos pela educação, investimento social privado, terceiro setor, cidadania participativa, desenvolvimento sustentável, dentre outros, que Monal[2] (2012) chamou, mas pensando nas estratégias do imperialismo na atualidade, de uma construção da cultura do consenso.

A nova abordagem política empresarial é uma estratégia de produção do consenso neoliberal que visa a imprimir por intermédio das empresas e demais organizações a sua visão de mundo no que concerne aos principais problemas que atravessam o país, como por exemplo, a questão ambiental, educacional, a desigualdade social, dentre outros. Asserção que pode ser corroborada pelas palavras de Gramsci quando este aponta que "quanto maior é a massa de apolíticos tanto maior deve ser a contribuição das forças legais. Quanto maiores são as forças politicamente organizadas e educadas, tanto mais é preciso resguardar o estado legal." (2000, p. 265).

Portanto, sem prescindir da coerção, as novas estratégias de dominação burguesa passam cada vez mais pelo âmbito do consenso. Isto é, pelo convencimento a adesão ao projeto societal burguês, ocorrência que se efetiva em virtude da politização na sociedade civil na qual os processos pela disputa de hegemonia se intensificam.

Isso porque, como assinalamos, a partir do final dos anos 1970 e início dos 1980 ocorre, no Brasil, a organização crescente, em escala nacional, das classes subalternas em sindicatos, partidos e movimentos, tal fato estimula a burguesia a se organizar para responder à organização dos trabalhadores, ou seja, as classes dominantes começam

[2] Essa reflexão foi proporcionada por uma disciplina oferecida pelo programa de pós-graduação da UNESP de Marília. A disciplina foi ministrada pela professora Isabel Monal, também pelos professores Jair Pinheiro e Paulo Cunha em 2012.

também a se organizar – com vistas a perpetuar as relações sociais vigentes – de outra maneira e sua atuação passa a se desenvolver em múltiplos âmbitos da vida social na disputa política ideológica.

A coerção, portanto, não é suficiente, é preciso mais do que isso, ou seja, é necessário conformar os indivíduos – técnica e eticamente – com o propósito de atender aos interesses mais fundamentais específicos da burguesia.

Ideário que pode ser observado em um conjunto de ações desenvolvidas pelo Estado e pelos aparelhos privados de hegemonia burguês nos discursos que integram o manual do Voluntariado do Instituto Ethos, como também no programa Comunidade Solidária criado no governo FHC e no programa Fome Zero criado no governo Lula.

Aliás, o manual do Voluntariado é fruto da parceria com o então programa Comunidade Solidária. Em outras palavras, os discursos presentes tanto no Ethos e no Gife quanto nos citados programas sociais do governo FHC e Lula contêm a mesma lógica ou princípio, segundo o qual o trato com a "questão social" deverá ser pautado na idéia de solidariedade, ajuda – mútua, voluntariado, colaboração, etc. Além do mais, como se verá no segundo capítulo, o Gife tem participado de maneira destacada na formulação de programas e políticas públicas de acordo com lógica acima referida.

O aludido manual, importante elaboração do Instituto Ethos, preconiza a participação de todos para a resolução dos problemas sociais, e coloca as empresas como as principais referências neste processo, buscando com isso, mascarar os conflitos e antagonismos de classe, bem como instaurar a paz e a harmonia social. E, sobretudo, ocultar a origem das mazelas sociais.

Sendo assim, ao atuarem no enfretamento das seqüelas da "questão social", as empresas ou fundações/institutos e organizações que se vinculam a essa nova abordagem político-empresarial intensificam a condição de subalternidade dos trabalhadores ou daqueles que são o público-alvo destas empresas e organizações. Isto é, fragmentam ainda mais as classes subalternas, já que são pela sua própria condição social necessariamente, como afirma Gramsci (2002), "desagregadas e episódicas".

Em termos mais claros, significa que a ação social realizada pelas empresas ou fundações e organizações sociais têm como efeito a desarticulação das classes subalternas, à medida que as impedem por meio da adesão passiva ou ativa ao projeto societal em conformidade com as novas determinações do capitalismo contemporâneo, a elevação de sua consciência de classe, ou nos termos gramscianos, ao momento ético-

político, limitando-as, quando muito, ao nível de consciência econômico-corporativa, já que os trabalhadores envolvidos[3] devem incorporar os valores e missões da empresa, criando um ambiente em que todos – eles e os empresários – estejam engajados na luta pelo bem comum e os problemas sociais passam a ser concebidos sob a ótica fragmentada e fragmentadora.

Como assinalou Simionatto (2003), a fragmentação destrói as possibilidades do estabelecimento de uma vontade coletiva, assim, a nova hegemonia reduz, fragmenta tanto no nível econômico quanto no nível político-cultural ao obstaculizar severamente o questionamento das relações sociais vigentes em uma perspectiva da totalidade. Portanto, as novas estratégias de dominação buscam difundir a concepção de mundo burguês como universal, na medida em que as empresas passam a ser vistas como a principal referência na resolução dos problemas sociais.

Não é à toa que agora são adjetivadas de cidadãs, já que estão, segundo o lema do Ethos, preocupadas em atuar sob a perspectiva da cidadania e da participação social transformadora. O mais importante a frisar com o exemplo do programa do voluntariado empresarial são as estratégias de cunho consensual. Mas, é bom lembrar que o consenso sempre está amparado pela coerção prévia.

Considerando algumas pontuações sobre o objeto de estudo desta pesquisa, o propósito é pensá-lo, no decorrer desta investigação, a partir das ideias de Antonio Gramsci, uma vez que as formulações teóricas deste autor permitem analisar a dinâmica das lutas das classes fundamentais consoante às mudanças operadas em cada momento histórico, isto é, as categorias gramscianas iluminam e enriquecem a análise das diversas formas que as lutas políticas, econômicas e culturais podem adquirir com a complexificação do capitalismo.

Desse modo, Gramsci, segundo Fontes (2010), buscou perscrutar como se constroem e se generalizam as vontades coletivas por meio do processo de luta social, ou melhor, como se realiza a luta hegemônica.

Neste caso, analisa-se como a burguesia brasileira constrói e reconstrói a sua hegemonia mediante a elaboração da ideologia de empresa cidadã, que ganhou sentido e

[3] O envolvimento dos trabalhadores ocorre, sobretudo, nos programas do voluntariado empresarial. Nele, são chamados para atuar nos problemas sociais de acordo com os preceitos da empresa. Por uma via diferente, mas com mesma finalidade tal qual no modelo toyotista, o programa busca o envolvimento ideológico e político dos trabalhadores.

força a partir dos anos 1990. Por meio dessa ideologia, tem-se posto e reposto novos parâmetros de relações de classe, gerando novos conformismos frente às transformações política, econômica, social e cultural do final do século XX e início do XXI.

Em nossa pesquisa, portanto, buscamos analisar quais foram e quais são as bases de atuação dessas duas organizações que despontaram na metade dos anos 1990. Ou seja, quais são as suas visões de mundo, de que maneira compreendem os problemas e quais são as soluções propostas para eles, em poucas palavras, por que e como se organizam para formular diretrizes para o campo social, ou ainda, por que surgiram essas organizações com tais características em meados do anos1990?

As principais hipóteses que nortearam nossa pesquisa foram:

a) o contexto político, econômico e social dos anos 1980 e 1990 e, particularmente, do processo de complexificação na sociedade civil com a articulação das classes subalternas por meio de inúmeras e diferentes organizações que surgiram em nível nacional para representá-las, impulsionou frações da classe burguesa a rearticular-se politicamente de outra forma e em outros espaços, não se limitando apenas à órbita do Estado;

b) nos anos 1990, com a implementação do neoliberalismo no país, ocorre o processo de desresponsabilização do Estado em parte dos problemas sociais, frente a isso é estimulado à intervenção da iniciativa privada nas questões sociais, criando as condições para a ação social dos empresários.

c) a última hipótese, para além da política neoliberal, a principal finalidade destas organizações é tornar as empresas e, portanto, a classe burguesa imprescindíveis ao desenvolvimento econômico e social do país, transformando-as nos principais agentes ou pelo menos um importante agente das mudanças sociais sob a égide da Responsabilidade Social Empresarial e do Investimento Social Privado.

No intuito de desenvolver as hipóteses acima expostas, no primeiro capítulo nos reportamos ao corpo teórico de Antonio Gramsci para entender a atuação dessas organizações empresariais de cunho social.

Nele, discutimos algumas categorias do autor sardo que foram essenciais para entender nosso objeto de estudo à medida que nos ajudou a jogar luzes sobre a função e o sentido das ações dos empresários e, ao mesmo tempo, entender qual a concepção de Estado do autor de maneira que pudéssemos apreender como os empresários se

organizam para ampliar as formas de dominação através dos aparelhos privados de hegemonia.

Portanto, entender como as lutas de classes podem vir a assumir em cada formação e contexto social por intermédio das categorias gramscianas como hegemonia, sociedade civil e Estado, oriente/ocidente, guerra de posição e movimento.

Nesse sentido, os Institutos Ethos e Gife são entendidos nesta pesquisa como aparelhos privados de hegemonia, que buscam formar os empresários para dar direção moral e política às classes subalternas superando ações circunscritas aos limites do econômico-corporativo "determinando além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unicidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano universal, criando, assim, a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados". (GRAMSCI, 2000, p.41).

Os institutos Ethos e Gife, nesse sentido, visam difundir suas concepções de mundo no interior da classe da qual fazem parte e demais classes e frações de classe para modelar formas de participação política e resolução dos problemas sociais, culturais e ambientais.

Gramsci nos possibilitou entender, ainda, a função social dos intelectuais. Assim, o autor sardo afirma que todos os empresários são intelectuais, uma vez que possuem uma elaboração superior ao ter certa capacidade dirigente e técnica, que não estão circunscritas apenas às suas atividades. Muito embora apenas um grupo deles se constitua como vanguarda avançada com a capacidade de organizar a sociedade como um todo, até o organismo estatal, de tal modo a criar as condições necessárias e mais favoráveis à expansão de sua própria classe e transformar a sua concepção de mundo em universal, senso comum, para o conjunto da sociedade. Assim, de acordo com Gramsci:

> Deve-se observar que o fato de que o empresário representa uma elaboração social superior, já caracterizada por uma certa capacidade dirigente e técnica (isto é, intelectual): ele deve possuir uma certa capacidade técnica, não somente na esfera restrita de sua atividade e de sua iniciativa, mas também em outras esferas, pelos menos nas mais próximas da produção econômica (deve ser um organizador de massa de homens, deve ser um organizador da confiança dos que investem em sua empresa, dos compradores de sua mercadoria, etc) Se não todos os empresários, pelo menos uma elite deles deve possuir a capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo seu complexo de organismo de serviços, até o organismo estatal, tendo em vista a

> necessidade de criar as condições mais favoráveis à sua expansão da própria classe, ou pelo menos, deve possuir a capacidade de escolher os prepostos (empregados especializados) a quem confiar esta atividade organizativa das relações gerais exteriores à empresa.(2004, p. 15-16).

Nesse sentido, os empresários, os intelectuais orgânicos (condensados), atuam formando a consciência dos demais empresários no que diz respeito ao seu papel enquanto classe.

Ainda no mesmo capítulo, analisamos as condições políticas e sociais que possibilitaram o surgimento, entre o final dos anos 1980 e no início dos anos 1990, das primeiras iniciativas dos empresários para dar maior organicidade às suas ações, assim como, a emergência de uma nova abordagem política empresarial expressa na Responsabilidade Social Empresarial e no Investimento Social Privado no último quartel do século XX e o seu desenvolvimento no decorrer dos anos 2000.

No capítulo segundo, abordamos o Gife (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas). Nele, buscamos expor a sua origem, sua estrutura administrativa e seus objetivos e missões. Posteriormente, por se tratar de um aparelho privado de hegemonia cuja finalidade consiste em formular e disseminar diretrizes para o campo social, este trabalho tomou o cuidado metodológico de agrupar o que se julga as três principais ações do Gife: política de fortalecimento/expansão, política de formulação/difusão e política de articulação com o Estado. Antes, entretanto, de analisar a última política de articulação com o Estado do Gife, discutimos, brevemente, o significado do chamado terceiro setor

No último item do mesmo capítulo, buscamos apreender qual a abrangência, as limitações do Gife quanto às suas ações e seus desdobramentos políticos e sociais. Considerando todos esses elementos, pretendemos expor de que maneira o Gife se articula para formular e difundir a sua concepção no que se refere às questões sociais.

Na nossa análise constatamos que a principal política do Gife se constitui em formular e difundir a noção de terceiro setor, aliás, foi por meio dele que este termo passou a ser difundido com mais veemência no Brasil. A referida política ganha consistência em articulação com o Estado não apenas no que concerne à regulação e ao disciplinamento do chamado terceiro setor, como também na participação da elaboração das políticas públicas na área educacional e cultural, sobretudo. Em decorrência de suas

ações, ao longo dos anos o Gife foi ampliando o número de filiados, no ano de sua fundação contava com 25 e atualmente conta com 134 associados.

Apesar de ter ampliado a base associativa, o aumento restringiu-se às empresas e às fundações/institutos de origem empresarial, não ampliando de maneira significativa, portanto, as fundações e institutos de origem familiar e independente, o que contribuiu para impulsionar o Gife a redefinir as suas estratégias políticas, em 2009, lançando um documento denominado Visão Investimento Social Privado 2020. Publicação que, em linhas gerais, estabeleceu três eixos de atuação para a próxima década. Os três eixos versam sobre o fortalecimento da relevância e legitimidade social do Gife, a ampliação da base associativa e de temas de modo que possa alargar a sua influência na sociedade por intermédio das organizações sociais.

No terceiro capítulo abordamos o Instituto Ethos. Tal como no Gife, buscamos, nele, expor a sua origem, sua estrutura administrativa e seus objetivos e missões. Em seguida, no segundo item, com o propósito de entender o significado em seus múltiplos aspectos da Responsabilidade Social Empresarial e as principais estratégias do Ethos em difundi-la, agrupamos, também, em três principais ações do Instituto Ethos: política de fortalecimento/expansão, política de formulação/difusão e política de articulação com o Estado.

No último item, buscamos dimensionar a partir de pesquisas realizadas pelo IPEA, importante órgão governamental, vinculado à Presidência da República que tem acompanhado as ações sociais dos empresários, os desdobramentos das ações do Ethos. Percebemos que com a criação desse aparelho privado de hegemonia, o Instituto Ethos, aprofundou o raio de intervenção dos empresários a partir da ideologia da Responsabilidade Social Empresarial.

Por esta razão, o Instituto se tornou uma organização mais sofisticada e complexa em comparação ao Gife, portanto, com maior capacidade de se articular com o Estado, aglutinar em torno de si outras forças sociais e de ser hegemônica no interior da burguesia. É possível, dentre outros fatores, observar a hegemonia desta organização por meio da relação que foi estabelecida com o Gife. A principal característica do deste, que gira em torno da difusão da idéia Investimento Social Privado, foi inserida à ideologia da Responsabilidade Social Empresarial tornando-se aquela mais consistente depois de articulada com esta. Portanto, com o surgimento do Ethos, o Gife sofre algumas alterações importantes em suas formulações e nas suas estratégias.

Quanto à metodologia do trabalho, resolvemos, para facilitar a leitura, denominar toda vez que nos remetermos às duas organizações em conjunto de uma *nova abordagem política empresarial*, ou, quando isso não ocorrer, nos referiremos a elas de modo que possa identificar quando se trata de uma ou outra, isso porque, muito embora tenham o mesmo propósito de colocar as empresas como imprescindíveis para o desenvolvimento econômico e social do país, elas guardam especificidades quanto ao modo de elaborar e difundir as suas estratégias, discursos, valores e suas concepções de mundo, razão pela qual decidimos abordá-las em capítulos diferentes. Vale dizer, também, que o item três de ambos os capítulos poderiam ser transformados em um único item, porém, resolvemos deixá-lo tal como está para tornar a exposição didática e, quando fosse necessário, apontar as diferenças no que se refere aos desdobramentos das ações dos Institutos Gife e Ethos.

Em vista disso, em diversos momentos os dois organismos juntos elaboraram e publicaram as diferenças entre um conceito e outro. Exatamente por essa razão que o investimento social privado e a responsabilidade social empresarial não podem ser confundidos ou serem tratados como se fossem as mesmas coisas, pois se correria o risco de não conseguir apreender as estratégias tanto do Gife quanto do Ethos.

Para a realização da pesquisa, foram analisados os materiais produzidos pelos organismos Ethos e Gife buscando com isso desvelar as práticas, discursos e estratégias empresariais nas questões sociais desde a fundação dos institutos até os dias atuais. Paralelamente, buscamos outras fontes que versassem acerca do tema abordado de maneira que pudessem nos ajudar a ampliar e enriquecer a nossa interpretação.

Nos materiais produzidos pelos Institutos a nossa análise centrou-se no entendimento do modo como se organizam, quais os objetivos e missões traçados, o contexto de sua fundação, as articulações que buscam realizar tanto em nível nacional quanto em nível internacional com diferentes agentes da sociedade e, sobretudo com o Estado.

Capítulo I - Apontamentos teórico/metodológico para o entendimento do objeto de estudo e a atuação política dos empresários.

No primeiro e segundo item deste capítulo pretendemos discutir a perspectiva teórica na qual fundamentamos a nossa análise. Esta se pautou fundamentalmente no corpo teórico de Antonio Gramsci para apreender a função político e social dos institutos Ethos e Gife. Nesse sentido, abordamos a concepção de Estado, os aparelhos privados de hegemonia, o papel dos intelectuais e sua relação com os empresários. No último item, analisamos a atuação política dos empresários e de que maneira se desenvolveu em alguns períodos da história a sua intervenção nas questões sociais para trazer à tona o significado das novas organizações, que surgiram no final do século XX e início do XXI.

1.1- Estado e Aparelhos Privados de Hegemonia.

Uma das principais preocupações de Gramsci em sua obra – que floresce nos escritos de juventude, mas que ganha corpo com o emblemático texto *Alguns temas sobre a Questão meridional* e posteriormente nos *Cadernos do Cárcere* em especial – diz respeito à função exercida pelos intelectuais na sociedade moderna. É por meio da destes que Gramsci discutiu as transformações do Estado, ou seja, as novas dimensões assumidas por este no final do século XIX. Com isso, trouxe para o epicentro das suas reflexões outra dimensão, que fundamenta o Estado e se articula com a questão dos intelectuais, que são os processos de constituição da hegemonia.

Gramsci, ao trazer à tona o debate sobre a hegemonia, pretendeu entender como as lutas político são travadas em cada formação social. Segundo Liguori (2006), ao estudar os intelectuais, Gramsci chega ao Estado, entendido como instrumento que assegure as condições de produção, mas também como uma superestrutura política e ideológica mais complexa para a reprodução das relações de capitalistas, que são os aparelhos privados de hegemonia.

Dito de outro modo, a análise passa pelas características assumidas pelo Estado e pela sociedade civil em cada contexto social de um determinado país para apreender a disputa pela hegemonia, que tem como função político-social importante a figura dos intelectuais.

Dessa maneira, com o propósito de analisar as mudanças ocorridas já no final do século XIX e início do XX, Gramsci (2000) retoma criticamente a categoria revolução permanente.

Segundo o autor, a fórmula revolução permanente surgiu antes de 1848 - formulação esta criada por Marx e Engels a partir das experiências jacobinas da Revolução Francesa – e circunscreve-se a um dado período histórico em que o Estado estava pouco desenvolvido e havia maior autonomia da sociedade civil em relação à atividade estatal. Ao passo que, depois de 1870, todos esses elementos são transformados, as relações de organização internas e internacionais do Estado tornam-se mais complexas e robustas; e a referida fórmula, da revolução permanente, portanto, é superada pela nova configuração das relações políticas e sociais, sendo substituída na ciência política pela fórmula hegemonia civil.

Segundo Dias (1996), no pós 1870, momento da fase imperialista, foi criado um campo novo, pelo menos nos países centrais do capitalismo: "o de uma hegemonia realizada". Ou seja, mudou:

> [...] fundamentalmente o caráter da luta política. O Estado não aparece como algo simples a conquistar. Tornou-se algo complexo e se enraizou-se na sociedade [...] Com sua imensa burocracia, ele é capaz de vigiar e punir, mas também de organizar e representar. Com isso, Gramsci assinalava, *para os países onde a institucionalidade estava avançada, a passagem ao momento da guerra de posições, vale dizer, onde a institucionalidade estava densamente enraizada na população*, capturando sua emoção e sua razão, enquadrando-a no todo da ordem capitalista. (DIAS, 1996, p30) (Grifo nosso).

Nesta discussão, portanto, o autor sardo apontou para o fato de que o êxito de uma possível revolução socialista deveria estar pautado nas novas estratégias de lutas em razão das mudanças do Estado e na sociedade civil, isto é, na nova configuração das sociedades modernas capitalistas.

Ao comparar esses dois momentos históricos, Gramsci (2000) chamou a atenção para as mudanças que estavam sendo engendradas nas formas de dominação e, que isso exige, conseqüentemente, estratégias de lutas diferentes das classes subalternas, não apenas a guerra de movimento, típica de uma forma de organização gelatinosa como foi a formação social Russa, cuja vitória ocorreu em virtude da guerra de manobra, mas também a guerra de posição consoante com uma robusta estrutura na sociedade civil.

A hegemonia para Gramsci é um elemento fundamental, uma vez que a discussão para este autor consiste em demonstrar por meio do papel assumido pelo Estado e pela sociedade civil as particularidades de uma formação social, que, por sua vez, apontam as condições de disputa hegemônica pelas classes ou frações de classes em um dado momento histórico. Assim, no intuito de apreender as condições sobre as quais a ação das classes subalternas será travada, Gramsci introduziu o par conceitual Oriente/Ocidente:

> No oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação e, ao oscilar o Estado, podia-se imediatamente reconhecer uma robusta estrutura da sociedade civil. Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas. (2000, p. 262)

Isso significa dizer que já a partir de 1870 devem-se considerar as novas formas de hegemonia construídas mediante uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas, quer dizer, com a construção de organizações privadas de hegemonia, portanto, assiste-se a expansão e o desenvolvimento na sociedade civil.

É sempre bom destacar, segundo Coutinho (1981, p. 104), que "a ocidentalidade[4] de uma formação social não é, para Gramsci, um fato puramente geográfico, mas, sobretudo um fato histórico". Assim, ainda segundo o mesmo autor (1981), Gramsci não se limitou a apontar a presença sincrônica das formações sociais do tipo Oriental, como também apontou os processos históricos diacrônicos, que levam uma dada formação social a se ocidentalizar. Outra advertência importante feito por Del

---

[4] Numa perspectiva um pouco diferente Edmundo Dias afirma que "É pela ocidentalidade que se perpetua a orientalidade. A orientalidade é, contudo, a parteira da ocidentalidade, da modernidade. A modernização que se revela na sua plenitude: atualização do projeto capitalista. Projeto este que, pelo menos no Brasil, o tipo de ocidentalidade vigente necessita permanentemente da orientalidade. "Modernidade" (ocidentalidade) e "atraso" (orientalidade) são, pois, absolutamente inseparáveis e necessárias um ao outro. (1996,p. 119).

É importante, também, enfatizar, segundo Bianchi (2008, p. 213), que "Os conceitos de Oriente e Ocidente, guerra de movimento e guerra de posição tinham para Gramsci um valor metodológico, na medida em que por meio deles procurava distinguir diferentes realidades nacionais, bem como diferentes etapas da luta de classes".

Roio (1998, p. 112) a respeito do Oriente/Ocidente é que o autor sardo não vislumbrava como desejável a ocidentalização do mundo, pois esse tipo de leitura leva a identidade do Ocidente como pólo positivo da antinomia com o Oriente.

Em 1917, na revolução Russa, a que o autor se refere na citação anterior, a estratégia foi a guerra de movimento. Na concepção de Gramsci, o último deste gênero na história política, dado o fato de que naquele país não havia uma relação justa entre Estado e sociedade civil. Diferentemente das sociedades de tipo ocidental em que os Estados são mais avançados, a sociedade civil não é primitiva e gelatinosa, mas possui uma estrutura mais complexa e resistente às crises econômicas.

Essa caracterização morfológica (Ocidente/Oriente), segundo Dias (1996), realizada por Gramsci foi pela necessidade de compreender as diferentes formações sociais, com isso, compreender, também, "a forma pela qual os antagonismos, o peso e complexidade da condensação das práticas sociais e institucionais expressam-se em cada uma dessas formações" (p.34)

Esses elementos levam Gramsci a concluir que as superestruturas políticas e ideológicas na sociedade civil são como o sistema das trincheiras na guerra moderna, exigindo a mudança de estratégia, que deve considerar a guerra de posição. Pois, para o autor, "a estrutura maciça das democracias modernas, seja como organizações estatais, seja como [...] associação na vida civil, constitui para a arte política algo similar às trincheiras e fortificações permanentes da frente de combate da guerra de posição" (2000, p. 43).

Desse modo, a guerra de movimento deixa de ser central, e ganha destaque a guerra de posição[5], que seria uma estratégia mais adequada para a transformação socialista em uma a sociedade civil mais densa e complexa, ou seja, de acordo com mudanças ocorridas no final do século XIX e começo do XX: a transição do capitalismo concorrencial ao capitalismo monopolista ou a sua fase imperialista.

Cabe dizer que Gramsci não abandona uma em detrimento da outra. O autor apontou para a necessidade de investigar as condições históricas com a finalidade de pôr em movimento estratégias compatíveis com o momento em que as lutas são travadas. Nesse sentido, o autor considera que:

[5] Não estamos, com isso, assumindo a leitura segundo a qual a guerra de posição seria a estratégia exclusiva no Ocidente.

> [...] nas guerras entre Estados mais avançados do ponto de vista civil e industrial, a guerra manobrada deve ser considerada como reduzida mais a funções táticas do que estratégicas, deve ser considerada na mesma posição em que antes estava a guerra de assédio em relação à manobrada. (GRAMSCI, 2007, p. 72 e 73).

Com efeito, não é possível inferir que com uma crise econômica[6] possa desencadear um processo revolucionário porque, como já apontado, há uma relação justa entre Estado e sociedade civil, exigindo considerar a complexa superestrutura desta última.

Gramsci inclusive empreende uma crítica ao opúsculo redigido por Rosa Luxemburgo, apesar de considerá-lo de excelente análise sobre a guerra de manobra. A crítica incide sobre a crença de Rosa Luxemburgo de que as crises econômicas, por si mesmas, criariam as possibilidades revolucionárias. (DEL ROIO, 2009). Por esta razão Gramsci afirma que é necessário estudar com profundidade os aspectos da sociedade civil que estão relacionados aos sistemas de defesa na guerra de posição.

Esta discussão empreendida pelo autor originou-se da preocupação de entender por que, embora a Itália e parte da Europa Ocidental e Central experimentassem uma crise econômica, as revoluções socialistas não lograram êxito[7]. Deriva daí o motivo de seus estudos terem se voltado para a análise do tipo de formações sociais nos países que contivessem a luta hegemônica.

Pensar em hegemonia significa, além de discutir o papel dos intelectuais, situar o seu campo, portanto, abordar a noção de Estado para Gramsci.

A noção geral de Estado em Gramsci tem sido um campo de inúmeras polêmicas, que alguns autores têm inclusive chamado à atenção para os usos e abusos das idéias gramscianas, não apenas em relação ao Estado, mas também ao seu pensamento de maneira geral. Todavia, a presente explanação se concentrará nas

---

[6] É bom frisar que, nas próprias palavras de Bianchi (2001, p.18): "Se bem que não é possível deduzir a crise política da crise econômica, fica que entre elas um profundo vínculo. A crise econômica produz um "terreno favorável" para a crise política na medida em que compromete as bases materiais para a construção do consenso e a legitimidade da ordem burguesa".

[7] Apesar disso, ressalta Del Roio (1998) que o fracasso da revolução socialista no Ocidente não pode ser explicado exclusivamente pela tática adotada como a guerra de manobra, mas sim pela impossibilidade da classe operária em se articular com um leque de alianças sociais, sobretudo o proletariado agrícola, em razão de estar submetida à hegemonia liberal-burguesa

polêmicas relativas à noção de Estado compreendida como o conjunto formado por sociedade política e sociedade civil. Polêmicas essas provocadas por uma leitura liberal de Gramsci, mas também por interpretações diferenciadas no interior do campo teórico do marxismo.

A questão da sociedade civil ganhou destaque, sobretudo, nesses últimos anos. Especificamente, no caso do Brasil, em 1980 e 1990, quando se confunde (intencionalmente[8]) sociedade civil com o chamado "terceiro setor", imprimindo assim outro significado a ela supostamente baseado na idéias de Gramsci.

Parte das interpretações equivocadas do pensamento gramsciano neste período se consolidou por meio da mediação das leituras daquele autor por Norberto Bobbio. Discussão que será aqui desenvolvida ou contemplada posteriormente. Contudo, as polêmicas que ora se constituem no fio condutor dessa explanação oferecerão pistas indispensáveis para entendê-las mais adiante.

As polêmicas giram em torno da questão da estrutura e superestrutura em Gramsci e, por sua vez, o lugar fundamental onde a hegemonia será exercida. Como conseqüência desta discussão, a dimensão do consenso e da coerção ganha destaque, porque mediante os pressupostos adotados pelas interpretações dadas, como se verá mais à frente, as referidas dimensões podem tanto ser articuladas quanto se deslizar em uma oposição entre as duas no que se refere ao exercício da hegemonia.

Cabe dizer também que o propósito desta explanação reside apenas em expor as problemáticas e, de alguma maneira, tomar posição a respeito das interpretações de alguns estudiosos de Gramsci e também a partir da leitura do autor em questão, o que de fato é uma tarefa muito difícil, já que exige uma investigação apenas a esse respeito, o que não é o propósito desta pesquisa, muito embora passe por essa discussão.

A primeira delas refere-se ao modo pelo qual Bobbio (1999) fez sua leitura no que concerne à sociedade civil em Gramsci, que para ele está no plano superestrutural.

---

[8] A idéia recorrente é a divisão da realidade em três setores autônomos: o primeiro setor situa-se no campo governamental, responsável pela esfera pública, o segundo setor está relacionado às atividades com fins lucrativos e o terceiro setor não está submetido à lógica do mercado e ao controle direto do governo, entendido, portanto, enquanto esfera democrática e participativa para a resolução dos problemas sociais. Esta discussão será feita, com mais profundidade, no segundo capítulo quando abordaremos uma das principais políticas do Gife que se realiza em articulação com o Estado.

Bobbio considera isso a partir da mais conhecida e importante passagem em que Gramsci, no Caderno 12, afirma:

> Se pode, por ora, fixar dois grandes 'planos' superestruturais, aquele que se pode chamar de 'sociedade civil', isto é, do sistema de organismos vulgarmente ditos 'privados' e aquele da 'sociedade política ou Estado' e que correspondem à função de 'hegemonia' que o grupo exercita em toda a sociedade e aquele de 'domínio direto' ou de comando que se exprime no Estado e governo jurídico. (2004, p. 20 e 21).

A partir da citação acima, mas não apenas, Bobbio (1999, p. 54) afirma que "a sociedade civil, em Gramsci, não pertence ao momento da estrutura, mas ao da superestrutura". Para o autor, Gramsci inova a tradição marxista ao destacar o momento superestrutural e, mais do que isso, quando a recoloca em termos bem diferentes de Marx.

Segundo Bobbio (1999), a sociedade civil em Gramsci não comporta "todo o conjunto das relações materiais", como em Marx, mas ao contrário, em Gramsci seria "todo o conjunto das relações ideológicas – culturais", ou, "toda a vida espiritual e intelectual". A reavaliação do significado da sociedade civil feita por Gramsci, de acordo com Bobbio (1999), pode levar, não de maneira imediata, a colocar "o verdadeiro teatro, o cenário de toda história", em outro lugar, diferentemente do que Marx entendia.

Carlos Nelson Coutinho (2008) empreende críticas às interpretações de Bobbio. Para o autor, Gramsci marca um ponto de inflexão no desenvolvimento do Estado e da revolução. Isso porque tanto nos escritos de Marx e Engels quanto nos de Lênin se verifica uma análise do caráter repressivo e coercitivo do Estado, não que fosse uma escolha deles, mas sim devido à natureza do Estado com que eles se depararam, portanto, não é de natureza gnosiológica, mas histórico- social.

Segundo Coutinho (2008), ao perceber a complexificação na sociedade civil, Gramsci elabora uma teoria marxista de Estado à medida que verifica que as formas de dominação não se limitam à coerção ou à repressão, como também inclui as disputas político-ideológicas com o desenvolvimento e a gênese de novos organismos privados de hegemonia, que são as escolas, os meios de comunicação, partidos políticos,

organizações profissionais, Igrejas, as Instituições de caráter científico e artístico e, poderíamos acrescentar, os institutos empresariais.

Dessa maneira, segundo Coutinho (2008), Gramsci ampliou a noção de Estado ao apreender as novas determinações com o desenvolvimento das sociedades modernas mais avançadas.

A análise sobre a ampliação do Estado permitiu que Gramsci, segundo Coutinho (2008), avançasse de maneira original com uma nova definição de sociedade civil diferente da de Marx e Engels, já que para estes a sociedade civil não é senão o lugar do conjunto das relações econômicas capitalistas ou a base material. Ao passo que, para Gramsci, a sociedade civil designa o momento da superestrutura.

Todo esse preâmbulo foi para chegar às críticas de Coutinho a Bobbio. Nesse sentido, Coutinho (1981) considera correta a indicação realizada por Bobbio no que concerne a uma diferença essencial em Marx e em Gramsci. Como já apontado, para Bobbio (1999), Marx identifica sociedade civil com base material, porém para Gramsci a sociedade civil pertence ao momento superestrutural e não, portanto, ao estrutural.

Todavia, segundo Coutinho (1981), Bobbio chega a uma falsa conclusão na medida em que Gramsci ao elevar a sociedade civil à condição superestrutural teria retirado a centralidade da infraestrutura e, posto, desse modo, em seu lugar a dimensão superestrutural, colocando Gramsci como um idealista.

De acordo com Coutinho (1981), o equívoco de Bobbio reside em dois problemas. O primeiro deles é a falta de consequência na argumentação, uma vez que, se para Gramsci a sociedade civil é diferente de Marx, por qual razão atribuiria a mesma função dada por este? O segundo, mas em estreita relação com o primeiro equívoco, Bobbio relaciona a sociedade civil em Gramsci a partir do vínculo de condicionamento recíproco entre estrutura e superestrutura. Porém, o conceito de sociedade civil está relacionado à problemática do Estado, segundo Coutinho, que veremos mais à frente a questão do Estado.

Vale dizer que, apesar da crítica feita por Coutinho, este incorre no mesmo equívoco de Bobbio ao reafirmar que a sociedade civil em Gramsci está relacionada exclusivamente ao momento da superestrutura e não, portanto, da estrutura.

Semeraro (2001) chamou a atenção para o caráter reducionista das interpretações de Bobbio tanto em relação à Gramsci quanto à Marx, na medida em que apresentou este último como teórico da estrutura e o primeiro como teórico das superestruturas. Ao

destacar a originalidade de Gramsci por meio desta ótica, na verdade, o situou no campo distinto e oposto à tradição marxista.

Exatamente pelo caráter reducionista da interpretação, Bobbio não considera a dialética dos autores que examina, já que não há em ambos - Marx e Gramsci- apenas a estrutura ou a superestrutura. As distinções que Gramsci faz a respeito da estrutura e superestruturas são somente de caráter metodológico e, não orgânico, ou seja, não ocorre na realidade dos fatos. (SEMERARO, 2001).

Argumenta, também, Semeraro (2001) – amparado em Portelli e Texier –, que a redução ao âmbito da esfera estrutural ou superestrutural não leva em consideração a categoria de bloco histórico em Gramsci, já que "o primado do elemento estrutural ou superestrutural é um falso problema, pois [...] o elemento decisivo é constituído pela conjugação [...] dos elementos sociais e econômicos, cuja relação é dialética e orgânica" (p. 186).

Ainda segundo Semeraro (2001), Bobbio descontextualiza as categorias de Gramsci dando a elas um tratamento formalístico, inscrevendo a sociedade civil pensada pelo autor sardo no campo teórico do liberalismo.

Nesse sentido, Del Roio (2007), também endereçando uma crítica à leitura de Bobbio acerca da noção de sociedade civil em Gramsci, afirma que, a rigor, essa interpretação tem colocado Gramsci no campo teórico do liberalismo e, conseqüentemente, destituindo o caráter revolucionário de suas idéias, uma vez que Bobbio:

> [...] apresentou uma leitura da noção de sociedade civil em Gramsci como se fosse uma parte das supra-estruturas, de modo que haveria uma diferença fundamental em relação ao uso do mesmo em Hegel e principalmente em Marx, para quem a sociedade civil seria identificada com a infra-estrutura. (p. 63)

Numa perspectiva diferente no campo do marxismo circunscreve-se a leitura de Isabel Monal (2003). Primeiramente, esta autora considera, mas sem aprofundar, pouco adequada a metáfora de Estado Ampliado utilizada por muitos estudiosos de Gramsci.

Entretanto, o mais importante é a leitura que faz a respeito da sociedade civil, que, para ela não há uma diferença essencial entre o conceito de sociedade civil em Gramsci e em Marx. Uma vez que, segundo Monal (2003), Marx não limitou a

sociedade civil ao econômico e tampouco Gramsci restringiu-a a superestrutura. Guido Liguori, segundo a mesma autora, apontou para o fato de que Marx entendia que a sociedade civil não englobava apenas as condições materiais. Posto que, na obra intitulada *18 Brumário*, Marx incorporou no interior da sociedade civil "as organizações e os movimentos associativos de grupos e de cidadãos, algo muito próximo ao uso desta noção que Gramsci fará posteriormente" (MONAL, p. 191, 2003.).

Um elemento de suma importância a ser destacado para esta discussão refere-se às críticas empreendidas por Gramsci a respeito das dicotomias típicas dos liberais entre a política e a economia, que se encontram no parágrafo 18 do Caderno 13.

Assim, para o autor, a formulação denominada por ele de livre-câmbio se pauta em um erro teórico ao fazer a distinção entre sociedade política e sociedade civil. Essa distinção de caráter metodológico é transformada e apresentada como se fosse orgânica. De tal modo que o livre-cambismo considera a atividade econômica própria da sociedade civil e, que, portanto, o Estado não deve intervir na economia para a sua regulação. Entretanto, segundo Gramsci, sociedade civil e sociedade política se identificam na realidade dos fatos. Dessa maneira, a distinção é puramente metodológica.

Corroborando a não distinção, Gramsci afirma que a estrutura e as superestruturas formam um bloco histórico, quer dizer, um conjunto complexo e contraditório das superestruturas que não é senão o reflexo do conjunto das relações sociais de produção. Há uma reciprocidade dialética entre base e superestrutura. Tal afirmação de Gramsci se contrapõe às leituras que consideram que o autor em tela tenha dado atenção ao superestrutural em detrimento do estrutural, chamando Gramsci como teórico das superestruturas ou simplesmente culturalista.

Portanto, Gramsci não concebe a visão dualista e maniqueísta que contrapõe sociedade política à sociedade civil. Em que aquele é entendido como intrinsecamente mau e este como espaço harmônico e democrático. Ao contrário, tal como o Estado, a sociedade civil é o lugar da manifestação das contradições sociais. Sendo assim, diferentemente do que se afirma a respeito das formulações de Gramsci, a sociedade civil é condicionada em "última instância" pela base material, nesse sentido, está muito longe das concepções que a entende como um momento autônomo e separado do Estado. Tal como se tem apregoado nas últimas décadas do século XX. Aliás, a

sociedade civil "é um dos seus (Estado) ineliminâveis momentos constitutivos". (LIGUORI, 2007).

Silva (2009) chamou a atenção para alguns aspectos importantes para pensar a sociedade civil, já que, segundo a mesma autora, o interesse de Gramsci reside em analisar como as lutas são travadas considerando o terreno concreto em que se situam. Com isso, além de compreender o que venha a ser a sociedade civil e o Estado, o autor caracterizou as sociedades do tipo ocidental. Silva (2009) destaca a seguinte citação do Caderno 13:

> [...] no que se refere aos Estados mais avançados, onde a 'sociedade civil' transformou-se numa estrutura muito complexa e resistente às 'irrupções' catastróficas do elemento econômico imediato (crises, depressões, etc.) as superestruturas da sociedade civil são como os sistemas de trincheiras na guerra moderna. (GRAMSCI apud SILVA p.73).

A expressão "superestrutura da sociedade civil" é um fator fundamental para entender o lugar ocupado por ela. Essa passagem aponta para a proximidade não de maneira imediata da sociedade civil a dimensão superestrutural. (Silva, 2009). Nas palavras próprias:

> [...] isto é, o momento das instituições que sem serem necessariamente políticas, atuam como intermediárias da relação com o Estado. Porque estão entrelaçadas ao outro momento (momento econômico), podem vir a atenuar as contradições que nele se expressam. Nesse sentido, a intervenção do Estado stricto sensu pode ser dispensada em muitas circunstâncias, mas apenas porque uma outra dimensão executa a função política necessária à articulação da hegemonia. (SILVA, 2009, p.62)

Assim, segundo a mesma autora, o significado que Marx atribuía à sociedade civil coincide com a de Gramsci, visto que para este há o momento das relações econômicas, o que não significa dizer que a sociedade civil se identifica sumariamente com o momento da produção econômica.

Silva (2009) conclui a partir de Gramsci que a sociedade civil, nas formações sociais contemporâneas, é muito complexa e se compõe cada vez mais de instituições

sociais ou organismos privados de hegemonia, "que não sendo diretamente políticas no sentido stricto, fazem ligação entre a classe dominante na esfera estrutural e a forma que ela encontra para manter a estrutura vigente por meio do Estado". (p.63)

Um dos pontos de argumentação central da autora, importante para a nossa análise, diz respeito à suposta oposição entre consenso e coerção que, para ela, não há, posto que as duas dimensões- consenso e coerção - constituem o exercício da hegemonia. Em outras palavras, o consenso não é uma construção harmônica e, como condição, vincula-se à coerção prévia. E que para apreendê-las – as duas dimensões – deve-se remeter às situações concretas, ao conteúdo que a sociedade civil e o Estado podem a vir a assumir nas lutas de classes.

Não é à toa que Gramsci se refere à "dupla perspectiva", que pode ser entendida à luz da natureza dúplice do Centauro maquiavélico, ferina e humana:

> [...] Vários são os graus através dos quais se pode apresentar a *dupla perspectiva*, dos mais elementares aos mais complexos. Mas eles podem se reduzir teoricamente a dois graus fundamentais correspondentes a natureza dúplice do Centauro maquiavélico, férica e humana, da força e do consenso, da autoridade e da hegemonia, da violência e da civilidade, do momento individual e daquela universal (da "Igreja" e do "Estado"), da agitação e da propaganda, da tática e da estratégia. (GRAMSCI, 2000, p.33). (grifo nosso).

Bianchi (2008) aprofunda a análise sobre a relação orgânica entre consenso e coerção. Para ele:

> A imagem do Centauro é forte e serve para destacar a unidade orgânica entre a coerção e o consenso. É possível separar a metade fera da metade homem sem que ocorra a morte do Centauro? É possível separar a condição de existência do poder político de sua condição de legitimidade? *É possível haver coerção sem consenso?[...] Nessa concepção unitária, que era de Maquiavel, mas também de Gramsci, não é apenas a coerção que não pode existir sem consenso. Também o consenso não pode existir sem coerção*. (2008, p. 190). (Grifo nosso).

Na hegemonia, segundo Jesus (1989), dessa maneira, o consenso e a coerção não são elementos separados e independentes, tampouco uma categoria em si, indiferente à realidade histórica. Sendo assim, o caráter mais coercitivo ou consensual pode variar segundo as características de cada formação social, mas sem que uma anule a outra.

Portanto, segundo Silva (2009), é a partir da análise das condições concretas que se torna possível caracterizar os processos de disputa hegemônica, bem como, compreender o que venha ser hegemonia para Gramsci. Para tanto, a referida autora reporta-se aos exemplos contidos nos Cadernos do Cárcere que são a Itália e os Estados Unidos.

Gramsci, nesse sentido, buscou explicitar o modo pelo qual as classes dominantes asseguram o consenso das classes subalternas, para além da coerção, sem, entretanto, prescindir dela, posto que a sociedade civil se apresenta entremeada ao Estado. Exatamente por esta razão que tanto o convencimento, a persuasão quanto a pedagogia são tarefas fundamentais e permanentes para garantir a dominação. (FONTES, 2010).

Nessa direção, considerando a unidade entre consenso e coerção, como aponta Monal (2003), a sociedade civil não é homogênea tanto do ponto de vista classista quanto ideológico como foi visto por Marx e Gramsci. Para ambos, segundo a autora, a sociedade civil é o lugar onde se desenvolvem as inúmeras contradições, as lutas de classes e onde é possível obter consenso, muito embora seja o espaço privilegiado do consenso, há também o momento da coerção.

Nesse sentido, Liguori (2007) considera que para Gramsci "a estrutura e superestrutura, economia, política e cultura são esferas ao mesmo tempo unidas e autônomas da realidade" (p.46). Sendo assim, segundo o mesmo autor, faz pouco sentido, ou talvez nenhum, contrapor a sociedade civil em Marx à de Gramsci, como faz Bobbio, porque perderia um elemento essencial no pensamento de ambos: a dialeticidade. Bobbio opera segundo a lógica dicotômica em que procede por pares opostos, colocando no centro do pensamento de Gramsci a dicotomia entre Estado e sociedade civil, portanto, negando o ponto mais fundamental: a não separação entre política e economia.

Além do mais, um aspecto a ser novamente enfatizado, é que tanto para Marx quanto para Gramsci, como sublinhou Liguori (2007), a sociedade civil não é um espaço idílico, construído por meio do consenso e da democracia e da cidadania. Ao contrário, segundo Buttigieg, "a história da sociedade civil, para Gramsci, é a história do domínio de alguns grupos sociais sobre outros, sendo a trama da hegemonia feita sempre, também, de subordinação, corrupção, exclusão do poder, é a história da luta de classes" (BUTTIGIEG apud LIGUORI, 2007 p. 46-47).

Em *Americanismo e Fordismo* é elucidativo o modo como Gramsci aborda a questão hegemônica ao apontar a relação da força e do consenso, em que estes se tornam elementos fundamentais para adaptar os operários às novas determinações da fase do capitalismo monopolista, ou seja, construir um novo homem em conformidade com a nova organização do trabalho no contexto da introdução do fordismo, e também aponta o uso cada vez maior do consenso. Desde o controle do uso do álcool até as questões sexuais.

A categoria sociedade civil na perspectiva gramsciana, desse modo, está intrinsecamente relacionado à organização, isto é, na produção de determinadas formas de ser e estar no mundo, adequados aos interesses da ordem vigente, burguesa. Exatamente por esta razão que os aparelhos privados de hegemonia se constituem na vertebração da sociedade civil. Os aparelhos são constituídos por uma variedade de associações voluntárias tais como os clubes, os jornais, ONGs, revistas, sindicatos, institutos empresariais. Essas organizações aparecem como se fossem deslocadas do chão social do qual emergem. Contudo, estão vinculadas não de maneira imediata às formas de produção econômicas e políticas, apesar de sua atuação ser fundamentalmente de caráter cultural. (FONTES, 2010).

É fundamental neste momento aprofundar um pouco mais a questão do Estado e da hegemonia em seu conjunto, ou seja, abordar sociedade política e sociedade civil e a relação com a hegemonia. Até agora se procurou destacar de modo distinto a sociedade civil, isso porque é uma discussão imprescindível para esta pesquisa devido à intensificação de uma leitura liberal da sociedade civil no contexto atual, dando a ela uma absoluta autonomia frente ao Estado e ao mercado.

Antes, é importante situar a discussão sobre a denominação de "Estado Ampliado". Esta expressão ganhou força com a publicação do livro intitulado *Gramsci e o Estado* de Christine Buci-Glucksmann. A fórmula "Estado Ampliado" apesar de seu uso freqüente entre os estudiosos de Gramsci aparece uma única vez no Caderno 1, sendo o uso preferencial de Gramsci a expressão *Estado Integral*. Buci-Glucksmann parte – com intuito de caracterizar o Estado Ampliado – das críticas feitas por Gramsci à representação ideológica do Estado, em que este é visto como "aparelho parlamentar" identificável com o governo.

Nesse sentido, segundo a mesma autora, Gramsci problematiza as interpretações do Estado cujas leituras se restringem somente à função tutelar da ordem pública, ou

melhor, o Estado do tipo Gerdame, Vigilante ou Carabineiro, visando ocultar o poder do Estado como expressão do poder de classes. Com isso, perdem-se outros elementos que fazem parte dele.

Assim, a principal contribuição de Gramsci, segundo Buci-Glucksmann (1971) decorre justamente da apreensão desses elementos, que são as novas funções do Estado com a incorporação a ele dos aparelhos privados de hegemonia.

Nos escritos de Gramsci, como já sublinhado, o Estado, para ser devidamente entendido em suas múltiplas determinações, deve-se levar em consideração os aparelhos privados de hegemonia, ou a sociedade civil, que são os aparelhos educadores do Estado. Portanto, este não se reduz ao mero instrumento externo às relações sociais, ao contrário, articula a sua dominação com os aparelhos de hegemonia para ir além de seus interesses corporativos de classe com o fito de organizar o consenso de amplas camadas da população para o exercício da hegemonia. (Buci-Glucksmann, 1971).

O Estado é compreendido por Gramsci na sua complexidade na medida em que capta, no sentido dialético, de unidade-distinção, a dimensão da força e do consenso. Em outras palavras, traz à tona os novos processos de hegemonia burguesa. Ao trazer a complexidade do Estado, Gramsci combate as leituras economicistas e liberal do Estado.

Por isso que um dos primeiros aspectos que Gramsci ressalta em vários momentos nos Cadernos, particularmente no Caderno 13, é a não separação do político e do econômico, do mesmo modo, a não separação da sociedade civil e da sociedade política. Isso porque, como já mencionado, é uma separação metodológica e não se realiza na realidade dos fatos.

Essa distinção metodológica busca caracterizar a função específica de cada uma nas relações sociais capitalistas. Por um lado, na sociedade civil há o predomínio do consenso, isso não significa dizer que o consenso é exclusivo, posto que se ampara na coerção prévia. Por outro lado, na sociedade política ou Estado stricto senso a sua função é de coerção, não apenas física, como é o caso da força das leis. Vale nesse momento transcrever uma passagem de Virginia Fontes, elucidativa a respeito da relação entre Estado e a sociedade civil, e o quanto um legitima e assegura o outro:

> Nessa relação ampliada entre Estado e sociedade civil, o convencimento se consolida em duas direções – dos aparelhos privados de hegemonia em direção à ocupação de instâncias

> estatais e, em sentido inverso do Estado [...] da legislação e da coerção, em direção ao fortalecimento e à consolidação da direção imposta pelas frações de classe dominante através da sociedade civil, reforçando a partir do Estado seus aparelhos privados de hegemonia. Não há um isolamento entre o terreno do consenso e do convencimento, ou uma sociedade civil idealizada, e o âmbito da coerção e da violência. Ambas encontram-se estreitamente relacionadas. (2010, p. 136)

Em outros termos, de acordo com a mesma autora, embora as organizações do Estado sejam jurídica e analiticamente diferentes da sociedade civil, se desenvolvem por meio dela, visto que fornece os elementos educacionais e culturais que determinam o caráter organizacional do Estado.

Portanto, na perspectiva gramsciana a sociedade civil não pode ser seccionada da totalidade da qual faz parte, ela expressa a socialização do processo produtivo, contudo, não está circunscrita somente ao âmbito produtivo. Ou seja, a dominação burguesa não ocorre apenas nas relações de produção, mas em diversos níveis "desde a produção do mais-valor até o Estado, passando pela cultura, pelas formas de estar no e de sentir o mundo e pelas modalidades de participação política". (FONTES, 2010, p.218).

A dominação burguesa, segundo a referida autora, torna-se mais eficaz na medida em que dirige e organiza o consentimento das classes subalternizadas de tal forma a naturalizar as relações sociais capitalistas como necessárias e legítimas. Ou seja, educando-as aos interesses do capital.

Nos próprios termos de Gramsci (2000, p. 244):

> [...] se deve notar que na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer que Estado = sociedade política e sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção).

Se, por um lado, o Estado se constitui por meio da força (no sentido amplo), por outro, [...] "o Estado tem e pede o consenso, mas também 'educa' este consenso através das associações políticas e sindicais, que, porém, são organismos privados, deixados à iniciativa privada da classe dirigente" (2004, p.119).

Ou seja, segundo Gramsci (2004), o poder somente pode ser assegurado com o consenso das classes subalternas, para tanto, as classes dominantes devem, por meio dos seus organismos privados, conduzi-las intelectual e moralmente.

Assim, todo Estado é ético dado ao fato de que uma das suas principais funções é conformar, adaptar as massas às necessidades que estejam em conformidade aos interesses das classes dominantes. A escola assume importância vital para Gramsci, para ele aquela desempenha esta função educativa das massas. Todavia, a função educativa atravessa uma multiplicidade de iniciativas e atividades, "que formam o aparelho de hegemonia política e cultural das classes dominantes" (GRAMSCI, 2000, p. 284).

Neste aspecto, Buttigieg (2003) afirma que a questão educacional é o próprio núcleo da hegemonia. Para este autor, as relações educacionais em Gramsci não podem ser entendidas apenas a partir das relações escolares. Para entender os processos hegemônicos e seus significados deve-se considerar a educação no sentido amplo, que envolve os aparelhos de hegemonia.

A hegemonia[9], portanto, de acordo com Gramsci (2000), se constitui pela dimensão do consenso e da coerção, sem que a força ultrapasse o consenso, mas fazendo com que aquela esteja amparada pelo consenso da maioria mediante os órgãos de opinião pública como os jornais, associações, dentre outros.

De acordo com Gramsci (2002, p. 130):

> A unidade histórica das classes dirigentes acontece no Estado e a história dos Estados e dos grupos de Estados. Mas não se deve acreditar que tal unidade seja puramente jurídica e política, ainda que também esta forma de unidade seja puramente jurídica e política, ainda que também esta forma de unidade tenha sua importância, e não somente formal: unidade histórica fundamental, por seu caráter concreto, é o resultado das relações orgânicas entre Estado ou sociedade política e "sociedade civil.

Como já assinalado, o Estado, entendido como sociedade política e sociedade civil, é o meio pelo qual a classe dominante exerce sua hegemonia tanto por meio da

[9] É importante mencionar que não há teoria de hegemonia sem crise de hegemonia. Nas palavras de Buci-Glucksmann (1971, p. 83): "não há análise de integração das classes subordinadas a uma classe dominante, sem teoria dos modos de autonomização e de constituição de classes que se permitem a uma classe antes subordinada tornar-se hegemônica".

força e da repressão como por meio do consenso. Os intelectuais orgânicos da burguesia ocupam inúmeras funções no Estado com a finalidade de garantir a hegemonia política.

Nesse sentido, a tarefa educativa e formativa do Estado, como afirma Gramsci (2000), é de educar as massas populares às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção, adaptando-as às novas determinações do capital, Assim, o Estado (sociedade política e civil) deve ser entendido como um educador em que cria e recria novos tipos de homens em razão das mudanças ocorridas na organização do trabalho que se espraia em toda sociedade.

Por isso, a burguesia não pode limitar-se ao nível da consciência econômico-corporativa, ela deve alcançar a consciência de classe. Consciência essa que passa por vários processos simultaneamente e por "etapas".

Para Gramsci (2000), o primeiro deles e mais elementar é o econômico-corporativo, por exemplo, quando um comerciante (ou operário) sente que deve ser solidário com outro comerciante, um fabricante com outro fabricante. Contudo, tanto um quanto o outro não se sentem solidários entre si, há apenas homogeneidade do grupo profissional, mas não ainda a unidade de grupo mais ampla.

O segundo momento ocorre quando se atinge a consciência entre todos os membros do grupo social, porém, este ainda se circunscreve no âmbito da consciência econômico-corporativa. Nesse momento se coloca a questão do Estado com o propósito de alcançar a igualdade político-jurídica, reivindicando o direito de participar da legislação e da administração para reformá-la nos limites da ordem.

O terceiro momento configura-se a partir da tomada de consciência dos limites econômico-corporativos, superando-os, para tornarem-se representantes dos interesses de outros grupos subordinados. Esta fase é interpretada como a passagem da estrutura para a esfera das superestruturas complexas. Ou seja, em que as ideologias transformam em partido de modo a irradiar para todo o tecido social, promovendo tanto a unicidade dos fins econômicos e políticos quanto a unidade moral e intelectual.[10]

[10] Aliado a esses momentos, que estão estritamente relacionados, deve-se considerar os três graus de relações de força. O primeiro deles diz respeito à estrutura, independente da vontade dos homens, em que há os grupos sociais e, cada qual, representa uma função e ocupa uma determinada posição na própria produção. A segunda refere-se às relações de forças políticas em que é possível avaliar tanto a homogeneidade quanto o grau de autoconsciência, como também, a organização que cada grupo político pode atingir. O último refere-se às forças militares. (GRAMSCI, 2000, p. 40 e 41).

Desse modo, a classe dominante põe-se em plano universal. Em outros termos, cria-se a hegemonia de um grupo social sobre os grupos subordinados. A burguesia deve atuar para além do próprio interesse estreito e corporativo de tal modo a atingir capilarmente toda a sociedade, transformando os interesses particulares em universais. É nesse momento que se torna hegemônica.

O Estado, portanto, é o organismo próprio desta classe social cuja finalidade é criar as condições mais favoráveis à sua expansão. De se posicionar como representante dos interesses gerais dos grupos subalternizados.

Nos próprios termos de Gramsci (2000, p.40):

> [....] e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominantes prevalecem, mas até determinado ponto, ou seja, não até o interesse econômico-corporativo.

De acordo com Brandão (2009) os interesses da classe fundamental não podem se circunscrever ao econômico-corporativo, mas sim como projeto societal de uma determinada classe, englobando os interesses das classes subordinadas para que consiga exercer sua hegemonia política, sem, contudo, pôr em questão o domínio de classe a qual se fundamenta na propriedade dos meios de produção. Dito de outra maneira:

> Fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativo; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-político, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica (GRAMSCI, 2000. p. 48)

Sendo assim, segundo Gramsci, o exercício da hegemonia deve considerar os interesses e tendências dos grupos subordinados, o grupo dirigente deve fazer sacrifícios econômico-corporativos, todavia, como escrito acima, desde que não coloque em xeque seu domínio econômico e político.

1.2- O papel dos intelectuais e os empresários

Cabe agora retomar o debate sobre os intelectuais. Nesse sentido, indagar qual o papel deles nas superestruturas da sociedade civil e no Estado (stricto sensu), em outros termos, qual a função ocupada por eles.

Como já mencionado, nas páginas iniciais, a questão dos intelectuais alcança importância fundamental nas obras de Gramsci, já que estes estão encarregados de dar unicidade e homogeneidade às classes sociais fundamentais. Constitui como prerrogativa nessa classe o propósito de construir um projeto societal para o conjunto de toda sociedade, isto é, para tornar-se dirigente do processo histórico por meio dos aparelhos privados de hegemonia e do Estado stricto sensu.

Este tema surge especificamente em *Alguns temas sobre a Questão Meridional* escrito em 1926 antes de sua prisão. Porém, é no conjunto da obra dos *Cadernos do Cárcere* que Gramsci dedicou maior atenção, particularmente no Caderno 12.

Nesse sentido, é importante discorrer como Gramsci abordou a questão dos intelectuais, como já frisado, para apreender a nova atuação empresarial que se desenha na sociedade brasileira atual, porque desconsiderar essa discussão, sem cair em exageros, torna-se quase impossível o seu entendimento. Até mesmo o entendimento, se é que se pode chamar assim, da teoria da hegemonia, categoria central à análise da constituição das classes sociais fundamentais e de sua relação com o Estado, bem como suas formas de organização

Gramsci (2004) inicia seu exame sobre a categoria intelectual indagando se é um grupo autônomo e independente ou se cada classe social produz sua categoria própria de intelectuais. O autor expõe as principais formas no processo histórico real das categorias de intelectuais, que são duas.

Segundo Gramsci (2004), as classes sociais fundamentais criam para si, de modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe darão homogeneidade e consciência da sua própria função. Fato este que não se circunscreve somente ao âmbito da produção, como também, à esfera do social e à do político. Nessa medida, por exemplo, o empresário capitalista cria para si o técnico da indústria, o cientista da economia política, assim como, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito.

Além de criar para si um conjunto de profissionais no intuito de organizar a sociedade, os empresários também exercem a função de intelectuais na medida em que

representam uma elaboração superior ao possuir certa capacidade dirigente e técnica. Isso se percebe pela capacidade técnica, que não se limita à esfera restrita de sua atividade, como também pode organizar as massas de homens, ser um homem de confiança para desenvolver seus negócios com os demais agentes envolvidos no processo. (GRAMSCI, 2004).

Além disso, se não todos, pelo menos um grupo de empresários deve ter a capacidade de organizar a sociedade como um todo, até o organismo estatal, de tal modo a criar as condições necessárias mais favoráveis à expansão de sua própria classe. Ou, deve ainda, ter a capacidade de escolher seus encarregados para desenvolver a atividade organizativa das relações gerais fora do âmbito propriamente da empresa, como os técnicos, economistas, engenheiros, advogados, resumindo, os chamados intelectuais encarregados da cultura (GRAMSCI, 2004).

Todas essas profissões são criadas ou ressignificadas com o advento do capitalismo, cada qual ao seu modo, para organizar a emergente ordem social burguesa. Por esta razão Gramsci (2004) chamou esses intelectuais de orgânicos, dado o fato de que cada classe em seu desenvolvimento cria para si especializações de aspectos parciais da atividade primitiva do tipo novo social e com a complexidade da sociedade civil criam-se novas e diferentes superestruturas.

Além desses intelectuais de novo tipo, engendrado pela sociedade burguesa, há os intelectuais que autor o denomina tradicionais. Estes emergem na história a partir da estrutura econômica pretérita e a classe social fundamental se defronta com esses intelectuais preexistentes, que, por seu turno, aparecem como representantes de uma continuidade histórica que não foi interrompida nem mesmo com as mais profundas rupturas das formas sociais e políticas.

A figura emblemática destes intelectuais tradicionais é a dos eclesiásticos, que monopolizaram a ideologia religiosa, quer dizer, a filosofia e as ciências da época medieval por meio da escola, da instrução, da moral, da justiça, da beneficência e da assistência. Este tipo de intelectual – o eclesiástico – pertence à categoria dos intelectuais[11], relacionada organicamente à aristocracia fundiária.

[11] Essa categoria de intelectuais, em virtude da sua condição de continuidade histórica, se apresenta como independente e autônoma da classe social dominante. Isso se deve, segundo Portelli (1977), a algumas razões: de um lado, é porque perderam a base social a que estavam organicamente vinculados, e, de outro, é porque estão fortemente organizados, formando uma

Gramsci (2004) indaga ainda se é possível encontrar um critério unitário que possa caracterizar e distinguir a diversidade de intelectuais de outros agrupamentos sociais.

Para o autor, o erro metodológico mais recorrente é ter buscado o critério de distinção no que é intrínseco às atividades intelectuais, quando, na verdade, deve-se buscar no conjunto do sistema das relações sociais onde as atividades intelectuais são realizadas. Ora, o operário não se caracteriza pelo trabalho manual, mas sim porque este se encontra inserido em determinadas condições e relações sociais. Do mesmo modo, o empresário, que deve possuir determinadas qualificações de caráter intelectual, apesar disso, não é por esta razão que sua figura social é determinada, ao contrário, é determinada pelas relações sociais gerais que caracterizam a posição de empresário na indústria. (GRAMSCI, 2004).

Antes de continuar a analisar o papel dos intelectuais e, consequentemente, da questão da hegemonia a eles vinculada, é importante destacar que para Gramsci todos os homens são intelectuais. Todavia, nem todos exercem a função de intelectuais. O que o autor está examinando é a função da atividade intelectual ou, em outras palavras, a função social de uma categoria profissional no conjunto das relações sociais de produção em geral e, em particular, nas capitalistas.

Para Gramsci (2006), não há atividade humana da qual se possa prescindir de qualquer atividade intelectual, sendo assim, não se pode separar o *homo faber do homo sapiens*. Todo homem fora de sua profissão desenvolve qualquer atividade intelectual. Neste aspecto é bom lembrar que, no Caderno 11, Gramsci (2006) afirma que é de suma importância romper com o preconceito de que a filosofia é algo muito difícil pelo fato de ser exercida por uma determinada categoria de cientistas ou de filósofos especializados.

Por isso, todos os homens são intelectuais ou, melhor, todos os homens são filósofos, definindo os limites e características desta "filosofia espontânea", ou seja, todos os homens possuem uma determinada concepção de mundo, "possui uma linha coerente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma

---

casta. Estes estão organizados na Igreja, diferentemente dos intelectuais moleculares que são englobados rapidamente pelos intelectuais orgânicos, pois se encontram dispersos, ou seja, desorganizados.

concepção de mundo, isto é, para suscitar novas maneiras de pensar". (GRAMSCI, 2004, p.53).

Em outras palavras, possuem um conjunto de noções, é produto e produtor de todo um sistema de crenças, superstições, opiniões, modo de ver e de agir, que Gramsci denominou de folclore ou uma determinada concepção de mundo. Enfim, os homens são conformistas de algum conformismo, isto é, compartilham desde que nascem os modos de agir e pensar de uma época social.

Apesar disso, nem todos ocupam o papel de intelectuais como já advertido acima. Segundo Gramsci (2004), as profissões foram formadas historicamente para o exercício da função intelectual vinculadas, sobretudo às classes sociais dominantes. Contudo, a relação entre intelectuais e o mundo da produção não ocorre de maneira imediata, tal qual se dá com as classes sociais fundamentais, mas sim mediadas pelo conjunto das superestruturas em todo o corpo social na qual os intelectuais são seus funcionários.

Nesse sentido, segundo Portelli (1977), os intelectuais são as células vivas da sociedade civil e política, visto que são eles que elaboram a ideologia da classe dominante, formando a consciência de seu papel, de tal modo a transformar a sua concepção de mundo em universal, em senso comum, para o conjunto da sociedade.

Inclusive é possível ser medido o grau de organicidade dos intelectuais em relação às classes sociais fundamentais a partir das funções ocupadas por eles nas superestruturas. Como vimos, para Gramsci, os intelectuais são os prepostos ou os encarregados para o exercício da hegemonia e do governo político, que estão vinculados aos planos superestruturais do Estado (sociedade política e sociedade civil), que correspondem ainda, respectivamente, à função de domínio direto e à de hegemonia. Isso por que:

> Do consenso espontâneo dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo social fundamental dominante à vida social, consenso que nasce "historicamente" do prestigio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e da sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura "legalmente" a disciplina dos grupos que não consentem, nem ativamente nem passivamente, mas que é constituído para a toda sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo. (GRAMSCI 2004, p.21)

Estas funções, segundo Gramsci (2004), organizam a hegemonia social e o domínio estatal por meio de uma gradação de qualificações, que em alguns casos não há nenhuma atribuição diretiva e organizativa. Isso porque, de um lado, há uma diferença substancial ou qualitativa, já que existem no mais alto grau, os criadores das ciências, das filosofias, arte e, de outro, no grau mais baixo, os administradores e divulgadores do acúmulo cultural. Para apreender essa gradação[12], Gramsci compara os intelectuais com o organismo militar em que há os oficiais subalternos, oficiais superiores, Estado-Maior, os cabos e os sargentos.

Nas relações sociais de produção capitalista a categoria de intelectual ampliou-se sobremaneira com o surgimento dos intelectuais de tipo urbano, que diferem dos tradicionais.

O tipo urbano surgiu com o desenvolvimento da indústria e são os oficiais subalternos no exército, portanto, não possuem qualquer iniciativa autônoma na elaboração de planos, elaboram a execução imediata do que é produzido pelo estado-maior da indústria. E, além disso, não exercem nenhuma função política sobre as massas.

Já os intelectuais rurais ou tradicionais[13] estão relacionados aos camponeses e à pequena burguesia de cidades que não foram postas em movimento pelo capitalismo. Estes intelectuais colocavam em contato a massa camponesa com a administração estatal e por isso possui uma importante função político-social. (GRAMSCI, 2004).

Situação diferente Gramsci verificou na condição dos Estados Unidos. Nesta formação social não havia, de certo modo, o tipo tradicional, já que se formou um conjunto de superestruturas modernas com base na indústria. Na América do Norte os intelectuais estavam vinculados ao mundo produtivo, não tendo, "portanto, como na

---

[12] Segundo Portelli (1977), há uma hierarquia qualitativa entre os intelectuais, dela exclui aqueles que no interior da superestrutura não exercem a função de intelectual, esses são os agentes subalternos que não ocupam a função de direção.

[13] Sobre os intelectuais tradicionais, Gramsci (1987) examinando a questão meridional na Itália afirma que esses intelectuais foram a causa e o efeito da fragmentação italiana, isso porque impediram que ocorresse a rachadura do bloco histórico agrário. Os principais expoentes deste bloco intelectual foram *Giustino Fortunato* e *Benedetto Croce*, que podem por essa razão ser considerados como "os reacionários mais ativos da península", uma vez que em virtude de ocuparem uma função cosmopolita, perderam o vínculo com o povo. (p.160).

velha Europa, uma série de freios morais, intelectuais, políticos, econômicos, que se opõem a um processo rápido" [...] (GRAMSCI, 2004, p. 28).

Exatamente por isso, de acordo com Gramsci (2007), a hegemonia nasce do sistema fabril e não precisam de muitos intelectuais para exercê-la, por outras palavras, as superestruturas são menores em relação, por exemplo, à Itália. Nesse tipo de sociedade "racionalizada", as estruturas modelam e determinam imediatamente as superestruturas. Ou seja, surgem os aparelhos privados de hegemonia tais como Rotary Club, Lyons Club, Associação Cristã de Moços, Maçonaria, dentre outros, em consonância com a moderna indústria que emergia.

Assim, cada formação social, segundo sua tradição histórica, criará um tipo de intelectual. As sociedades de tipo oriental, com um passado feudal, com uma camada parasitária tendem a ter como predomínio os intelectuais tradicionais, que serão, dependendo do estágio de desenvolvimento da burguesia e da sua organização, absorvidos na disputa pela hegemonia pelos intelectuais orgânicos da classe social emergente. Já em formações sociais tipicamente ocidentais como os Estados Unidos criam-se intelectuais urbanos.

O Estado (sociedade política e sociedade civil), com seus intelectuais, visa a expandir e garantir o grupo fundamental a condição de classe dominante. Daí a importância dos intelectuais orgânicos, já que estes, como ressaltado, elaboram a ideologia das classes fundamentais de maneira a tornarem-se classe hegemônica.

A inovação de Gramsci, segundo Portelli (1977), reside justamente em subverter a noção predominante da categoria de intelectuais ao repudiar qualquer concepção autônoma e, consequentemente, independente das lutas hegemônicas travadas pelas classes sociais no interior da sociedade civil.

O autor desvela as funções do Estado para além do stricto sensu ao incorporar a sociedade civil como mediadora das funções do Estado, particularmente, no plano da construção do consenso, da universalização dos interesses particulares das classes dominantes, papel ocupado na conjuntura pelos Institutos Ethos e Gife, os intelectuais orgânicos da burguesia empresarial. Não os únicos, mas com certeza de extrema relevância para a redefinição da hegemonia burguesa mediante a ideologia da Responsabilidade Social Empresarial e do Investimento Social Privado.

A nova atuação dos empresários tem dado homogeneidade, unicidade e consciência de classe dirigente, isto é, como agentes da direção moral e intelectual sobre

as classes subordinadas, imprimindo novos conformismos pautados na conciliação de classes através de inúmeras estratégias, que serão vistas no segundo e terceiro capítulos desta dissertação.

Assim, de acordo com Gramsci (2000), pelo menos um grupo de empresários ou empregados especializados deve possuir a capacidade de organizar a sociedade, com a finalidade de criar as condições favoráveis à expansão da própria classe por meio dos aparelhos privados de hegemonia e do Estado para garantir a sua dominação. Dominação que se consolida não apenas por intermédio da força e da coerção, mas também pelo consenso ativo/passivo das classes subalternas.

Bianchi (2001) oferece importantes contribuições para analisar a atuação dos empresários por meio de seus organismos privados de hegemonia. Sua análise se concentra na crise de representação empresarial a partir da trajetória do Pensamento Nacional de Bases Empresariais (PNBE) na década de 1980 até o seu final nos anos 1990 tendo como referência a função dos intelectuais em Gramsci. E adverte que os empresários do PNBE não são senão intelectuais e organizadores políticos, ao mesmo tempo, em que são também chefes de negócios, se constituem na vanguarda orgânica da burguesia e são em última definição, intelectuais condensados.

Os intelectuais condensados são aqueles, segundo Gramsci, que possuem uma relação de organicidade com os grupos sociais de que são expressão. Eles formam a vanguarda orgânica das classes altas, já que pertencem economicamente a elas: "eram intelectuais e organizadores políticos e, ao mesmo tempo, dirigentes de empresa, grandes agricultores ou administradores de propriedade rurais, empresários comerciais e industriais" (2000, p.64).

Os Moderados – intelectuais condensados – puseram em movimento um conjunto de estratégias para afirmar sua hegemonia[14]. Ao atuar em diversos âmbitos e

[14] Vale destacar que a hegemonia exercida pelos moderados se realizou pela via da revolução passiva, isto é, as classes subalternas foram impedidas de participar do processo de unificação do Estado Italiano. Nesse sentido, a hegemonia se deu por meio do transformismo molecular, em que ocorreu uma absorção paulatina, mas de modo permanente, dos elementos engajados, surgidos dos grupos aliados, como também, dos adversários. Por isso que na direção política a função de domínio prevaleceu, dado o fato de que a absorção das elites dos grupos inimigos leva à decapitação destes e a sua aniquilação. A hegemonia em nível moral, intelectual e político dos moderados ocorreu de modo molecular, privado, não constituindo, assim, de acordo com plano anterior à ação prática e organizativa.

possuírem um vínculo orgânico com sua classe, os moderados, no contexto italiano, foram intelectuais orgânicos em dois sentidos. Primeiro, como organizadores políticos e, segundo, porque estavam organicamente vinculados à sua classe.

Situação que ocorre com os intelectuais dos organismos empresariais - Instituto Ethos e Gife-, como é o caso do empresário Oded Grajew, que ajudou a criar inúmeras organizações empresariais como, por exemplo, a Fundação ABRINQ e o PNBE. Além de ajudar a fundar o CIVES – Associação Brasileira de Empresários para a Cidadania- na década de 1990, Associação esta vinculada ao Partido dos Trabalhadores – PT.

Foi também o idealizador do Fórum Social Mundial (FSM) e cofundador do Instituto Ethos. Não apenas o empresário Oded Grajew, como também Emerson Kapaz que contribuiu nos princípios e missões da Fundação ABRINQ sendo também cofundador do PNBE, em 1987, e do Ethos, em 1998. Além das experiências do grupo de empresários nos anos 1980, que se reunia na Câmara de Comércio Americana para debater filantropia empresarial que, a partir dessas reuniões, criaram o Gife (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas).

Na verdade, as trajetórias destes empresários expressam um acúmulo de experiências políticas e organizacionais que foram construídas ao longo dos anos 1980 e 1990, que culminaram na construção dos dois referidos Institutos. Expressa também que essas novas organizações empresariais, como também a adoção pelas entidades patronais já existentes das novas estratégias constituem respostas às transformações políticas, econômicas e sociais, que estavam em curso em nível mundial e no Brasil. Mudanças essas chamadas por alguns autores de reestruturação do capital, no plano econômico, e, no político, de neoliberal. Ambos os processos articulados entre si em repostas à crise do capital que se iniciou na década de 1970.

Bianchi (2001) chama a atenção para o fato de que no Brasil é recorrente a identidade entre empresários e proprietário. Contudo, segundo o referido autor, empresário e proprietário não são sinônimos[15]. Isso por que:

---

[15] Poderíamos pensar neste caso em *alguns* membros do Instituto Gife, que são considerados pelos seus pares como homens e mulheres de negócio apesar de não serem proprietários. Eles, portanto, ocupam a função de intelectuais orgânicos do capital na medida em que organizam a classe burguesa para atuar no campo social, são, em outros termos, aquilo que Gramsci chama de prepostos ou empregados especializados para expandir a classe dominante para além das suas atividades econômicas. Diferente dos intelectuais do tipo condensado.

> O termo utilizado em inglês (*entrepreneur*), por sua vez, já encerra a distinção que deseja-se fazer. Nem todo empresário é proprietário: executivos e administradores (managers) profissionais podem ser considerados empresários, embora não sejam proprietários. (p. 34)

A partir desta diferença, Bianchi (2001) levanta algumas questões de como definir o empresariado e, ao mesmo tempo, qual é a sua relação com a burguesia. Segundo o autor, o importante a ser destacado é que os empresários são os organizadores do capital. Isso significa dizer que "eles ocupam um papel determinado no processo de produção e reprodução ampliada do capital, que os vincula de maneira indissociável à classe dos capitalistas" (p. 35). Desse modo, o seu vinculo à burguesia é definido a partir do lugar ocupado no conjunto das relações de produção, e não pela relação de propriedade.

Apesar disso, continua o autor, respaldado por Gramsci, uma parcela desses empresários reúne elementos necessários para ser organizadora da sociedade com o fito de expandir ao máximo a sua própria classe. Em outros termos, são organizadores estatais.

Posto isso, os empresários podem ser intelectuais condensados à medida que são intelectuais e organizadores políticos, ao mesmo tempo em que são chefes de negócios, indústrias, e estabelecem a identidade entre representante e representado como são os intelectuais dos Institutos Ethos e Gife, já que seu papel é organizar os empresários e a sociedade como um todo, enquanto são também chefes de negócios, indústrias, banqueiros, etc.

É a partir deste prisma que será entendida a atuação dos Institutos Empresariais: como intelectuais orgânicos do capital que visam por meio de variadas estratégias redefinirem a hegemonia no contexto em que a sociedade civil se tornou uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas. Ou seja, com a complexificação do Estado e da sociedade civil por meio dos aparelhos privados de hegemonia a partir da organização, sobretudo, mas não apenas, das classes sociais fundamentais.

Com o intuito de apreender as novas estratégias de dominação burguesa será necessário discorrer sobre o Estado e sua relação com as classes sociais e como as lutas destas foram travadas, de modo a evidenciar a maneira pela qual foi tratada a "questão social" sob a ótica empresarial e estatal, assim como do ponto de vista da classe

operária, já que a aludida “questão social” foi posta por ela no início do século XX com o desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Pretendemos, assim, entender o significado das mudanças da atuação dos empresários no que refere aos problemas sociais sob a égide da responsabilidade social empresarial e do investimento social empresarial a partir do final dos 1980 e começo dos anos 1990. Período este – de profundas transformações políticas, econômicas e sociais - que colocou sob outras bases a hegemonia burguesa no Brasil. Assunto que tentaremos contemplar no próximo item a seguir.

1.3 – As condições históricas para a emergência e desenvolvimento da ideologia da Responsabilidade Social Empresarial e do Investimento Social Privado.

A idéia de empresas preocupadas com a chamada "questão social" surgiu no Brasil por intermédio de alguns empresários, que tiveram suas trajetórias marcadas por um conjunto de experiências políticas vivenciadas através de novas organizações que despontaram durante os anos 1980 e início da década de 1990.

Essas organizações inauguraram uma nova forma de atuação empresarial, que se diferenciaram sobremaneira das organizações tradicionais patronais como a FIESP. Tais experiências contribuíram para a emergência de uma nova abordagem política, denominada Responsabilidade Social Empresarial e Investimento Social Privado, que culminou na criação dos Institutos Gife e Ethos de Responsabilidade Social Empresarial em meados da década de 1990.

A partir desse período, nos anos 1990, o engajamento social dos empresários ganha outro sentido e força, uma vez que sua atuação se articula com os processos de redefinição da hegemonia burguesa sob a égide da política neoliberal

Historicamente, a "questão social" no Brasil tem sido respondida ora com violência e repressão em razão da resistência das classes dominantes ante qualquer forma de proteção social aos trabalhadores, ora atendida, mediante forte pressão das classes subalternas, ainda que parcialmente, as suas reivindicações, materializadas em leis sociais.

As leis sociais, nunca é demais ressaltar, são postas na forma de reivindicação dos trabalhadores para amenizar as precárias condições de vida. É desse modo que surge a "questão social" enquanto manifestação colocada pelos trabalhadores, no curso do desenvolvimento do capitalismo, das suas condições de existência marcadas pelo pauperismo. Nesse sentido, a "questão social" traz à tona a formação da classe operária e de sua atuação política, como também a necessidade do reconhecimento por parte do Estado, por meio das políticas sociais, dos seus interesses.

De modo bem sucinto, no Brasil, no período entre 1930 e 1964, o padrão de resposta à "questão social" configurou-se pela filantropia empresarial e por uma legislação social controladora e restrita.

Segundo César (2008), o empresariado ampliou e modulou sua forma de intervenção na questão social utilizando-se da ação estatal na forma de prestação de

serviços assistenciais aos trabalhadores como creches, moradia e alimentação. No Estado Novo, por exemplo, os empresários optaram por serviços sociais de caráter assistencialista e unificaram as iniciativas de diversas empresas por meio da criação dos grandes complexos assistenciais como SESI-SENAI/SENAC/SESC. Essas organizações tinham como principal propósito a formação da força de trabalho e dos seus familiares do ramo industrial e comercial segundo a lógica taylorista-fordista.

Depois do golpe de 1964, os empresários se utilizaram das articulações com o Estado e expandiram a rede própria de serviços sociais oferecidos aos trabalhadores, priorizando a manutenção de serviços sociais circunscritos aos seus empregados.

Este período também assistiu a um progressivo desenvolvimento político-organizacional dos empresários, que pode ser notado no surgimento das aludidas organizações assistenciais como SESI, SENAI ou no chamado sistema S, que inclui o SESC e o SENAC, como também a criação, antes do golpe de 1964, do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), em 1961, e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD).

Essas duas últimas organizações[16] – de acordo com o importante estudo de Dreifruss (1981), na obra intitulada *1964: A Conquista do Estado* – empreenderam um conjunto de estratégias de caráter ideológico e cultural com o propósito – além de educar a própria classe quanto aos seus interesses mais amplos – de combater o governo nacional-reformista de João Goulart e todos aqueles que o apoiavam, sobretudo os comunistas. Tal empreitada se efetivou por meio da realização e difusão de filmes, panfletos, tradução e publicação de livros, etc.

É, no entanto, no final dos anos 1970 e no decurso dos anos 1980 e 1990, mediante as mudanças de cunho econômico, social e político que ocorreram no Brasil, que surgem organizações empresariais de novo tipo para atuar neste contexto. Ocorrência motivada, sobretudo, por suas estruturas representativas, corporativas e civis, e pelas estratégias anteriores tidas como insuficientes para responder ao novo quadro político e social que delineava no país e à complexificação na sociedade civil

[16]Os referidos Institutos eram, segundo Dreifruss (1981, p. 164), "o verdadeiro partido político da burguesia e seu estado-maior para a ação ideológica, política e militar". Com o propósito de instaurar e legitimar o golpe empresarial-militar, o complexo IPES/IBAD realizou um trabalho político-ideológico por meio de inúmeras estratégias e táticas que visavam a atingir várias frações e classes sociais.

com a organização política das classes subalternas, impulsionando, dessa maneira, o empresariado a reorientar-se politicamente.

Nesse sentido, nas décadas de 1980 e 1990 o Brasil passou por intensas mudanças. Este período é marcado por crises econômicas e políticas, que colocaram sob outras bases a hegemonia burguesa no Brasil.

A crise econômica teve início – sob a ditadura empresarial-militar – com o fim do chamado "Milagre Econômico" devido ao choque do petróleo e o fim da liquidez internacional. O "milagre" se assentava numa política de dependência do sistema financeiro e comercial internacional, que, segundo Fausto (2010, p.486), "eram responsáveis pela facilidade dos empréstimos externos, pela inversão de capitais estrangeiros e pela expansão das exportações".

Assim, a política econômica adotada pelo regime militar baseava-se no desenvolvimento de um capitalismo marcado por uma forte intervenção estatal, com uma estrutura industrial oligopolística e pelo endividamento externo, visto que a industrialização promovida neste contexto se amparava na política da dívida externa.

Em outros termos, o Estado induzia por intermédio dos bancos nacionais o pedido de empréstimos externos para financiar a industrialização no país. Segundo Fontes e Mendonça (2006), a crise do "milagre" se caracterizou pelo endividamento e o fim do fôlego do Estado na manutenção do ritmo de crescimento.

O advento da crise econômica mundial[17], expressa pelo choque do petróleo em 1973, 1978 e 1979, pôs em xeque os fundamentos do "milagre", levando o país à crise, que se desdobrou com mais intensidade nos 1980. Isso porque o modelo de desenvolvimento adotado colocava o Brasil numa relação de dependência e subordinação frente à política econômica internacional.

Deste modo, a década de 1980 se caracteriza pelo esgotamento do padrão adotado pelo regime militar, ou seja, do modelo desenvolvimentista baseado no tripé estatal no setor de infraestrutura, endividamento externo e favorecimento dos setor industriais associados às transnacionais. A crise pode ser percebida pelos seus sintomas:

[17]No sentido amplo há uma crise do capital, ou seja, queda da taxa de lucros, que se inicia nas economias do capitalismo central, que depois atingiria o Brasil e os países da América Latina. As respostas à crise se articularam em dois processos: uma em nível econômico, com a reestruturação produtiva e outro em nível político, com o programa neoliberal.

crescente elevação da inflação, baixo crescimento do PIB, elevação da dívida externa e interna, dentre outros aspectos.

A instabilidade econômica e política nos decênios de 1970 e 1980 abalou a correlação de forças no bloco no poder, tendo como um dos seus sintomas a crise de representatividade dos empresários devido à falta de um projeto político que propiciasse unidade no interior da classe burguesa.

Esse quadro de instabilidade, no final dos anos 1970, provocou uma mudança qualitativa do comportamento dos empresários no modo de fazer política, que se traduziu por meio da campanha antiestatista principalmente pela fração hegemônica do capital monopolista. Conforme Maciel (2004, p. 112):

> A disputa entre diversas frações do capital, particularmente do capital monopolista, foi ampliada pela conjunção entre a certeza de que as taxas de crescimento do "milagre brasileiro" não se repercutiriam, devido às crescentes dificuldades econômicas internas e externas, e a confirmação da orientação econômica do governo, com o anúncio do II PND [...].

Assim, de acordo com o mesmo autor, em virtude das baixas taxas de crescimento da economia e das disputas interburguesas nas questões econômicas desdobraram em um movimento dúplice: "crítica aguda da intervenção do Estado na economia; de um lado, flexibilização e ampliação dos canais de interlocução e inserção corporativa da fração do capital monopolista, principalmente com o Estado, de outro" (2004, p.112).

Os empresários, a partir deste momento, passaram a ter como horizonte outra forma de se articular politicamente, não mais subordinados ao Estado, até mesmo porque, este passou a ser alvo de críticas incisivas por parte de frações da burguesia quanto ao centralismo econômico e político. A campanha antiestatista capitaneada pelos empresários é ilustrativa.

O conteúdo da campanha girava em torno da forte intervenção do Estado na economia e de seu caráter fechado diante das principais decisões políticas e econômicas. Esse quadro de crise de hegemonia se estendeu ao longo dos anos 1980 e é superado em torno do projeto neoliberal sob o comando de Fernando Henrique Cardoso com as eleições de 1994.

Some-se a esse cenário a deflagração das greves no ABC paulista que propiciou o ressurgimento dos trabalhadores na arena política, colocando em xeque a ditadura

empresarial-militar e instaurando-se, assim, um clima de incertezas quanto ao futuro político e econômico do país.

As greves operárias merecem um pouco de destaque devido à importância política que tiveram naquele momento histórico. A organização dos trabalhadores teve início quando se descobriu que os índices inflacionários e os custos de vida haviam sido manipulados, em 1973, pelos institutos vinculados ao governo, o que acarretou uma perda salarial significativa. Os trabalhadores, capitaneados pelo Sindicato dos Metalúrgicos em São Bernardo do Campo e Diadema, passaram a lutar pela reposição salarial e estas lutas se tornaram etapas, que, posteriormente, culminaram nas greves de 78, 79 e 80.

Assim, houve um intenso processo de socialização da política, ou seja, as classes populares passaram a participar e articular-se em torno de movimentos sociais, partidos políticos e sindicais para a luta antiditatorial, que se materializou na campanha conhecida por Diretas Já!, durante 1984, na instauração da chamada Nova República, em 1985, na Assembleia Constituinte, em 1986, e na participação da elaboração da Constituição de 1988.

Contextualmente é importante notar, devido ao novo cenário, que pela primeira vez na história do país, segundo Fontes (2010), emerge um conjunto de organizações das classes subalternas de base nacional. Assim, o Partido dos Trabalhadores, fundado em 1980, a Central Única dos Trabalhadores, em 1983, e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em 1984, se colocaram como os principais interlocutores para debater os interesses das classes subalternas diante do Estado e do empresariado.

Consequentemente, o processo de elaboração de propostas durante a Assembleia Constituinte pode ser visto como um termômetro das lutas entre classes e frações de classes. A conformação das forças políticas, nesse sentido, de acordo com Cruz (1991), pode ser demarcada em três campos. No primeiro deles se situava a vertente de esquerda, no segundo, a social-progressista e no terceiro, a liberal-conservadora ou direitista, onde se localizava os empresários. Durante todo o processo de elaboração das propostas para a nova Constituição essas forças divergiam quanto à forma e ao conteúdo.

De acordo com Diniz (1991), no que concerne à organização sindical e aos direitos trabalhistas durante o processo de elaboração de propostas à Constituinte, a

posição do empresariado se mostrou conservadora, visto que no âmbito da organização sindical buscou-se preservar a estrutura tradicional, ou seja, aquela tutelada pelo aparelho estatal. Já na esfera dos direitos trabalhistas, esforços foram dirigidos no sentido de reverter na fase final da Constituição aquilo que havia sido conquistado pelas centrais sindicais como a CUT, Central Única dos Trabalhadores, e CGT, Central Geral dos Trabalhadores, a saber: o direito irrestrito à greve, estabilidade no emprego, redução da jornada de trabalho, pagamento em dobro de horas-extras, extensão da licença à gestante, dentre outros.

As organizações patronais, corporativas ou civis, durante o processo da elaboração da nova Constituição, atuaram de maneira incisiva contra qualquer proposta de caráter universalizante, sobretudo no que refere aos direitos sociais e trabalhistas e paralelamente no sentido de reafirmar seu papel de classe. As organizações empresariais que atuaram de modo destacado no processo constituinte funcionaram como "pivôs político-ideológicos". São exemplos: a Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais (Cedes), Instituto Liberal (IL), Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF), União Brasileira dos Empresários (UB), União Democrática Ruralista (UDR), e a Associação Brasileira de Defesa da Democracia (ABDD). (FONTES, 2010)

Neste cenário é possível constatar como a organização das classes populares e as lutas travadas por elas refletem na forma de organização dos empresários. Estes redefinem seu modo de articular-se politicamente com a renovação das antigas associações e sindicatos e, sobretudo, com a criação de novas organizações, uma vez que os mecanismos de participação política de outrora se tornam insuficientes ao novo contexto que emergia com a abertura política.

Daí a ocorrência de uma complexificação do Estado e na sociedade civil por meio do surgimento de novos aparelhos privados de hegemonia tanto de cunho popular e classista como empresariais. Isso porque, de acordo com Cruz (1991):

> [...] historicamente, a organização de interesses patronais foi condicionada por dois feixes de problemas: 1) aqueles que decorriam da concorrência intercapitalista – evitar ou controlar a concorrência de preços, estabelecer barreiras protecionistas como a defesa contra o competidor externo, opor-se coletivamente aos fornecedores de matérias-primas [...]; 2) aqueles que advinham da mobilização e organização dos trabalhadores, criando espaços crescentes de solidariedade. (p.351)

Desse modo, quando se observa a atuação do empresariado industrial brasileiro na década de 1980, segundo Diniz (1991), percebe-se "o fortalecimento de sua capacidade de organização e a diversificação de seus recursos de poder [...] O setor modernizou-se, aperfeiçoou seus mecanismos de representação e renovou seus quadros dirigentes [...] (p.351)".

Mas, sobretudo, como já assinalado, criou-se novas organizações empresariais bem diferentes das existentes até então. Posto que as condições históricas eram outras, colocando um conjunto de problemas e situações ainda não vivenciadas tanto pelos empresários quanto, principalmente, pelas classes subalternas. Ou seja, com a abertura política abrem-se outros canais e formas de participação política, por exemplo, os partidos políticos que passam a ganhar mais destaque no novo contexto.

Assim, emergem novas organizações como, por exemplo, o IEDI (Instituto de Estudo para o Desenvolvimento Industrial), o PNBE (Pensamento Nacional de Bases Empresariais) e os Institutos Liberais que passaram a se preocupar com os temas gerais que atravessam a sociedade, questionando, portanto, as entidades corporativas tradicionais e redefinindo as suas estratégias de dominação para além de seus interesses econômico-corporativos, fato que evidencia o processo de redefinição da relação entre Estado e sociedade.

Segundo Gros (2003), o PNBE, o IEDI e o Instituto Liberal apresentaram formas de ações peculiares e com objetivos mais amplos e de longo prazo. Dito de outro modo, essas organizações se destacaram em virtude de ultrapassarem os interesses imediatos, assumindo posições mais amplas, de caráter hegemônico.

O Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), criado em 1989, em São Paulo, representa, segundo Gros (2003) alguns dos maiores grupos industriais do país, principalmente da indústria de base. O IEDI foi criado com a finalidade de desenvolver estudos e elaborar propostas alternativas e estratégia de desenvolvimento econômico social para o Brasil, em especial propostas globais que interessavam à grande burguesia industrial. Essas propostas baseiam-se num diagnóstico das transformações da produção industrial em nível mundial e do processo de globalização econômica, para reivindicar junto ao Estado a definição de uma política industrial de longo prazo.

O Instituto Liberal, segundo Gros (2003), foi criado no Rio de Janeiro, no ano de 1983, em seguida expandiu-se para outras regiões do país como São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais, Pernambuco, Ceará e Brasília. Os Institutos Liberais surgem no Brasil com o propósito de difundir em longo prazo seus valores e a ideologia neoliberal entre a burguesia e a sociedade como um todo. Com essa finalidade, desenvolveram duas estratégias:

> a doutrinação ideológica entre as elites e a elaboração de projetos de políticas públicas inspirados na teoria liberal, especialmente na Escola Austríaca de Economia. As atividades desenvolvidas pelo Instituto Liberal para implementar essas estratégias incluem: edição de livros; promoção de palestras e cursos nos meios empresariais, universitários, jornalísticos, jurídicos, militares e políticos; publicação de artigos de opinião escritos por seus "intelectuais orgânicos" em revistas e jornais; e a contratação de especialistas para elaboração de estudos e sugestões de projetos de lei. Dessa forma, o *lócus* de atuação do Instituto Liberal extrapola os limites do Estado e espalha-se pelas elites formadoras de opinião na sociedade. (GROS, 2003, p.59)

Ainda, segunda a autora, os Institutos Liberais eram tanques ideológicos ou *think tank* da burguesia brasileira, uma vez que, como visto acima, a ação política destas organizações consistem, particularmente, em – além de produzir um conjunto de conhecimento que podem vir a sofrer regulamentação pública – formular soluções ou projetos de políticas públicas.

Os Institutos Liberais surgiram em um cenário de crise de hegemonia no país e, nesse sentido, disputaram a direção política. Em outros termos, segundo Gros (2003), a ação política dessa organização buscava a construção de uma hegemonia ancorada nos pressupostos do liberalismo ultraconservador da escola Austríaca, a sua atuação, no fundamental, se realizava pela disputa política ideológica frente aos rumos do desenvolvimento social, político e econômico do país, portanto, uma atuação política bem diferente do sistema tradicional patronal.

Outra organização que expressou o surgimento desse novo modo de fazer política do empresariado foi o Pensamento Nacional de Bases Empresariais (PNBE), instituído na cidade de São Paulo em 1990. Durante três anos anteriores a sua formalização, o PNBE se constituiu como um movimento informal, organizado por um conjunto de jovens empresários paulistas. Dentre outros fundadores estavam Oded

Grajew, Emerson Kapaz, Salo Seibel, Joseph Couri, Paulo Butori, Adauto Ponte, Eduardo Capobianco.

Segundo Bianchi (2001), o PNBE é uma organização civil cujo propósito consiste em organizar os empresários para interferir em questões mais amplas no âmbito político, econômico e social do Brasil.

Desse modo, o PNBE visava a superar o caráter econômico-corporativo dos empresários com a finalidade de apresentar um projeto hegemônico para o país. Basicamente, os empresários ao se organizarem no PNBE tinham como o propósito elevar-se à condição de classe dirigente.

Além disso, esta organização traduz parte da crise política dos anos 1980. Tanto no sentido de exigir maior participação política e democracia no interior das organizações patronais tradicionais, sobretudo, da FIESP quanto e, em decorrência da própria crise de representatividade, na necessidade dos empresários industriais articularem-se para apresentar um projeto para o país com o fito de superar a crise política e econômica que o país vivia na década de 1980, que até então os sindicatos patronais não estavam conseguindo respondê-la.

Portanto, a partir de meados dos anos 1980 redefine-se o modo pelo qual as lutas de classe são travadas com a emergência das classes subalternas como protagonistas das lutas sociais. Até o final da ditadura militar a força e a coerção eram elementos predominantes[18], com as mudanças políticas e econômicas ocorridas no país, ampliam-se as estratégias de cunho consensual por parte das classes dominantes, sem, é claro, abrir mão da coerção e da força. Em outras palavras, a repressão como se efetuou até meados do final da ditadura empresarial-militar revelara-se insuficiente para conter as classes subalternas.

É neste processo da nova atuação empresarial que também surgem as primeiras iniciativas que preconizaram um novo tipo de intervenção empresarial de caráter mais sistemático e abrangente, que se traduziu, posteriormente, no assim chamado Investimento Social Privado e Responsabilidade Social Empresarial. Essas iniciativas

[18] Não estamos afirmando com isso que um regime possa ser sustentado apenas ou principalmente por meio da força, uma vez que, houve, nesse período, como vimos na obra de Dreifruss, um intenso trabalho ideológico de legitimação política. Buscamos apenas enfatizar as mudanças de estratégias da burguesia com a abertura política no país. Além do mais, como discutimos no primeiro item, não é possível separar coerção do consenso e vice-versa.

são tentativas de diferenciar-se das práticas de filantropia empresarial, visto que esta se constituía e se constitui em ações fragmentárias e esporádicas.

Nessa linha, em 1982, foi lançado pela Câmara de Comércio Americana, o Prêmio Empresa e Comunidade, ou simplesmente, Prêmio Eco, com o propósito de reconhecer as práticas de empresas socialmente responsáveis. A preocupação dos formuladores desta iniciativa foi, além de propiciar a reflexão quanto ao papel da empresa, estabelecer por meio do Prêmio Eco o compromisso corporativo com o desenvolvimento social.

Em razão dessas primeiras iniciativas:

> Ao longo dos anos o Prêmio Eco ganhou reconhecimento pela antecipação de tendências e por influência positiva no comprometimento das empresas com o tema da sustentabilidade. Já mobilizou 2064 companhias brasileiras e multinacionais, que inscreveram 2.563 projetos, 225 deles premiados. (AMCHAM, s/n, 2013)

Percebe-se, então, que o lançamento do Prêmio Eco e seu propósito de premiar empresas que desenvolviam as, assim chamadas, melhores práticas no sentido da "construção de uma sociedade mais justa e próspera e para preservar o meio ambiente", guardavam o intuito de organizar, sistematizar e, especialmente, incentivar as ações empresariais, conferindo a elas mais organicidade diante das suas práticas.

Outra importante organização no estabelecimento de uma nova agenda empresarial foi a Associação de Fabricantes de Brinquedo (ABRINQ). Esta é uma associação da classe empresarial do ramo da indústria de brinquedos, fundada em 1985. Seu propósito é representar os empresários de forma ética em vários espaços como fóruns tanto em nível nacional quanto internacional. Em virtude disso, criou em sua estrutura a Diretoria de Defesa dos Direitos da Criança, destacando-se pela participação ativa juntamente com outras organizações políticas, no final dos anos 1980, da luta pelo Estatuto da Criança e dos Adolescentes – ECA.

Devido à experiência com a mobilização pela institucionalização dos direitos das crianças e adolescentes, foi criada a Fundação ABRINQ, em 1990, no mesmo ano da aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

A Fundação ABRINQ baseia-se na Convenção Internacional dos Direitos da Criança da ONU, na Constituição do Brasil bem como no Estatuto da Criança e do Adolescente. Com isso busca estimular e fazer pressão para a implantação e execução

de políticas sociais no que se refere a este segmento. Guiada por esses preceitos, a fundação ABRINQ lançou, em 1995, *"O Selo da Empresa Amiga da Criança"* cuja finalidade consistia em identificar as empresas signatárias do documento "compromisso em benefício da criança".

Essa organização, tendo à frente importantes intelectuais orgânicos do capital como Oded Grajew e Emerson Kapaz, que estiveram envolvidos e articulados também com o PNBE, estimulou a participação política dos empresários para além de seus próprios interesses ao incentivar a intervenção deles em questões envolvendo crianças e adolescentes. Fato que, em períodos anteriores, seria quase impossível, visto que suas preocupações estavam relacionadas, principalmente, ao âmbito da reprodução da força de trabalho.

No bojo dessas iniciativas encontra-se também o IBASE, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, fundada em 1981 por, entre outros, Herbert de Souza, conhecido por Betinho, que, apesar de não ser uma organização empresarial, contribuiu com a introdução dos balanços sociais ou atividades sociais das empresas. Essa instituição defende a "radicalização da democracia e a afirmação de uma cidadania ativa".

Nesse sentido, destacou-se pela campanha contra a fome, na década de 1990, e, principalmente pelo projeto de Balanço Social das Empresas. O referido Balanço teve um papel significativo para a formulação, posteriormente, da responsabilidade social empresarial. Isso porque foi por meio dele que essa idéia foi lançada no Brasil. A partir desse momento as empresas foram pressionadas a apresentar em seus balanços as ações sociais por elas realizadas. O lançamento do projeto foi fruto de uma série de reuniões entre os empresários ligados ao PNBE, à Fundação Abrinq e ao Cives com o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE.

Durante os anos 1990 devido aos escândalos políticos envolvendo corrupção no governo Collor, foi criado o *Movimento pela Ética na Política*, que se desdobrará, em 1993, no programa *Ação da Cidadania contra Miséria e pela Vida*, também criado por Betinho. Este programa visava a sensibilizar e chamar a atenção das pessoas, especialmente da burguesia quanto aos problemas sociais para depois empreender ações conjuntas.

Todas as organizações e ações arroladas até aqui contribuíram para o surgimento de um novo tipo de abordagem política no enfrentamento das "questões sociais" pelos

empresários, sobretudo, as últimas. Não por acaso, foi no interior da Câmara de Comércio Americana que se fundou o Instituto Gife (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas) e também da Fundação Abrinq que propiciou a criação do Instituto Ethos de Responsabilidade Social Empresarial.

Assim, podemos dizer que essas experiências, no se refere à atuação dos empresários, contribuíram pelo menos em dois sentidos à emergência para aquilo que estamos chamando de uma nova abordagem política empresarial.

A primeira foi que os empresários ultrapassaram a consciência-corporativa, ou seja, passaram a formular propostas para além de seus interesses imediatos ao incorporar em sua agenda política os temas relacionados à democracia, ao desenvolvimento social e econômico como foi o caso do PNBE, ou ainda, como foram os Institutos Liberais, que passaram a disputar a direção política na sociedade com a difusão do ideário neoliberal.

A segunda se constitui nas primeiras iniciativas, ainda que dispersas, de intervenção empresarial de modo mais orgânico no campo do social como foram os casos da Fundação Abrinq e da Câmara de Comércio por meio do Prêmio Eco.

Além destes fatores, outro agente que contribuiu decisivamente para a expansão e fortalecimento da ação social dos empresários e de outras organizações com o advento do neoliberalismo no país foi o Estado, uma vez que, como veremos mais à frente, em decorrência da política neoliberal há uma desresponsabilização da esfera estatal frente aos problemas sociais, propiciando e intensificando a intervenção social dos empresários.

O início dos anos 1990 é um período em que os desdobramentos da década anterior quanto aos rumos políticos e econômicos permanecem, fato esse superado com consolidação do projeto neoliberal por meio da eleição de Fernando Henrique Cardoso à Presidência da República. Essas mudanças de caráter político, econômico e social se operam logo após de ser instituída a Carta Constitucional de 1988.

A Constituição de 1988 traduziu as lutas travadas pelas classes subalternas com a conquista de importantes direitos sociais. Percebe-se isso por meio do exame da Seguridade Social, visto que a proteção social passou a ser responsabilidade do Estado e "desvincula-se, parcialmente, do formato contratual/contributivo que caracteriza a previdência, para assumir o escopo mais amplo, incluindo, a saúde, como política

universal, e a assistência aos segurados pobres e não segurados" (PEREIRA, 1998, p.65).

Assim, ao definir um sistema social formado pela previdência, saúde e assistência social, a nova Constituição acenou com a promessa de cidadania para uma maioria que esteve fora do mercado de trabalho e, portanto, sem proteção social (TELLES, 2001, p.144).

Nesse período ocorre uma mudança profunda em relação ao quadro político e social anterior. Há um refluxo dos movimentos sociais que despontaram nos anos 1980, e das organizações dos trabalhadores, bem como, uma nova configuração na sua atuação. Isso ocorre porque, como aludido, o Brasil inicia a implantação da política neoliberal e da reestruturação produtiva, sob o modelo toyotista, trazendo para os trabalhadores a intensificação da precarização das condições de trabalho tais como perdas salariais, um novo tipo de envolvimento dos trabalhadores na empresa, que significou e ainda significa a desmobilização deles, e uma ofensiva aos recém-criados direitos sociais.

É claro que isso não explica por si só a desmobilização dos trabalhadores, visto que, como apontou Boito (1999), apesar dos anos 1990 terem sido um período difícil para eles porque impunha um recuo do sindicalismo, levando a uma postura política defensiva, não impunha, contudo, a adoção do sindicalismo propositivo. Esta nova forma de atuação visava à elaboração de propostas que deveriam ser apresentadas e negociadas em fóruns tripartites, que reuniam os sindicalistas, empresários e governo.

A nova estratégia substituiu o sindicalismo combativo construído na década de 1980 a partir da linha política empreendida pela força majoritária da CUT- Articulação Sindical- no Congresso ocorrido em 1991. Não apenas a adesão da CUT ao sindicalismo propositivo contribuiu à implementação do neoliberalismo no Brasil, como também, a adesão dos setores populares. Isso porque esse período histórico redefiniu a hegemonia burguesa no Brasil, que significou novas estratégias de dominação sob a direção neoliberal. Nas palavras de Boito (1999, p. 219):

> [...] hegemonia no sentido gramsciano: conversão de uma ideologia e de em uma plataforma política de classe "em cimento" de um novo bloco histórico. A apologia do mercado e da empresa privada, como espaços da eficiência e da iniciativa inovadora e progressista, e a correspondente condenação do Estado, das empresas públicas e do intervencionismo estatal, como fontes de desperdício, de burocratismo e de privilégios,

> são ideais, valores [...], difundindo-se e penetrando, de modo desigual e às vezes contraditório, porém, largamente, no conjunto da sociedade brasileira, inclusive, portanto, nas classes populares

Como se sabe, a política neoliberal começou com Fernando Collor de Mello em 1990. Entretanto, foi no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso que se iniciou a sua consolidação, encerrando, dessa maneira, a crise de hegemonia aberta nos anos 1980. Isso porque no governo de Fernando Henrique Cardoso ocorre um processo de acomodação no bloco no poder sob a égide neoliberal em que o capital financeiro torna-se a força hegemônica.

Para acompanhar a redefinição no bloco no poder e, dessa maneira, entender os pilares da política neoliberal, usaremos a *metáfora dos círculos* criada por Boito (2003). Nesta perspectiva, segundo o autor, os pilares que dão sustentação à política neoliberal podem ser entendidos de acordo com a metáfora de três círculos concêntricos.

O primeiro círculo externo e maior abarca os interesses imperialistas e toda a burguesia. Nele, compreende-se a desregulamentação dos gastos, a redução dos salários e dos direitos sociais. O segundo, que representa a política de privatização, favorece o imperialismo e a fração da burguesia monopolista e, ao mesmo tempo, marginaliza o pequeno e médio capital. O terceiro círculo, por sua vez, mais estreito e que se localiza no centro, compreende a abertura comercial e a desregulamentação financeira, este círculo favorece o capital bancário monopolista e o imperialismo e desfavorece o capital industrial monopolista.

A despeito dessas diferenças de interesses na política neoliberal, foi por meio dela que, como pode ser visto pelos círculos, se unificou a burguesia em torno do governo de FHC, sobretudo no que refere à desregulamentação dos gastos, à redução dos salários e dos direitos sociais. Nessa direção, FHC (1994-1998), no discurso de posse, afirmou que o período varguista terminaria com ele. Para levar a cabo tal objetivo, planejou diversas alterações na máquina estatal, nomeando Luiz Carlos Bresser Pereira como titular do novo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado – MARE – pasta que ficaria responsável por tal empreitada.

Assim, segundo Ilse Gomes Silva (2003), Fernando Henrique Cardoso, amparado pela popularidade das eleições, começou o governo com uma ampla reforma na política e no aparelho de Estado cuja finalidade era diminuir o chamado “custo

Brasil" para solucionar a crise econômica brasileira e garantir as condições de inserção do país na economia globalizada. Paralelamente trava-se uma luta ideológica apresentando os direitos sociais como privilégios e obstáculos para o desenvolvimento econômico, fato que desencadeou, além da desregulamentação da economia, a flexibilização da legislação trabalhista, a diminuição de gastos sociais e a privatização das empresas estatais, atendendo ao ideário do Consenso de Washington que preconizava os postulados neoliberais.

Nesse contexto, ganhou fôlego a crítica ao caráter centralizado do Estado, à burocratização e à baixa "eficácia" e à "eficiência social" quanto ao gasto do dinheiro público. Do mesmo modo o funcionalismo público foi desenhado, sobretudo pelos meios de comunicação, como fonte de desperdício, ineficácia e de parasitismo dos recursos estatais. Com esse discurso, difundiu-se a noção de que os problemas enfrentados não derivavam da crise orgânica do capitalismo, mas da atuação equivocada, ineficiente e corrupta do Estado. (FALEIROS e MELO, 2005).

Para o ex-ministro Pereira (1997), o grande propósito da década de 1990 foi a Reforma do Estado, uma vez que, em 1970, este passou por um crescimento distorcido, por essa razão entrou em crise e tornou-se o principal fator de redução das taxas de crescimento econômico, das elevadas taxas de desemprego e da inflação. Como não considera que a reforma por ele idealizada fosse neoliberal, Pereira (1997) afirma que a resposta neoliberal à crise não logrou resultados, portanto, estava posto que foi preciso uma verdadeira reforma.

Para obter a realização da Reforma do Estado foram propostas as seguintes mudanças: delimitação, que impele a redução do pessoal, terceirização e publicização, que implica ainda na transferência do setor público ao privado. E a desregulamentação cumpre o papel de permitir o controle através do mercado, assim, delimita a ação do Estado, sobretudo na área social. Além disso, Pereira (1997) destaca a importância da governança para tornar o Estado gerencial e a separação das atividades exclusivas do Estado entre a formulação e a execução das políticas públicas.

Em outras palavras, segundo Pereira (1997), a privatização requer a transformação da empresa estatal em privada, a publicização consiste, por sua vez, na mudança das organizações estatais numa organização de direito privado e, por fim, a terceirização não é senão a transferência para o setor privado dos serviços auxiliares.

O autor assinala ainda que a atuação do Estado se destaca em três áreas: as atividades exclusivas e as atividades não exclusivas do Estado, que inclui as escolas, as universidades, os museus, a saúde, centro de pesquisas científicas e tecnológicas, as creches, os ambulatórios, os hospitais, entidades assistenciais e, a terceira, produção de bens e serviços para o mercado.

Engendra-se nesse momento um conjunto de medidas a partir da Reforma do Estado e, posteriormente, do programa Comunidade Solidária, que produziu significativas mudanças no modo pelo qual a "questão social" será tratada ao estabelecer parcerias ou transferir parte da execução das políticas sociais às organizações tidas como públicas não-estatais ou da iniciativa privada, mas com fins públicos, simplificando, parcerias e transferência para o chamado terceiro setor.

A partir do governo FHC a política de parcerias e transferências de responsabilidade para o denominado terceiro setor toma corpo com a proliferação das organizações empresariais, organizações privadas de interesse público, não-estatais (como ONGs), organizações sem fins lucrativos, desde as tradicionais entidades filantrópicas até as modernas fundações empresariais atuando na questão social sob discurso de colaboração, parcerias, responsabilidade social e voluntariado. (YAZBEK, 2001, COUTINHO, 2011 E SILVA, 2003).

Com a Reforma do Estado, rompeu-se o conceito universalizante de público e estatal, visto que a Constituição de 1988 conferiu ao Estado a responsabilidade pelas políticas sociais. Vale dizer que, "embora a universalidade das políticas sociais nunca tenha se efetivado, a presença desses pontos na carta foi resultado da luta dos movimentos sociais e das entidades de classes". (COUTINHO, 2011, p. 13).

O programa Comunidade Solidária, criado em meados da década de 1990 no governo FHC, tendo Ruth Cardoso à frente, teve especial destaque ao ser o centro catalisador na produção de mudanças expressivas na formulação e execução de políticas sociais postas pela Reforma do Estado.

Neste contexto, como veremos com mais detalhes no próximo capítulo, o assim chamado terceiro setor assume relevância e legitimidade. Pautado na idéia de que o terceiro setor se constitui como principal alternativa para responder aos problemas sociais devido a sua própria lógica que não se submete nem ao Estado nem ao mercado e, portanto, não está preso à burocracia estatal tampouco à lógica lucrativa do mercado, segundo Cardoso (2007), o Programa Comunidade Solidária foi criado.

A principal função do Programa, de acordo com termos adotados, foi estimular, mobilizar, catalisar recursos e energias à ação de organizações sociais para o enfretamento dos problemas sociais.

Nesse sentido, desenvolveu-se no ano de 1996 um conjunto de iniciativas que colocou em prática a criação de um ambiente legislativo e institucional favorável ao fortalecimento e à ampliação das organizações sociais, bem como a produção de conhecimento a respeito do terceiro setor e a sua difusão ao conjunto da sociedade e a promoção do voluntariado. Portanto, o referido programa se constitui num órgão indutor de iniciativas oriundas do terceiro setor, de modo que, ao desresponsabilizar o Estado dos problemas sociais, favoreceu a atuação da iniciativa privada na área social nos anos 1990.

A partir destas noções as políticas e programas sociais são transformados, ocorrendo uma redefinição simbólica e prática no modo pelo qual os problemas sociais serão tratados, imprimindo, assim, outro significado à cidadania.

Neste processo estava subjacente o espraiamento da ideologia da solidariedade entre as classes, segundo a qual todos deveriam lutar pelo bem comum, sem uma reflexão adequada sobre as causas da pobreza e a natureza da parceria entre o Estado e o autodenominado terceiro setor. De acordo com Thereza Lobo (2002, p. 02), que atuou no Programa Comunidade Solidária desde 1995 e foi Coordenadora do Programa Parcerias entre o Estado e a Sociedade Civil:

> O Conselho da Comunidade Solidária entende que em um país onde uma longa história de injustiça é responsável por grandes segmentos da população estarem ainda vivendo numa situação de pobreza, lutar contra a exclusão social requer uma estratégia que leve em consideração, pelo menos: a) *focalização* adequada às pessoas e áreas de maiores necessidades; b) mobilização de recursos públicos e privados por meio de *múltiplas parcerias*; e c) experimentação de formas custo-efetivas de implementar programas sociais. Estes três conceitos – focalização, participação e inovação – formam um conjunto que funciona como a base fundamental da estratégia da Comunidade Solidária. Eles inspiraram o diálogo do Conselho seja com o governo e com a sociedade. Eles orientaram a implementação de iniciativas e ações sociais na direção do fortalecimento da sociedade civil.

Como se vê, o programa direcionou-se aos setores mais pobres, constituindo em ações focalizadas contra a pobreza, sendo que a consecução desses programas dependia, segundo seus formuladores, da parceria com a sociedade civil, sobretudo com o empresariado. Nesse sentido, o Estado reformulou o seu modo de atuar no trato dos problemas sociais, transferindo às organizações e fundações e institutos de origem empresarial, com base na noção do envolvimento de todos para diminuir as desigualdades sociais, tarefas que a Constituição de 1988 lhe incumbira.

Nesta operação ideológica, como apontou Montaño (2006), as atividades desenvolvidas pelas inúmeras organizações sociais passam a ser vistas como ganhos, conquistas, ao passo que a cidadania, especialmente a dimensão social, de caráter universal, assegurado pelo Estado, é tida como ineficiente, inoperante e ineficaz, dentre outras satanizações construídas em torno da obrigação do Estado para com os direitos de cidadania e da legislação trabalhista. O Estado foi o principal agente difusor da ideologia da solidariedade. Assim:

> É o Estado que nos inunda de propaganda sobre o "Amigo da escola", que promove o Ano Internacional do Voluntariado, que desenvolve a legislação para facilitar a expansão destas ações, que estabelece "parcerias" repassando recursos públicos para estas entidades privadas. Desresponsabilizar-se e afastar-se parcialmente da intervenção na "questão social" não elimina o fato de o Estado ter um papel fundamental nas transformações operadas pelos governos e pelo capital sob a hegemonia neoliberal. (MONTAÑO, 2006, p. 235)

No que se refere à legislação criada com a finalidade de facilitar as ações acima mencionadas, podemos citar a lei número 9.608, de 18 de Fevereiro de 1998, que dispõe sobre o Serviço do Voluntariado, como também a lei 9637 de 1998, que qualifica como organizações pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, relacionadas ao incentivo à pesquisa, à tecnologia, à cultura, à proteção e à preservação do meio ambiente, dentre outros aspectos.

Segundo seus ideólogos, o voluntariado assume importância vital para a nova forma de lidar com a questão social, de tal modo que foi criado pelo então Conselho da Comunidade Solidária, juntamente com o Instituto Ethos (2001), um manual designado "*Como as empresas podem implementar o Programa do Voluntariado*", cuja finalidade é a implementação do Programa Voluntário Empresarial que tem o fito de fortalecer e mobilizar a sociedade civil com vistas a fomentar a cultura do voluntariado no Brasil.

Cabe destacar que o Gife, como veremos no próximo capítulo, tem atuado de maneira incisiva na formulação e aprofundamento do Marco Legal do Terceiro Setor. Tanto que foi aprovado um anteprojeto como marco regulatório para o terceiro setor em 2011, com participação destacada do Instituto Gife. Como pode ser visto nesta publicação intitulada *Perspectivas para o Marco Legal do Terceiro Setor* a preocupação e seus princípios do citado Instituto:

> As organizações da sociedade civil estão cada vez mais presentes no Brasil, atuando na provisão de bens e serviços públicos, e no controle da ação do Estado e de empresas. O interesse público de sua atuação decorre não só das finalidades a que se propõem e do impacto de suas ações, mas também da crescente influência que exercem e dos recursos públicos que acessam. Tal conjunto de poderes exige um equilíbrio em relação aos deveres das organizações, permitindo que se reconheçam suas responsabilidades e avancem suas contribuições na construção de uma sociedade mais justa e sustentável. (GIFE, 2009, p.11)

Por estes mecanismos têm sido colocado em movimento na sociedade a luta política e ideológica pela conquista de espaços com o propósito de amenizar as tensões e conflitos sociais por meio da criação das organizações sociais. Nesse sentido, segundo Montaño (2006, p. 237 e 238), "de lutas de classes, desenvolvidas na sociedade civil, passa-se a atividade de ajuda mútua em parceria com o Estado e o empresariado". Ou seja, as lutas de classes assumiram a forma do voluntariado.

As respostas à questão social, portanto, à cidadania passa a ser reformulada. De acordo com Montaño (2006), sob o neoliberalismo, é elaborada uma nova modalidade de respostas aos problemas sociais, que se efetua pela eliminação do caráter de direitos das políticas sociais, em que se constituíam no acesso igual, baseado na solidariedade e responsabilidade diferencial. Cedendo lugar à focalização e à descentralização, autoajuda e ajuda-mútua.

As políticas sociais passaram a ser focalizadas, descentralizadas e privatizadas. Por esta via o trabalhador é responsabilizado pelo encargo de atender às suas necessidades, bem como, reproduzir-se enquanto força de trabalho. Desta feita, são criadas três modalidades de serviços sociais de qualidades diferentes: "o privado/mercantil, de boa qualidade, o estatal/gratuito, precário, e o filantrópico/voluntário também de qualidade duvidosa" (MONTAÑO, 2006, p.198).

A partir de 2003, com o primeiro mandato do governo Luís Inácio Lula da Silva e depois no decorrer dos governos petistas as ações institutos Gife e Ethos, objetos de análise desta pesquisa, ganham mais força, uma vez que os governos sob o comando do Partido dos Trabalhadores não romperam com o neoliberalismo no país, propiciando cada vez mais as ações da iniciativa privada na área social. Como veremos no próximo capítulo no item dois, a articulação do Gife com o Estado para regulamentar e disciplinar o assim chamado terceiro setor ganha força e contornos mais precisos a partir de 2003, principalmente como ação política do Gife.

Há, de algum modo, certa concordância de que não houve uma ruptura com a política neoliberal com a eleição de candidatos do Partido dos Trabalhadores à Presidência da República entre alguns estudiosos sobre o tema. Apesar disso, existem divergências no modo pelo qual entendem algumas mudanças provocadas pelos governos petistas.

Essas divergências podem ser observadas, por exemplo, no artigo de Armando Boito (2012) intitulado *As bases políticas do neodesenvolvimentismo*. Nele, o autor considera que no Brasil hoje há o que se conceitua de *neodesenvolvimentismo*, entendido por ele como crescimento econômico com alguma transferência de renda nos limites do modelo econômico neoliberal vigente no país.

Entretanto, não é neste ponto onde residem as divergências, mas sim na maneira como Boito explica a opção por esse modelo econômico. Ou seja, para o autor, se formou no Brasil a partir do governo Lula da Silva e da Dilma Rousseff uma frente política denominada de neodesenvolvimentista. Tal frente é dirigida pela grande burguesia interna, envolvendo as classes trabalhadoras, que se encontram fora do bloco no poder. Essa frente enfrenta o que ele designa de campo neoliberal ortodoxo, que representa o grande capital financeiro internacional, a grande burguesia integrada e subordinada a este capital, setores do grande latifundiário e a classe média alta, especialmente aquela alocada no setor privado.

Apesar das contradições no seio da frente, a principal contradição, na verdade, é, Segundo Boito (2012), entre o campo do neodesenvolvimentismo e o campo do neoliberalismo ortodoxo. Percebe-se, então, as diferenças de interpretação dos autores, que veremos mais à frente, utilizados nesta pesquisa da de Boito. Uma vez que para esses autores, apesar de algumas mudanças nos governos petistas, não significou qualquer alteração nas bases do Modelo Liberal Periférico que pudesse assinalar uma

frente neodesenvolvimentista propiciada pelos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff ainda que nos limites do modelo econômico neoliberal. Ao contrário, para eles, as políticas econômicas dos governos petistas aprofundaram a política neoliberal no país.

De qualquer modo, o que se pretende destacar é a leitura que se contrapõe à oficial, isto é, especificamente ao balanço realizado dos 10 anos de governo petista lançado recentemente. De acordo com essa leitura, segundo Filgueiras et al (2010), são atribuídos os melhores resultados da economia brasileira à ruptura com a política econômica anterior e, até mesmo, com o modelo econômico vigente.

Dessa maneira, a leitura hegemônica sobre o primeiro mandato do governo Lula, conforme os autores, considera que em razão da "herança maldita" recebida dos governos do PSDB e dos problemas daí decorrentes, no geral, manteve-se a política econômica ortodoxa. Entretanto, a partir de 2006/2007 ocorre no país profundas mudanças percebidas pelo "crescimento virtuoso" chamados por outros de "novo desenvolvimentismo".

Este crescimento teria sido provocado pela nova orientação da política econômica adotada que implicou numa redefinição do modelo econômico anterior. Para além dessa visão, que os autores consideram limitada à medida que reduz o debate em torno dos governos Lula versos governos FHC, ou ainda, petismos versos tucanos levando a uma leitura de realidade em que se restringe apenas aos aspectos fenomênicos dos processos econômico-sociais, deve-se considerar a natureza da estrutura e a dinâmica do capitalismo brasileiro para apreender o significado dos governos petistas. Filgueiras et al (2010) e Gonçalves (2013).

Nessa linha de raciocínio Gonçalves (2013) considera que a conjuntura internacional favorável abriu espaço para uma flexibilização da política macroeconômica ortodoxa que se traduziu no crescimento econômico até então não verificado nos governos de Fernando Henrique Cardoso juntamente com uma política de aumento real dos salários e do aumento do salário mínimo, redução da taxa de juros, ampliação dos créditos, maiores gastos de investimento por parte do Estado e a ampliação dos gastos com a política social focalizada, neste caso o Programa Bolsa Família.

Os resultados mais significativos da flexibilização[19] foram as maiores taxas de crescimento econômico e a redução das taxas de desemprego com a ampliação do mercado interno, assim como uma pequena melhora da distribuição funcional da renda e a redução dos níveis de pobreza mais dramáticos.

Filgueiras et al (2010) concluem que:

> [...] o que caracteriza o período de Lula como presidente da República são a consolidação e o fortalecimento do Modelo Liberal Periférico que se constitui a partir da crise de esgotamento do Modelo de Substituição de Importação – MSI. A melhoria dos indicadores macroeconômicos no período, decorrente, sobretudo, da conjuntura econômica internacional favorável, acompanhada pela flexibilização da política econômica, vem se constituído em fator fundamental de legitimação desse modelo e de sua política macroeconômica, contribuindo decisivamente para a consolidação da hegemonia – no sentido preciso de Gramsci – das frações financeiras-exportadoras do capital e dos grandes grupos econômicos privados e estatais nacionais. (2010, p. 39).

Filgueiras et al (2010) identificam como Modelo Liberal Periférico no Brasil um conjunto de profundas mudanças em pelo menos cinco dimensões de ordem política, econômica e social: a) a relação capital/trabalho, b) a relação entre diferentes frações do capital, c) a inserção internacional (econômico-financeira) do país, d) a estrutura e funcionamento do Estado e) as formas de representação política.

De modo geral, as cinco dimensões elencadas acima no governo de Lula da Silva sofreram mudanças, porém não no sentido de que teria ocorrido uma ruptura com o modelo econômico e com a política macroeconômica ortodoxa.

No que se refere à relação capital/trabalho, como já mencionamos, as mudanças decorreram, especialmente, do processo de reestruturação produtiva, que redefiniu no

---

[19] Filgueiras et al (2010): A redução das restrições externas, numa conjuntura de crescimento da economia mundial até 2007, possibilitou uma menor instabilidade macroeconômica e alargou, ainda dentro das premissas do modelo em vigor, o espaço de manobra da política econômica: as taxas de crescimento do produto e o crédito ampliado. Por isso, o período do governo Lula, mais especificamente o segundo governo (2006-2010), apresentou maiores taxas de crescimento do produto, com expansão do consumo e do investimento, além do crescimento do emprego, da massa salarial e mesmo da participação da remuneração do trabalho no total da renda – o que implicou uma maior importância do mercado interno para as taxas de crescimento do PIB.

plano objetivo a correlação de forças no enfraquecimento das formas de representação dos trabalhadores e de sua capacidade política e de negociação. Isso, segundo Gonçalves (2013), se constitui em um dos principais pilares de sustentação do modelo neoliberal, favorecendo o capital.

No âmbito da relação das diferentes frações de classe há o fortalecimento do agronegócio a partir da estratégia que as exportações passaram a adquirir na dinâmica do modelo neoliberal à medida que possibilitou uma menor instabilidade. Isso porque, de acordo com Boito (2006), houve uma alteração no bloco no poder em que a burguesia interna industrial e agrária passa a ser favorecida pela política econômica, sem, contudo, quebrar a hegemonia do capital financeiro. Essa alteração no bloco no poder é percebida pelos saldos positivos crescentes na balança comercial do país.

Considerando esses aspectos, Filgueiras et al (2010) afirmam que, no governo Lula, apesar do aumento real do salário mínimo e da redução do desemprego, não houve alteração essencial na relação capital/trabalho. Ou seja, não verificou ruptura no processo de precarização do trabalho, como também, os sindicatos continuaram e continuam na defensiva e sem capacidade de mobilização dos trabalhadores, reforçado neste momento pelo transformismo político de sua vanguarda.

Para Reginaldo Gonçalves (2013), na mesma linha de raciocínio, o enfoque desta leitura embora seja correta, se mostra insuficiente para a análise dos processos econômicos e sociais, uma vez que limita a comparação do desempenho do governo petista ao desempenho dos governos de FHC levando a uma abordagem restrita e enviesada em que supervaloriza a política governamental.

Portanto, não leva em consideração dois elementos fundamentais para a análise, a saber: a perspectiva histórica, que possibilita comparar os governos petistas a outros períodos históricos e a comparação com a economia internacional, ou seja, essa abordagem suprime da análise o padrão histórico e o padrão internacional.

O autor conclui depois de apresentar um conjunto de dados que os governos petistas estão muito longe da década gloriosa e da ruptura com o modelo neoliberal. Muito ao contrário, há de acordo com o autor, um aprofundamento do Modelo Liberal Periférico - MLP. Assim, segundo Gonçalves:

> Se, por um lado, é verdade que durante o governo FHC foi aplicado o Modelo Liberal Periférico; por outro, também é verdade que as características marcantes deste modelo persistem, se consolidam e até mesmo avançam nos governos

> petistas. Se, por um lado é correto comparar o desempenho da economia brasileira no período dos governos petistas com o desempenho no período de FHC; por outro; também é correto reconhecer que esta comparação é insuficiente e enviesada na medida em que despreza o padrão histórico e padrão internacional. Se, por um lado, é verdade que o desempenho da economia brasileira é melhor nos governos petistas do que no governo FHC; por outro, também é verdade que nos governos do PT a economia tem fraco desempenho pelos padrões históricos brasileiros. Finalmente, se por um lado, é correto afirmar que a conjuntura econômica mundial tem influenciado o desempenho da economia brasileira, nos governos do Partido dos Trabalhadores, tem fraco desempenho pelos atuais padrões internacionais. (2013, p.22 e 23).

No que concerne às políticas sociais no governo petista, como não poderia ser diferente, não houve também ruptura ou mudanças significativas ao padrão neoliberal anterior. Logo no primeiro ano do mandato de Lula, em 2003, foi criado o programa de caráter focalista em que unificava as ações sociais existentes com a diferença de ampliar o valor e o número de beneficiário pelo programa chamado atualmente de Bolsa Família. Outra ação realizada, que substitui o Programa Comunidade, mas que preservou a mesma lógica da solidariedade entre as classes sociais, entendida como mobilização da caridade social contra a pobreza, foi o Programa Fome Zero instituído em 2004, uma vez que buscava por meio da conclamação de todos - empresários, entidades filantrópicas, organizações não-governamentais, sindicatos, escolas, entidades religiosas – no engajamento pelo combate à fome.

Seguindo a mesma lógica e ampliando a participação da chamada sociedade civil organizada nos problemas sociais que assolam o país, foi criado, também, por meio de uma medida provisória número 103, em 2003, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES). O Conselho foi concebido para ser um espaço onde diversos agrupamentos civis participariam da formulação de políticas públicas.

O estudo inicial de Guiot (2011) sobre este órgão da aparelhagem estatal aponta que, ao contrário do que é difundido pelo governo e alguns estudiosos vinculados à matriz teórica liberal, o Conselho é constituído fundamentalmente por empresários que, por meio da organização em seus aparelhos privados de hegemonia, buscam direcionar os rumos do desenvolvimento econômico e social do país.

Para o autor, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social é um canal aberto às demandas de diferentes frações da classe burguesa para formular e definir as

principais políticas públicas à "questão social" que depois são transformadas em política de Estado. Portanto, segundo o autor, este órgão visa assegurar a participação burguesa no interior do Estado. A participação dos empresários, organizados nos seus aparelhos privado de hegemonia, por meio das parcerias se desenvolve de acordo com o substrato político-ideológico da conciliação entre as classes, que Guiot (2011) chama de novo contrato social, expressa no Conselho pela idéia de "concertação social" ou pacto social entre as classes.

Tanto o Gife quanto o Ethos têm participação destacada, principalmente o Ethos por intermédio de seu principal intelectual orgânico, Oded Grajew, no Conselho. Aliás, a criação deste foi fruto da incorporação das estratégias presentes no Instituto Ethos que podem ser observadas no Fórum Empresarial de Apoio à cidade de São Paulo criado pela prefeitura de São Paulo no governo da Marta Suplicy, que busca estabelecer parcerias entre a sociedade e os empresários.

Vale dizer, também, que a participação do Gife se realiza por meio da participação das fundações e institutos filiados a ele, por isso quando se observa quem compõe o Conselho verifica-se que o Gife não se encontra nele. De qualquer maneira, a atuação desse instituto se desenvolve, como veremos no item dois do segundo capítulo, por meio da formulação de políticas públicas, execução de projetos e programas sociais realizados pelos associados, principalmente no âmbito da educação, área de atuação da maioria dos associados do Gife, através das chamadas parcerias público-privada, ou simplesmente parcerias.

Como se vê, as políticas sociais nos governos petistas seguiram a lógica focalista, defendidas pelo Banco Mundial, em detrimento das políticas de caráter universal e como parte do mesmo processo, as parcerias público-privadas permaneceram e passaram a ocupar lugar de destaque com instituição do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e de outros Conselhos como da Juventude e da Cultura.

Assim como o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, estes dois últimos citados acima também seguem a lógica da participação solidária e harmoniosa entre as classes, espaços esses de atuação ativa do Gife. Ao mesmo tempo, nos governos sob comando do Partido dos Trabalhadores tem se intensificado a articulação com diversas organizações sociais como a Associação Não-Governamental Brasileira (ABONG) e o Gife, este principalmente no disciplinamento e na regulamentação do

chamado terceiro setor. Não por acaso que o Gife e a Abong, juntamente com os órgãos do governo como IBGE e o IPEA, fizeram novamente uma pesquisa com o propósito de dimensionar e a partir disso consolidar as denominadas organizações da sociedade civil organizada.

É a partir deste conjunto de iniciativas de caráter estatal e da nova atuação empresarial inaugurada durante os anos 1980 e início dos 1990, como evidenciado, que contribuíram para a criação e fortalecimento de ações dos empresários na esfera social e de outras organizações propiciando tanto o surgimento do Gife quanto do Ethos e seu desenvolvimento ao longo da década de 2000, que abordaremos adiante.

Capítulo II- Nova atuação empresarial: Gife

Neste capítulo, com o intuito de detectar as práticas, as estratégias e os discursos do Gife na difusão do investimento social privado sob a égide da responsabilidade social empresarial procuraremos expor seus princípios, objetivos e sua estrutura do ponto de vista administrativo, uma vez que a organização do instituto expressa as estratégias políticas para a formulação e difusão do Investimento Social Privado. Em seguida, dissertaremos sobre as principais ações desenvolvidas desde a sua fundação até os dias atuais, isto é, de 1995 a 2012. E, por último, no item três, abordaremos os desdobramentos políticos e sociais de suas ações na difusão do investimento social privado no Brasil.

2.1-Gênese e características gerais da organização institucional e política do Gife.

O Gife inaugurou uma nova forma de atuação empresarial a partir dos anos 1990 ao formular diretrizes[20] à atuação das fundações e instituições, especialmente, as de origem empresarial para o campo social de modo mais abrangente, ultrapassando os limites econômico-corporativos de classe, uma vez que a sua ação não se circunscreveu apenas a uma das dimensões da questão social como a formação e reprodução da força de trabalho e tampouco se limitou a um único tema e ação, tal qual ocorria, por exemplo, com a Fundação Abrinq, que tinha como público-alvo apenas as crianças e adolescentes.

A novidade das ações do Gife refere-se, precisamente, ao tratamento mais coeso, amplo e sistemático no enfretamento da questão social, na medida em que pretendem mudar as práticas filantrópicas dos empresários caracterizadas por ações pontuais, fragmentadas e assistencialistas para adquirir uma forma mais orgânica ao campo de atuação social da burguesia, imprimindo, assim, uma nova direção político-ideológica de classe a essas práticas de caráter filantrópico.

[20] Diretrizes que foram pautadas em parte nas demandas postas pelas classes subalternas e pelo movimento operário na década de 1980, entretanto, a sua incorporação ocorreu de modo ressignificado atendendo aos interesses específicos de classes, o que veremos com mais clareza no item três.

Articulados com os postulados do neoliberalismo e com o propósito de elevar os empresários à condição de classe dirigente, isto é, alargar as suas ações de cunho ideológico para diversos âmbitos da sociedade, a justificativa tanto do Ethos quanto do Gife para o desenvolvimento da ação social dos empresários foi a "incapacidade do Estado em atender a todas as demandas sociais e a necessidade do fortalecimento da sociedade civil". Em outras palavras, em virtude da insuficiência e ineficiência estatal em atender as demandas postas pela população e da necessidade imprescindível da atuação dos empresários, a ação destes assume espaço para, juntamente com Estado e outras instituições, intervir nos problemas sociais.

Dessa maneira, partindo do diagnóstico de que a partir dos anos 1980 havia uma crescente conscientização da pretensa necessidade de encontrar formas de parcerias entre o Estado e as organizações da denominada sociedade civil à resolução dos problemas sociais, um grupo de empresários, a partir de reuniões informais realizadas desde 1989 para debater filantropia empresarial, na Câmara de Comércio Americana (AMCHAM), criou o Gife (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas). Sua fundação ocorreu na cidade de São Paulo, em 1995, na Assembleia de sua Constituição com a presença de 25 organizações em sua maioria de origem empresarial, contando com o incentivo da Fundação Ford e Fundação W. K. Kellogg[21].

Vale dizer que a Fundação Kellogg teve papel destacado para o novo tipo de atuação empresarial no Brasil e na América Latina por meio de financiamentos para a criação e consolidação de organismos empresariais de cunho social como foi o caso do próprio Gife e, posteriormente, do Instituto Ethos.[22]

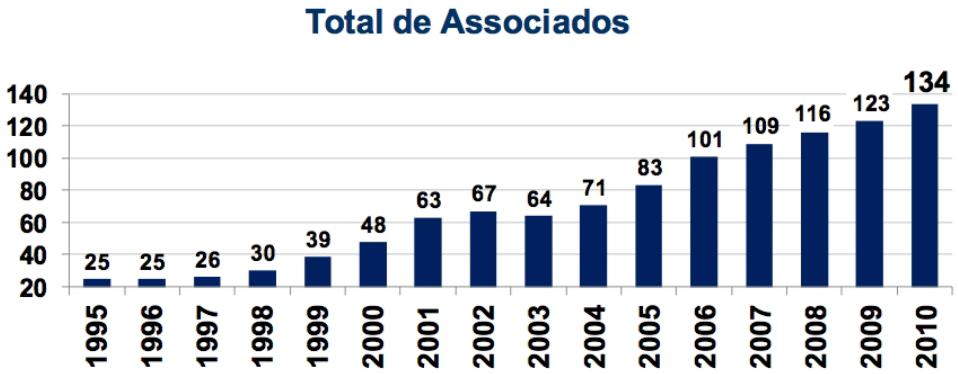
---

[21] Ambas as organizações são empresariais e provenientes dos Estados Unidos. É importante ressaltar que a Fundação Ford, a partir dos anos 1960, segundo Coutinho (2011), passou a desenvolver ou ampliar seu apoio a projetos e programas fora dos Estados Unidos ligados às suas pautas internas. Essa preocupação com os problemas sociais surgiu num contexto de temor ao crescimento das ideias comunistas nos países da América Latina, já que num contexto de condições de pobreza e de subdesenvolvimento tais idéias poderiam ganhar força, provocando a explosão de conflitos, que poderiam desembocar em um processo análogo ao de Cuba. Para evitar esse perigo, essa organização internacional passou a financiar projetos sociais, especialmente, nos países da América Latina. Não por caso, a Fundação Ford começou a desenvolver suas atividades no Brasil, em 1959, ano da Revolução Cubana.

[22] Além disso, foi mediado por essa organização que temas como cidadania empresarial, terceiro setor, empreendedorismo e responsabilidade social empresarial passaram a fazer parte do universo acadêmico. Por exemplo, a fundação Kellogg apoiou, no ano de 1994, a formação dos CETS – Centro de Estudos do Terceiro Setor, na Fundação Getúlio Vargas-FGV, no Brasil, formou a primeira nova geração de profissionais da área da administração alinhada com a referência no empreendedorismo social. (ALMEIDA, 2006).

O Gife é formado por institutos, fundações e empresas voltadas ao investimento social privado com interesse público, a sua atuação se dá em forma de rede e se caracteriza como associação civil, sem fins econômicos e lucrativos. No início de sua fundação contava com 25 associados e atualmente o quadro social do Gife é composto por 134 como ilustra o gráfico abaixo da organização:

Gráfico - 1



Gife, 2000.

O objetivo do Gife, de acordo com seu Estatuto Social, é *difundir* e *promover* o investimento social privado por meio do fortalecimento político e institucional e do apoio à atuação estratégica de institutos e fundações de origem empresarial e demais instituições e fundações privadas que realizam com recursos próprios projetos e programas sociais, ambientais e culturais.

Neste aspecto, o Gife busca diferenciar-se da filantropia assistencialista e tradicional atribuindo outras características ao que denomina de *investimento social privado*. Em razão disso, divide-se em dois momentos a atuação empresarial: o primeiro vinculado às práticas pontuais, fragmentadas e assistenciais e, o segundo, teria um caráter sistemático, planejado e monitorado.

Assim, para se constituir como investimento social privado as ações sociais deverão ser de caráter voluntário, planejado, monitorado e sistemático. Nos próprios termos:

> Os elementos fundamentais – intrínsecos ao conceito de investimento social privado – que diferenciam essa prática das ações assistencialistas são:

> ● preocupação com o planejamento, monitoramento e avaliação dos projetos;
> ● estratégia voltada para resultados sustentáveis de impacto e transformação social;
> ●envolvimento da comunidade no desenvolvimento da ação; (GIFE, p.21, 2007).

Apesar do surgimento do Gife ser marcado pela tentativa de diferenciar-se das práticas de filantropia tradicional, será somente em 1996, um ano após sua fundação, no III Encontro Ibero-Americano, que o instituto abandona a designação filantropia para investimento social privado, uma vez que, de acordo com a então primeira presidente do Gife, Evelyn Berg Ioschpe (2007), o termo filantropia não atendia mais às formas de intervenções dos empresários. Mesmo assim, somente a partir de 2000 que o conceito ganhará consistência quando é amparado por outro, o da Responsabilidade Social Empresarial.

Portanto, apesar dos esforços do Gife em se afastar da filantropia nos primeiros anos de sua existência, a sua formulação para a intervenção social não continha ainda a precisão descrita acima.

Tal fato pode ser atribuído à criação do Instituto Ethos em 1998, uma vez que este irá aprofundar e ampliar a dimensão do papel das empresas na formulação das diretrizes para o campo social, o que veremos de modo mais detido no próximo capítulo em que abordaremos o Instituto Ethos.

Por ora, basta dizer que com o surgimento do Ethos e o ingresso de um de seus mais importantes intelectuais (Oded Grajew) ao Gife, a parceria estabelecida entre as duas organizações, contribuirá para redefinir de modo mais preciso a idéia do Investimento Social Privado, que passa a ser incluída ao escopo maior das ações da Responsabilidade Social Empresarial.

De qualquer modo, a fundação do Gife expressou uma nova atuação empresarial, se distanciando da filantropia tradicional marcada por práticas pontuais, assistenciais, fragmentadas e voluntariosas. Nesse sentido, escreve Ioschpe (2007) no prefácio do livro intitulado *Terceiro Setor: Desenvolvimento Social Sustentado* que:

> *Filantropia* vem do grego e significa "amor à humanidade", implicando uma ação altruísta e desprendida. As fundações, institutos e empresas reunidos pelo Grupo viam iniciar-se seus programas num momento em que a ótica de mercado já não permitia este desprendimento, exigindo a *previsão de retorno* do investimento realizado tanto em relação ao beneficiário como ao investido. É claro

> que este retorno não se traduz em moeda, mas sim em desenvolvimento. *Filantropia*, no entanto, não é igual a *desenvolvimento social*, que é uma ação tradicionalmente atribuída ao Primeiro Setor, o governo. E nós falávamos do ponto de vista do Segundo Setor, o mercado, designando o conjunto de ações que acontece no interior do Terceiro Setor – aquele que é público, porém privado.

Na esteira desta discussão, um dos colaboradores do Gife, Antônio Carlos Martinelli (2007), entende que houve uma redefinição do papel da empresa. Para ele, há três estágios, que coexistem no tempo e no espaço, da forma de atuação das empresas.

O primeiro é aquele que se encontra no nível mais baixo, ou seja, que tem como objetivo único e exclusivo o lucro. O segundo é o que se caracteriza como uma organização social na medida em que leva em consideração as partes envolvidas em suas ações. O terceiro, em um estágio superior, é a empresa considerada cidadã.

Neste estágio, segundo Martinelli (2007), ela assume uma característica inédita, uma vez que passa a criar fundações e institutos para realizar ações sociais. Essas organizações, criadas pelas empresas, são os seus braços sociais, que irão transferir parte de seus recursos privados às ações sociais no interior do denominado terceiro setor. Assim:

> As empresas podem relacionar-se com a sociedade assumindo diferentes posturas: alguma delas adotam uma atitude predatória, exploradora, em relação ao bem comum- por exemplo, prejudicando pessoas, poluindo o meio ambiente etc-; outras assumem uma posição de neutralidade, considerando que lhes basta recolherem seus impostos, remetendo ao governo a responsabilidade pela eliminação das mazelas sociais; *a empresa-cidadã, no outro extremo, adota a posição pró-ativa de querer contribuir para encaminhar soluções para os problemas sociais*. (MARTINELLI, 2007, p. 84).

A visão de Martinelli é elucidativa no que concerne à nova forma de atuação social e política do empresariado, uma vez que aponta para o novo papel que a empresa deve possuir, isto é, não mais circunscrita aos interesses imediatos de classe, mas sim levando em consideração os problemas sociais, que, neste caso, seria representado pelas empresas cidadãs que não estão preocupadas unicamente com os lucros.

Nessa direção, o Instituto Gife seria o resultado desta etapa superior ao impulsionar diferentes frações da classe burguesa a atuar no âmbito da "questão social" sob condições diferentes das práticas de outrora. Assim, a missão estabelecida pelo

instituto é aperfeiçoar e difundir conceitos e práticas do uso de recursos privados para o chamado desenvolvimento comum.

Para sustentar a nova atuação e como parte dela, o Gife lançou, no ano de sua fundação, o Código de Ética, que pode ser considerado inovador no interior das ações sociais empresariais à medida que aponta para a necessidade de uma nova atuação empresarial desvinculada da filantropia assistencialista, colocando sob outros termos o modo como a "questão social" deve ser tratada, sendo a primeira organização da América do Sul a agrupar diferentes frações da burguesia para este fim.

A partir dele é aberto o caminho para que outras organizações empresariais surjam como foi o caso do Instituto Ethos. Vejamos como o então presidente Marcos Kisil expôs o pioneirismo do Gife:

> O Gife serviu de celeiro a um conjunto de idéias, de bandeiras. Outras entidades surgiram, se apropriaram de alguns temas e se especializaram neles. Ficamos felizes em cumprir o papel social de abrir uma agenda, mobilizar a sociedade para a sua discussão e que, deste processo, surjam outros grupos organizados, com os quais estamos sempre dispostos a encontrar para melhorar o trabalho em conjunto. Felizmente isso ocorreu com várias bandeiras originalmente levantadas pelo Gife. (GIFE, 2000, p.9).

Para concretizar seu objetivo e missão, de acordo com o Estatuto Social (2012), dentre outras ações, o Gife poderá articular-se com o Estado, associados e demais agentes no país ou exterior em forma de aliança ou parceria; fomentar e ampliar a chamada esfera pública não estatal e, particularmente, fomentar e ampliar as instituições de origem empresarial; sistematizar, disponibilizar e disseminar seus propósitos sociais ao público em geral; promover entre os membros associados o diálogo, alianças, intercâmbios e parcerias para desenvolver ações conjuntas; realizar cursos, seminários e workshops com a finalidade de aperfeiçoar e capacitar profissionais que atuam em campos compatíveis com seus preceitos e produzir, distribuir, comercializar publicações e produtos educacionais relacionados aos seus objetivos, etc.

Sendo uma Organização da sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, a estrutura organizativa do Gife se caracteriza segundo os requisitos da lei nº 9790/99. Para se qualificar como OSCIP, a organização não poderá ser caracterizada como

sindicatos, associações de classe ou de representação de categoria profissional; instituições religiosas; organizações partidárias, entre outras.

De acordo com a lei, no artigo 3º, a qualificação se instituirá se ao menos atender uma das finalidades, que no caso do Gife seria: defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável, promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza e promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais e a promoção do voluntariado.

O Gife se enquadra na lei de acordo com a promoção, ou melhor, com a formulação, e não, portanto, com a execução e financiamentos de projetos sociais, posto que, como já assinalado, o objetivo é formular, promover e difundir o investimento social privado por meio do fortalecimento político institucional e do apoio à atuação estratégica de institutos e fundações empresariais e de instituições de origem privadas.

Nesse sentido, é bom esclarecer, a estrutura organizacional do Gife difere das demais fundações e instituições que praticam investimento social privado, dado o fato de que sua função reside na formulação de diretrizes para o campo social e não na execução de projetos e programas sociais tal como, por exemplo, a Fundação Bradesco ou a Fundação Natura, que compõem a rede de associados do Gife.

Os recursos financeiros do Gife são provenientes de diversas fontes. No seu Estatuto Social se estabelece cinco meios para obtê-los. Assim, as receitas do Gife se constituem em contribuições periódicas ou eventuais de pessoas naturais ou jurídicas, associadas ou não; podendo receber doações, legados, auxílios, direitos ou créditos de pessoas físicas ou jurídicas, privadas ou públicas, inclusive governamentais, nacionais ou internacionais; atividades realizadas pelo próprio instituto, de acordo com sua função social, por meio de seminários, cursos e palestras; os recursos poderão ser oriundos de rendimentos produzidos por todos seus bens, valores, títulos e também através de captação de recursos, por fim, os recursos podem ser oriundos da participação de outras pessoas jurídicas segundo a função social do Gife.

Para fazer parte do quadro social do Gife, o associado – além de ser pessoa jurídica de direito privado e realizar o investimento social com recursos próprios ou de seus mantenedores, conforme preconizado no Estatuto Social e no Código de Ética – deverá contribuir financeiramente com o instituto.

Os associados poderão participar das instâncias decisivas da organização com direito de voto e poderão, assim, decidir sobre qualquer matéria interna ao Gife. A organização perderá a condição de associado quando não cumprir os preceitos do Estatuto Social e do Código de Ética. A punição ou exclusão será feita pelo Conselho de Governança, sendo referendado pela Assembleia Geral. A possibilidade de reintegração existe e quando ocorre também é submetida à Assembleia Geral.

A estrutura do Gife é relativamente complexa. Ele é composto em termos de órgãos decisórios pelo Conselho de Governança, Conselho Fiscal e pela Assembleia Geral. Há ainda outros órgãos que viabilizam o seu funcionamento que são a Gestão Financeira e a Equipe de Administração.

A Assembléia é um dos órgãos mais importantes do Gife. Como toda assembléia, sua função consiste em eleger os membros dos Conselhos de Governança e Fiscal, bem como destituí-los dos respectivos Conselhos, aprovar contas, apreciar e deliberar sobre o Relatório Anual de Atividades e o Plano de Ação, apreciar proposições de expulsão ou suspensão de algum membro associado, alterar o Estatuto Social e deliberar sobre a extinção da instituição.

Os mecanismos de participação política nos órgãos deliberativos do Gife ocorrem por meio de eleições, sendo aberta a qualquer associado a possibilidade de candidatar-se, desde que não esteja em débito com a instituição, e eleger os membros que poderão fazer parte dos Conselhos.

O Conselho de Governança é presidido por um de seus membros cuja função é estabelecer a política geral do Gife, a qual norteará a gestão administrativa, que ficará sob a responsabilidade do Secretário Geral e de sua equipe contratada para este fim. Além disso, o presidente terá como função representar institucionalmente o Gife com o propósito de promover articulações com o Estado, com os associados e com outras organizações no âmbito da sociedade civil, assim como, fomentar o debate em diferentes espaços como no Conselho, na rede e na sociedade a respeito do investimento social privado.

Cabe ao Conselho fixar as políticas de governança do Gife, avaliar e aprovar o planejamento estratégico, o plano de ação e orçamentário da organização, criar comissões de assessoramento técnico, político e estratégico, deliberar a respeito da remuneração do Secretário Geral.

O Conselho pode ser composto por no mínimo sete e no máximo doze membros. Dentre esses membros, de acordo com o Estatuto, no mínimo, sete deverão ter vínculos efetivos com os associados, isto é, os membros devem ocupar um cargo eletivo ou ter a função remunerada no quadro institucional da organização associada. E, ainda, três membros, no máximo, podem ser escolhidos em razão de sua experiência pessoal e de seu comprometimento político-ideológico com o Gife. O Conselho tem a função também de escolher e contratar o Secretário Geral. Este por sua vez, em linhas gerais, responde pela função de representar em diversas instâncias o Gife e definir a sua estrutura organizacional. O mandato do Conselho tem a duração de dois anos, podendo ocorrer duas reeleições.

O Conselho Fiscal é composto por três membros efetivos e suplentes e tem também mandato de dois anos, sendo possíveis duas reeleições consecutivas. Sua função principal reside no acompanhamento da gestão financeira e de controle orçamentário. Outra atribuição relevante do Conselho fiscal consiste em examinar todos os documentos que se referem à contabilidade do Gife para averiguar a sua regularidade, comunicar ao Conselho de Governança e à Assembleia quaisquer irregularidades ou erros que possam ocorrer e emitir parecer ao Conselho de Governança e à Assembleia a respeito dos aspectos financeiros e contábeis desse instituto.

De modo geral, a estrutura organizacional do Gife é norteada pelos princípios daquilo que é chamado de governança. Assim, de acordo com o *Guia das Melhores práticas de Governança para Fundações e Institutos Empresariais* publicado, em 2009, elaborado pelo Gife e pelo Instituto Brasileiro de Boa Governança, governança é um sistema segundo o qual, os institutos e fundações, sobretudo as de origem empresarial deverão ser guiados por um conjunto de princípios que busque preservar a organização e otimizar seu valor social de modo que facilite o acesso aos recursos para sua longevidade.

Os princípios se assentam na perspectiva da ideologia da responsabilidade social empresarial em que a organização tem como função construir uma sociedade mais justa, solidária e sustentável. Para tanto, em sua própria estrutura organizativa pretende se constituir por meio desses princípios que são a transparência, equidade, a prestação de contas (ou accountability) e a responsabilidade com os problemas sociais e o meio ambiente, sendo que um exemplo de uma prática de boa governança seria expor

a missão da organização no seu Estatuto Social. Considerando a estrutura organizacional, assim como a missão e objetivos do Gife, veremos nos próximos itens os projetos desenvolvidos ao longo de sua constituição e os resultados deles no país.

2.2 – Projetos Desenvolvidos

A forma de exposição das ações do Gife se dará a partir de como foram se constituindo ao longo do seu desenvolvimento. Com isso, pretendemos apreender de que maneira as estratégias se construíram no percurso da sua própria existência para a difusão do investimento social privado, bem como dar coesão, organicidade e homogeneidade as suas ações no interior da classe burguesa.

Como se trata de um instituto que se organiza com o fito de formular, disseminar e articular diretrizes para o campo social tendo como referência o conceito de Investimento Social Privado, ou seja, atua como um aparelho privado de hegemonia, que visa difundir em diversos âmbitos da vida social o modo pelo qual os problemas sociais deverão ser tratados a partir da ótica empresarial segundo os postulados do neoliberalismo. Dividimos em três ações o modo como se estruturam as suas estratégias, a saber: política de fortalecimento/expansão, a política de formulação/difusão e a política de articulação com o Estado.

A primeira consiste em atividades que buscam fortalecer e expandir o instituto por meio da realização de eventos, congressos e encontros, assim como, de nacionalização do instituto, parcerias e alianças, nacionais e internacionais e do aumento da base associativa. A segunda, por sua vez, desenvolve atividades que visam disseminar as suas concepções aos empresários e ao conjunto da sociedade através de publicações de livros e manuais, bem como, de inserções nos meios de comunicação como rádio, internet, jornais; de cursos de formação e do atendimento à imprensa para qualificar as informações que dizem respeito ao investimento social privado ou à responsabilidade social empresarial, e a última, que orienta as demais atividades, consiste na política de articulação com o Estado no que se refere ao denominado terceiro setor para a realização do investimento social privado, sendo este considerado pelo Gife um ramo do terceiro setor.

Embora esta última se constitua enquanto base, que orienta e dá sustentação às demais atividades do Gife, começaremos a exposição pela ordem em que foram

apresentadas as referidas três políticas. Isso porque elas se relacionam entre si, de modo que a política de articulação com o Estado apenas se torna inteligível depois de expô-las.

Assim, ao longo de sua existência o Instituto realizou um conjunto de ações com o fito de se expandir e de se fortalecer. A expansão e fortalecimento se desenvolveram na medida em que foram se complexificando as suas ações, que culminará, em 2011, em razão da redefinição de suas estratégias, na reorganização do Instituto, dando outro escopo a algumas ações, por exemplo, o Programa Marco Legal do Terceiro Setor deixa de existir e em seu lugar é criado a Gerencia de Advocacy.

O foco para o fortalecimento e expansão se desenvolve em duas direções, a primeira tem como centro o associado e, por sua vez, a segunda o público externo. Deste modo, é realizado um conjunto de ações visando a esse objetivo.

No que se refere à primeira, que envolve os associados (ou possíveis associados), inicialmente as atividades se desenvolviam no denominado *Encontro Gife* exclusivo para os filiados. O Encontro buscava aprofundar temas que atravessavam as ações do Gife e a estreitar laços entre os associados para a troca de experiências. Este evento, além de proporcionar reflexões, se constituiu em um espaço para traçar estratégias de ações. Foi por meio dele que deu a origem ao Grupo de Afinidade Marco Legal do Terceiro Setor, em 2003, como também o delineamento daquilo que depois ficou conhecido como Projeto Marco Legal e Políticas Públicas, em 2002. O evento começou a ser realizado a partir de 2000 e teve sua última edição em 2004.

É, contudo, por meio dos agrupamentos dos associados a partir de temas que correspondem a sua área de atuação que o Gife estabeleceu a principal estratégia para o fortalecimento institucional tendo como foco o associado. Assim, inicia-se uma das principais formas de articulações dos membros filiados à instituição para trocas de experiências e formulações de estratégias para área de sua atuação nos problemas sociais, os chamados Grupos de Afinidades- GAs.

O surgimento dos grupos ocorreu logo após o primeiro Congresso do Gife, em 2000, quando foi realizado o primeiro Encontro Gife. Nele, por meio da análise dos dados preliminares do censo de 2000, percebeu-se a necessidade de reunir os associados segundo as afinidades temáticas de sua atuação.

O propósito deste agrupamento foi criar condições para a troca de experiências, estabelecimento de parcerias e aprimoramento de suas ações no âmbito da "questão

social" no intuito de organizar o consenso entre os empresários a respeito de sua atuação nesta esfera. Assim, foram lançadas as primeiras bases para a constituição de um espaço de articulação entre os membros do Gife com a criação dos primeiros grupos de saúde, meio ambiente, educação, cultura e desenvolvimento comunitário ou de base.

Esses grupos formam um espaço para o momento da reflexão e elaboração de estratégias para área social especifica, por meio deles foram publicados diversos livros, manuais, dentre outros, com o propósito de fortalecer o investimento social privado, bem como criar canais de diálogos com o Estado. Por exemplo, como foi o caso da publicação do Guia Investimento Social Privado em Educação pelo Grupo de Afinidade em Educação, GAE.

Ao longo de 2000, sobretudo em 2006, há a consolidação e ampliação dos grupos de afinidades. Nesse contexto, foram criados os grupos Marco Legal para o Terceiro Setor, Juventude e os Indicadores. Os grupos se organizavam em algumas regiões além da cidade de São Paulo, Bahia, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Ceará.

No final de 2011, os Grupos de Afinidade deixam de existir ficando em seu lugar as Comissões. A reformulação das estratégias de articulação, de acordo com o Gife, ocorreu porque os Grupos não correspondiam mais às necessidades dos associados, atendendo de modo pontual as suas demandas e as suas diversidades.

As comissões passam a ocupar o lugar da nova estratégia de articulação do Gife, pautadas na segmentação dos espaços de participação dos associados de modo a atender às especificidades, às trajetórias e ao acúmulo de experiências de cada associação. Tal mudança foi concebida, o que veremos mais à frente, para, também, acompanhar a redefinição política do Gife.

De acordo com o Instituto, as comissões se constituem como instâncias de diálogo avançado entre as principais lideranças dos investidores sociais privados do país. O foco delas é a construção de análises dos principais temas referentes ao investimento social, que fundamentam as estratégias de atuação do Gife, de modo que atualmente há no Gife quatro comissões nas seguintes áreas: Educação, Cultura, Meio Ambiente e Investimento Social Internacional. Na verdade, as aludidas comissões funcionam como um espaço de elaboração e difusão de estratégias e conhecimento para influir com propostas nas políticas públicas.

A segunda estratégia voltada ao público externo se realiza por meio de parcerias e alianças, eventos, congressos, cursos e seminários. As parcerias para o Gife se

constituem em uma importante estratégia, sendo por isso permeada por ela em quase todas as atividades realizadas pelo instituto. Essa estratégia se desenvolve desde sua constituição, contudo, se institucionalizou formalmente a categoria parceria em 2000 com o ingresso do Instituto Ethos, do Fiemg e da UNESCO para ampliar e dar mais consistência as suas ações. Assim, na citação abaixo vemos a definição e a importância que o Gife dá à parceria:

> O trabalho em conjunto em regime de parceria ocorre quando uma organização sai em busca de outras instituições que compartilhem com ela um objetivo e estejam dispostas a persegui-lo por meio de um esforço coletivo. [...] Há inúmeras experiências emblemáticas de parcerias entre institutos e fundações empresariais brasileiras, organizações sem fins lucrativos de origem comunitária, ONGs, governo e universidades. Trata-se do modelo de trabalho em conjunto preferido pelos investidores sociais privados brasileiros, principalmente os vinculados ao Gife. (2003, p.18 e 19).

Por isso, inclusive, que foi feito um guia chamado *Sobre Parcerias e Alianças em Investimento Social privado*. As alianças também ganham destaque nas estratégias do Gife, apesar de não serem uma prática recorrente no interior dos assim chamados investidores sociais privados. São definidas nos seguintes termos:

> A aliança nasce do compartilhamento de crenças e valores, não só de objetivos, entre organizações que decidem tomar a iniciativa de conceber e desenvolver uma ação conjunta, para enfrentar uma questão social cuja magnitude e complexidade ultrapassam as forças de cada um isoladamente. [...] a aliança tende a se constituir num relacionamento de longo prazo. Nele, a cultura individual dos partícipes cede lugar à uma cultura própria, cultura da aliança, que se materializa num Conselho de aliados ou até numa nova instituição. (2003, p. 19 e 20).

As parcerias podem se realizar com diversas organizações públicas ou privadas, nacionais ou internacionais. Elas podem ocorrer entre os próprios investidores sociais, ou entre os investidores sociais e os órgãos públicos ou, ainda, entre as ONGs e demais autodenominadas organizações da sociedade civil, como universidades e organizações de atendimento.

Como mencionado, as parcerias se tornaram uma das principais estratégias de articulação do Gife, sendo realizadas em diversos momentos ao longo dos anos com

inúmeras organizações, tanto em nível nacional quanto em nível internacional e, sobretudo, com a esfera estatal.

Podemos citar algumas delas: com o Bloco Brasil da RedeAmérica (2010), a Fundação Avina, Askoka Empreendedores Sociais (2002), Instituto Synergos (2000), as já mencionadas parcerias entre Fiemg (Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais), o Instituto Ethos e a UNESCO, além de estabelecer parcerias com Fundação Getúlio Vargas, SESI, TV Cultura, Alliança Brasil (revista trimestral inglesa Alliance), Revista Filantropia (2007), Revista Idéia Socioambiental, Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje)¸ Fundação Abrinq, IBGE, IPEA, dentre outras.(Relatórios: 2000; 2002; 2007 e 2010).

Devido à amplitude de suas ações e de sua influência, o Gife se tornou referência internacional, sobretudo no âmbito da América Latina com o propósito de construir e fortalecer outras organizações similares a ele como é o caso da *Fundaciones* da Argentina.

Em razão disso, foi convidado por organizações internacionais e nacionais para compartilhar suas experiências como rede de investimento social privado em diversos países como a África do Sul, Bélgica, Portugal, Venezuela, Chile, Equador, Estados Unidos e Itália. Em 2007, o então secretário-geral, Fernando Rossetti, foi eleito coordenador da *Wings* (*World Wide Initiatives for Grantmakers Suport*), a Rede Global de Iniciativas de Apoio aos Investidores Sociais Privados, que reúne mais de 140 organizações de diversos países.

Essa mesma organização internacional escolheu o Brasil, em 2009, para ter sua sede permanente e o Gife ficou responsável pela estruturação de seu escritório no país, sendo considerado pelo instituto um grande momento para a internacionalização do investimento social privado brasileiro. Por isso que o Gife assumiu nos últimos anos a projeção internacional de modo que agora há uma comissão dedicada a discutir e formular estratégias para o investimento social privado internacional.

Outras estratégias envolvendo o público externo são os eventos e os congressos, especialmente estes últimos. O Gife começou a realizar os Congressos a partir de 2000. Os congressos do Gife são realizados a cada dois anos e buscam discutir e aglutinar maior número de pessoas de diversas organizações sociais para o campo do investimento social privado ancorado nos princípios desse instituto, sendo a média de participantes entre 700 a 1000. O último congresso, oitava edição, realizado no Rio de

Janeiro, em 2012, reuniu 1.500 pessoas de origem nacional e internacional. Percebe-se pelos dados expostos pelo Gife que foi aumentando o número de participantes no decorrer das edições dos congressos, atingindo em 2012, seu maior número de participantes.

No que se refere à segunda, a política de formulação e difusão das concepções do instituto, se constitui como uma área fundamental para o Gife. Tal como as demais ações, a política de formulação e difusão se desenvolveu ao longo dos anos. No final dos anos 1990 e início dos 2000, o Gife editou dois informativos, um para o público em geral e outro apenas para os associados, o primeiro se chama Rede Gife, publicado virtualmente, de tiragem semanal, tornando-se referência nacional sobre o tema e o segundo denominado Conexão Gife.

Com o propósito de difundir a importância da empresa e de sua ação social na sociedade, como também incorporar e criar mais organizações, especialmente as de origem empresarial, o Gife publicou uma série de livros tematizando acerca do investimento social privado totalizando 29[23].

[23]Investimento Social na Mídia – Discurso e Imagem do Investimento Social na Imprensa Brasileira (2000); Terceiro Setor: Regulação no Brasil (2000) alcançando sua quarta edição; Censo 2000; Recursos Privados para fins públicos: as Grantmakers Brasileiras (2001); Guia Gife sobre Investimento Social Privado – Como iniciar um Programa Social na sua Empresa (2002); Guia Investimento Social Privado em Educação (2003); O Investimento Social Privado e os Fundos Patrimoniais- Um Estudo de caso sobre Desenvolvimento do Endowment da Fundação Boticário de Proteção à Natureza (2003); Guia Prático para a Criação de Organização de Financiamento de Projetos Sociais (2003); Guía Gife sobre Inversión Social Privada – Cómo Comenzar un Programa de Acción Social en su Empresa (2004) publicação essa destinada ao público de língua espanhola, particularmente para os países da América Latina, que possuem condições econômicas e sociais similares aos do Brasil; Guia sobre Parcerias e Alianças em Investimento Social Privado – Um caminho estratégico (2004); Carta Curitiba (2006); Censo 2005; O Melhor da rede GIFE, Artigos, Entrevistas e Reportagens (2006); Censo 2005/2006; Como divulgar as ações sociais de empresas? (2007) Censo 2007/2008 e Censo Juventude 2007/2008; Juventude: Tempo Presente ou Tempo Futuro? (2008) Investimento Social Privado dos Estados Unidos no Brasil – Uma análise de empresas do grupo + unidos (2008); Fasfil- As Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos no Brasil-2005; (2008); Perspectivas para o Marco Legal do Terceiro Setor e Políticas Públicas (2009); Censo 2009/2010 e Dossiê Cultura (2009); Aliança Capoava: Responsabilidade Social Empresarial: Por que o Guarda-Chuva ficou tão pequeno?(2009); tradução e adaptação do Código de Conduta para Gestão de Atendimento de Fundações Patrimoniais e Organizações sem fins lucrativos (2011); Usando a Comunicação para Obter Impactos/ Estratégias para Financiadores (2013) e também a tradução e adaptação Trabalhando Com o Governo/Um Guia Para Investidores Sociais (2013), Investimento a favor da Inclusão (2014) e Investimento Social Privado no Brasil (2014).

Ao longo dos anos 2000, o Gife investiu de modo incisivo na difusão de suas idéias no âmbito dos meios de comunicação, sendo estes, para o instituto, peça fundamental para a difusão do investimento social privado e da responsabilidade social empresarial. Nessa direção, atuou em várias esferas com o propósito de alargar sua influência sobre os meios midiáticos. De acordo com a então coordenadora de Comunicação, Jussara Mangini:

> O ideal seria que todas as editoriais incorporassem o 'olhar social' em suas pautas. E que o setor privado fosse *naturalmente reconhecido* como um agente social importante e passasse a ser ouvido como *fonte indispensável*, assim como os setores do governo, da academia e da sociedade. (2007, p.12).

Assim, com o propósito de tornar necessário e natural o papel do setor privado, ou melhor, das empresas no âmbito da "questão social" por meio dos veículos de comunicação, o Gife realiza um conjunto de estratégias buscando fortalecer sua inserção nos meios de comunicação, nesse sentido, promoveu workshop chamado *Gife Comunicação*, que reuniu jornalistas e teve como resultado a publicação do livro intitulado *Como divulgar as ações sociais das empresas*.

O livro busca qualificar e ampliar o raio de inserção da responsabilidade social empresarial e do investimento social privado entre os diversos agentes envolvidos nos meios de comunicação. De modo geral, o Gife visa legitimar e tornar relevantes e imprescindíveis as ações dos empresários para o desenvolvimento social do país. Com esse fito, busca quebrar as resistências que os jornalistas têm no que concerne às ações sociais empresariais.

Desse modo, tenta-se sedimentar a idéia de uma nova fase das empresas preocupadas com os problemas sociais e como os principais agentes para formular diretrizes e atuar no campo social, construindo a imagem das empresas como peças-chave para diminuir as desigualdades sociais como também os principais agentes da transformação social. Por isso que o Gife pontua que [...] "é preciso quebrar no imaginário coletivo a idéia de que nada está sendo feito para solucionar os problemas [...] ou de que a solução deva vir do governo" (2007, p.89).

Assim, as ações do Gife se voltam às universidades para que sejam incorporados temas relacionados à responsabilidade social empresarial, ao investimento social privado e ao empreendedorismo nos currículos e nas grades dos cursos de graduação e

pós-graduação dos diversos cursos, particularmente, nos cursos de comunicação social para formar profissionais ou intelectuais encarregados da organização da cultura afinados com os preceitos formulados pelos empresários para o campo social.

Dentro desta lógica, busca capacitar os professores nesta área, estimular o voluntariado entre os estudantes universitários e ampliar tanto a discussão através de fóruns, seminários e encontros quanto aumentar pesquisas sobre o tema visando formar profissionais "imbuídos desse novo espírito do envolvimento das empresas com o enfrentamento dos desafios sociais".

Em decorrência destas ações para espraiar sua concepção de mundo, podemos destacar que, em 2004, por meio de sua Assessoria de Imprensa o Gife promoveu a difusão do investimento social privado na mídia, sendo 420 atendimentos à imprensa e 423 inserções na mídia. Desses, 43% em veículos superespecializados, 33% na grande imprensa geral, 12, 5% na grande imprensa especializada e 11,5% em outros.

Do total, 50,5% em meios eletrônicos e 49,5% impressos. Em 2008, se verificou 656 inserções na mídia, sendo 214 veículos específicos do terceiro setor, 184 em outros, 126 em circulação local, 61 em circulação nacional, 11 em caderno especializado de circulação nacional, 57 informativos e 150 em jornal e 338 em portal. Em 2011, 253 reportagens, distribuídas em blogs, informativos de organizações sociais, mídia impressa e televisiva. (Relatórios: 2004, 2008, 2011).

Ainda estabeleceu parcerias com a TV Cultura juntamente com outras organizações, como o Instituto Ethos, na produção do conteúdo do programa *Balanço Social*. O programa busca destacar os impactos das áreas da Responsabilidade Social Empresarial e dos projetos sociais desenvolvidos pelas empresas para o desenvolvimento do país.

Além das ações acima mencionadas, o Gife também investe para disseminar suas idéias quanto ao modo de intervir no campo social através da implementação de cursos. Com esse objetivo, em 2001, criou o curso modular denominado de Ferramentas de Gestão, cujo propósito é disponibilizar instrumentos gerenciais para aperfeiçoar as ações sociais, consolidando-se como um dos principias formadores de profissionais para o terceiro setor. Com o mesmo propósito, criou o Programa de Estágios direcionado aos estudantes universitários.

Em 2002, o Gife, com a finalidade de aprofundar a formação de intelectuais para difusão de suas concepções, criou o Programa de Especialização no Terceiro Setor em

pós-graduação *lato sensu* realizada em parceria com a Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM). Tal programa é destinado exclusivamente aos executores de fundações, institutos e empresas na área social da organização.

O referido módulo, em 2011, foi expandido para outras regiões do país como sul, nordeste e centro-oeste, como estratégia de nacionalização, isto é, expansão do Gife. No mesmo ano, criou um novo módulo chamado negócios sociais e empreendedorismo, além de dois cursos chamados de Gestão in Company e Governança para Fundações e Institutos empresariais.

Outro importante instrumento para fomentar a difusão das concepções do Gife são os workshops. A primeira edição ocorreu em 2004 para discutir e aperfeiçoar o modo como as informações a respeito do investimento social privado e a responsabilidade social empresarial têm sido divulgadas pela imprensa. Para tanto, promoveu um workshop onde reuniu comunicadores da rede Gife e jornalistas da grande imprensa sobre o papel da comunicação na difusão do investimento social privado e responsabilidade social empresarial, assim como, para dirimir quaisquer dúvidas acerca da diferença entre um conceito e outro.

No intuito de sistematizar suas ações para a difusão de sua visão a respeito do campo social, foi criado, em 2001, o Centro de Referência Patrícia Bildner cujo propósito foi fornecer dados pertinentes à área e organização do desenvolvimento e aperfeiçoamento de projetos sociais, destacando-se neste período pelo investimento na ampliação da relação entre as Universidades e Centros de Estudos do Terceiro Setor.

Posteriormente, em 2008, com a ampliação de suas funções o Centro de Referência passou a ser - algo similar à Uniethos do Instituto Ethos - Gestão do Conhecimento do Gife cuja finalidade é construir e disseminar os conceitos e práticas relacionadas ao campo do investimento social privado, propiciando insumos para subsidiar determinados temas relacionados ao trabalho das organizações da sociedade civil.

A área de Gestão é a expressão dos avanços do Gife em termos de fortalecimento na elaboração de suas estratégias de atuação para a disputa política e ideológica no campo social. Para tanto, a área produz e sistematiza informações por meio de pesquisas, publicações e projetos voltados à produção do conhecimento. Esta área ficou responsável pela criação e difusão do conhecimento sobre Investimento Social Privado e sobre outros temas relacionados ao terceiro setor. Assim, passou a

organizar e promover os cursos, workshops, seminários, publicações e traduções de livros.

Como vimos, a principal política do Gife se constitui em formular e difundir o investimento social privado, nesse sentido, o meio pelo qual encontra para efetivar seu propósito se realiza principalmente em articulação com o Estado a partir, sobretudo, da noção de terceiro setor.

Assim, torna-se importante discutir o significado político do que é chamado de terceiro setor, não apenas porque é a principal política empreendida pelo Gife, mas também porque é considerado pelos empresários o *lócus* de intervenções sociais, constituindo também o campo da responsabilidade social empresarial.

Posto isso, primeiramente iremos expor, em linhas gerais, o debate hegemônico sobre o tema em questão para depois entendê-lo criticamente. Para tanto, abordaremos o terceiro setor a partir de seus principais ideólogos, que se encontram, em alguma medida, vinculados ao Gife, em seguida, fundamentaremos a análise crítica por meio dos estudos de Carlos Montaño, principal estudioso a respeito do tema em tela.

Nessa direção, sob o governo de Fernando Henrique Cardoso, a Reforma do Estado produziu, particularmente, por meio do Programa Comunidade Solidária, inúmeras alterações na relação entre Estado e as organizações da chamada sociedade civil organizada propiciando, assim, além da sua ampliação e seu fortalecimento, a intervenção da iniciativa privada na área social. O terceiro setor surge no Brasil neste contexto como expressão do fenômeno político-social dessas organizações, que se iniciou nos anos 1980. Entretanto, este termo originou-se nos Estados Unidos, cunhado, em 1978, por John P. Rockefeller III.

Este conceito ganha força por meio do III Encontro-Ibero Americano, em 1996, organizado pelo Gife, quando deixa de ser usada a expressão filantropia, que está presente nas edições anteriores do referido Encontro, realizado na Espanha e no México, para usar o termo terceiro setor, como sugestão do próprio Gife, sendo difundido também por este no Brasil a partir de um de seus associados, que encampou a secretaria – geral do evento – Margarida Ramos – da Fundação Roberto Marinho.

De acordo com Fernandes (2007), um dos principais ideólogos do terceiro setor, a idéia de sociedade civil é recuperada, como expressão do descontentamento dos diversos setores sociais organizados frente ao autoritarismo do regime militar, no final dos anos 1980, a partir de uma leitura específica, que parte de uma interpretação liberal

de Gramsci para dar sustentação à teorização do terceiro setor de que a sociedade civil seria uma esfera autônoma ao Estado.

Ancorado nesta leitura, Fernandes (2007) considera que no início dos anos 1990 ocorre uma mudança no sentido atribuído originalmente à sociedade civil devido não apenas a sua diferenciação e autonomia quanto ao Estado, como também ao mercado.

Isso porque, para ele, a sociedade civil passou a ser um espaço democrático e de participação cidadã em que os indivíduos e instituições com direitos e deveres exerceriam a sua cidadania. Nesta perspectiva de viés liberal, a realidade divide-se em três esferas.

O Estado se constituiria no primeiro setor tendo como principal finalidade a execução de políticas públicas, o mercado, enquanto esfera privada seria o segundo setor voltado para a obtenção do lucro e o terceiro setor ou a sociedade civil seria uma esfera harmônica e democrática voltado para fins sociais.

Vale enfatizar que, como vimos no capítulo anterior, em grande medida esse tipo de leitura da obra de Gramsci feita pelas lentes de Norbert Bobbio contribuiu para a utilização da categoria sociedade civil seccionada da totalidade social da qual faz parte, transformando e dividindo a realidade em três esferas autônomas e independentes entre si.

Uma das principais referências e entusiastas do terceiro setor foi a primeira-dama, Ruth Cardoso, do governo Fernando Henrique Cardoso, que participou do III Encontro Ibero-Americano e teve a sua exposição em uma das mesas do evento publicada no referido livro sobre o terceiro setor, organizado pelo Gife.

Na sua exposição Cardoso (2007) considerou que o Programa Comunidade Solidária foi criado como reconhecimento das iniciativas das organizações da sociedade civil expressa no terceiro setor. Já que para ela, este espaço seria o momento da participação e da experimentação de novas formas de pensar e intervir na realidade. Sendo assim, para a então primeira-dama, o terceiro setor é a esfera pública não-estatal e de iniciativas privadas, mas com finalidade pública. Assim, de acordo com Cardoso (2007):

> Foi a crença na existência, relevância e potencialidade de um Terceiro Setor, não lucrativo e não governamental, que inspirou o desenho do programa que coordeno através do Conselho da Comunidade Solidária. [...] A novidade consiste na busca de formas que nos permitam potencializar os

> recursos e energias existentes no Terceiro Setor, combinando-os com as iniciativas governamentais.[...] A grande contribuição que está sendo dada pelo Terceiro Setor é a busca e experimentação, ainda que em escala pequena, de soluções inovadoras para os problemas que ele se propõe enfrentar. É construção de novas formas de agir na área social que distingue a atuação do Terceiro Setor da ação governamental. Organizações da sociedade civil ganharam uma competência no modo de se relacionar com e intervir junto a grupos sociais específicos. (p.9-10).

Visto por este ângulo, este espaço se caracterizaria pelo conjunto de organizações como ONGs, Organizações sem fins lucrativos (OSFL), organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP), empresas cidadãs, instituições filantrópicas e religiosas, associações, comunidade, família, fundações e institutos de origem empresarial.

Montaño (2006) tece importantes críticas ao que se denomina de terceiro setor. Além de apontar as suas debilidades quanto à origem do termo e às organizações que fariam parte dele e de seu caráter neoliberal, aponta também para a tentativa de obscurecer os antagonismos de classe na sociedade civil.

No que se refere ao caráter neoliberal, o "terceiro setor" é a expressão, apesar de ser uma denominação equivocada para designar o fenômeno real, das novas formas, sob o neoliberalismo, de lidar com a "questão social". Em outras palavras, trata-se de uma alteração do padrão de respostas aos problemas sociais, isto é, "novas modalidades, fundamentos e responsabilidades inerentes à intervenção e respostas à questão social". Portanto, "o fenômeno real deve ser visto como ações que expressam funções a partir de valores, ações desenvolvidas pelas organizações sociais, que assumem as funções de resposta às demandas sociais – antes de responsabilidade exclusiva do Estado – a partir de valores de solidariedade local, auto-ajuda e ajuda - mútua". (MONTAÑO, 2006, p.185).

Mas o que é mais importante para a nossa análise são os mecanismos que tornam possíveis o obscurecimento das contradições e dos antagonismos de classe, que operam pelo menos em duas formas. O primeiro se realiza pela lógica da fragmentação da realidade em três setores dotados de plena independência entre si e, em conseqüência do primeiro, o segundo opera transformando cada esfera segmentada em sujeito. Esse mecanismo se revela, em cores vivas, quando é usada a expressão luta *da* sociedade

civil (organizada) em vez de a luta *na* sociedade civil. Segundo essa expressão, a sociedade civil seria uma esfera harmônica e homogênea, destituída de classes, portanto.

Neste espaço, de acordo com essa visão, apesar de algumas peculiaridades no que se refere às organizações que dele fazem parte, se forma um todo coeso, sendo assim, todos que o compõem podem envidar esforços para a luta pelo bem comum, podendo o terceiro setor fazer parcerias ou lutar contra o Estado (agora transmutado em sujeito).

Outro apontamento fundamental feito por Coutinho (2011) diz respeito à relação entre público e privado introduzido por Fernandes com o debate acerca do "terceiro setor", potencializada com a Reforma do Estado. Para a autora, as teorizações a respeito do denominado terceiro setor têm provocado uma grande confusão conceitual na medida em que o Estado é entendido como instância exclusivamente pública e a sociedade civil como esfera exclusivamente privada, tais formulações reforçam a ideologia da relação público-privada no capitalismo. Isso porque o Estado, no modo de produção capitalista, se apresenta enquanto representação da vontade geral (povo-nação) e, por sua vez, a sociedade civil expressaria os interesses privados.

A partir de Brunhoff, Coutinho (2011) afirma que o estabelecimento da esfera pública distinta da privada é uma necessidade intrínseca ao capitalismo, uma vez que a gestão estatal deve, "além disso, apresentar-se como se estivesse acima das classes, para assegurar na prática a hegemonia burguesa" (Brunhoff, 1985, p.114 apud Coutinho, 2011, p.54). Nesse sentido, a autora conclui que tais teorizações contribuíram para o estabelecimento da direção político-ideológica da burguesia, ao mesmo tempo, dificultou a constituição de uma sociedade civil concreta.

Nessa perspectiva, na sociedade civil não há contradições e luta de classes. Portanto, as soluções para os problemas sociais podem ser realizadas de maneira solidária, integradora e harmônica por via das parcerias com o Estado, ou ainda na articulação das três esferas, uma vez que o estatal é naturalmente caracterizado como ineficiente, burocrático, corrupto e opressor e, o privado, diferentemente, é caracterizado por um espaço criativo e dinâmico de liberdade, e emancipação. (COUTINHO, 2004 e MONTAÑO, 2006).

O Gife se constituiu como um dos principais formuladores e difusores do chamado terceiro setor, como foi visto. É por meio deste aparelho hegemônico que tal

conceito passa ser difundido de maneira mais veemente e organizado no Brasil, por isso, tornou-se uma das principais ações do Instituto.

Entretanto, foi ao longo de sua existência que esta ação foi assumindo contornos mais precisos, tornando-se praticamente o epicentro das ações do instituto, que estamos designando de política de articulação com Estado. Esta articulação se desenvolve de duas maneiras. A primeira consiste em desenvolver ações no âmbito do Marco Legal do Terceiro Setor, e a outra, consiste em desenvolver e influir nas políticas públicas direcionadas à educação, à juventude e à cultura, sendo essas três áreas de maior concentração de atividades dos associados da rede Gife.

A justificativa para dar sustentação às políticas de cunho social das empresas, de acordo com o Gife, é a capacidade inerente do setor privado de promover profundas mudanças sociais, assim como, a visão estratégica, eficiente e eficaz para atuar na área social, em outras palavras, ao atuar no campo social as empresas "transferem aos projetos a sua lógica de gestão, de planejamento de ação e, principalmente, a busca da eficiência e resultados efetivos". Portanto, segundo esse argumento, as empresas se tornam fundamentais e indispensáveis para o desenvolvimento social do país. Nesta perspectiva:

> [...] quanto mais empresários e empresas estiverem envolvidos na construção de políticas sociais, mais sustentabilidade elas tendem a ter. O que não quer dizer que as ações da sociedade civil devem substituir as do Estado, pelo contrário, elas devem contribuir para a garantia de direitos fundamentais, como o acesso à educação pública [...] (GIFE, 2009, p. 27).

Ou ainda:

> O desafio de diminuir as desigualdades é um desafio para todos, mas talvez ainda mais sobre o setor privado por sua capacidade de mobilizar agentes da transformação e patrocinar a transformação. (GIFE, 2009, p. 27)

Devido à indispensabilidade e à centralidade que a empresa assume, segundo o Gife, o investimento social privado dispõe-se e compromete-se em dividir as responsabilidades com o Estado e com as demais organizações da sociedade civil.

Assim, o principal propósito dos autodenominados investidores sociais privados é: a) estimular as organizações da sociedade civil através de recursos financeiros e de conhecimento e formação; b) promover ações que diminuem sofrimentos individuais; c)

atuar para a construção qualitativa e sustentável de políticas públicas ambientais, culturais e sociais; d) pressionar e cobrar do Estado continuidade e sustentabilidade das políticas públicas do campo social no intuito de construir, segundo o Gife, um mundo melhor a partir de um alinhamento entre as ações dos chamados primeiro setor (Estado), o segundo setor (mercado) e o terceiro setor (sociedade civil).

Dessa forma, nos primeiros anos de sua existência, em consonância com o programa neoliberal comandado por Fernando Henrique Cardoso, as ações do Gife, no que concerne ao terceiro setor, pautaram-se em estratégias que buscavam difundir o conceito até então pouco conhecido por meio de eventos como o Encontro Ibero-Americano.

Com esse propósito, um ano depois do III Encontro Ibero-Americano, em 1997, é publicado o livro que sintetiza a discussão do encontro, intitulado *Terceiro Setor: Desenvolvimento Social Sustentado*. Em 2000, é lançado outro livro, que se tornou referência para o debate sobre o tema, chamado *Terceiro Setor: Regulação no Brasil*. Ambos os livros foram publicados pelo Gife e o autor do segundo, além de ser assessor jurídico do Instituto, escreveu também outra publicação da organização intitulada *Marco Legal para o Terceiro Setor e Políticas Públicas*.

Assim, suas atenções começam a se voltar ao controle das leis que viessem a prejudicar as organizações da sociedade civil, isto é, os esforços do Gife passaram a se centrar na regulamentação e no disciplinamento das leis no âmbito do chamado terceiro setor.

Em 2002, o Gife, por exemplo, conseguiu fazer um acordo para isentar as organizações sem fins lucrativos do pagamento de impostos e ainda propôs alteração no código civil especificamente nos artigos 53 e 62 da lei 10.406/2002 para desobstruir os impedimentos para a organização de entidades e fundações com finalidade pública. Liderou, ainda, juntamente com a Abong (Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais) o movimento pela aprovação da lei 10.992, que isenta as organizações sem fins lucrativos do Estado de São Paulo do pagamento de impostos sobre doações.

A partir de 2002 as ações do Gife se tornam mais incisivas na construção de um ambiente legal do denominado terceiro setor a partir do *Encontro Gife* ocorrido no mesmo ano. Neste encontro, iniciaram-se as primeiras formulações do *Projeto Legal Para o Terceiro Setor*. O projeto começa a se consolidar no 4º Encontro Gife, realizado em 2003, onde se decide criar o Grupo de Afinidades no Marco Legal. O projeto,

posteriormente, foi sistematizado pelo Gife e passou a receber apoio financeiro da Fundação Ford.

Por meio dele foram realizadas várias ações: a) estudo comparativo das legislações do Brasil, Estados Unidos, Inglaterra e América Latina; b) três encontros entre os associados; c) 19 artigos e reportagens na mídia; d) acompanhamento diário das atividades do Congresso Nacional e do Poder Executivo; e) acompanhamento de 13 periódicos; f) representação em cinco seminários.

Em maio de 2006 foi criada a *Carta de Curitiba – Visão GIFE do Marco Legal do Terceiro Setor*. Este documento estabelece cinco temas para a rede GIFE, os quais são considerados prioritários no processo de aperfeiçoamento do marco legal do terceiro setor: liberdade de organização; imunidade e isenções tributárias; incentivos fiscais para iniciativa de interesse público e segurança jurídica. No mesmo ano do segundo semestre, deu início a uma segunda versão mais aprofundada do documento Visão Gife, que teve como resultado a publicação, em 2009, do livro cujo titulo é *Perspectivas Para o Marco Legal do Terceiro Setor* em que é sistematizado o acúmulo de experiências do Gife quanto ao tema em tela.

Como desdobramento das ações do Programa do Marco Legal para o Terceiro Setor e Políticas Públicas, o Gife ampliou a sua ação formando uma rede de especialistas no Marco Legal, que se tornou um pólo aglutinador de lideranças jurídicas nesta área e mapeou as proposições legislativas relacionadas ao terceiro setor e ajudou a organizar o primeiro Fórum Nacional do Terceiro Setor junto com a OAB-SP e outras organizações sociais, como também lançou o referido programa no Congresso Nacional.

A atuação do Gife não se limitou à regulamentação do terceiro setor. Com a eleição de Lula à Presidência da República, em 2003, há um estreitamento do Gife com o novo governo, propiciando cada vez mais a ocupação e a participação dos empresários na aparelhagem estatal, o que se comprova pela ocupação do Gife nos órgãos vinculados ao governo Federal. Tal fato se observa devido à continuação e ao aprofundamento, no governo Lula, da relação entre as organizações sociais e o Estado. Isso porque no referido governo ampliou-se o espaço para a participação da chamada sociedade civil na esfera estatal, sobretudo dos empresários, já que os Conselhos (Econômico e Social, assim como os da Educação e da Juventude) se constituíram em canais abertos pelo Estado às demandas do empresariado.

Nessa direção, num primeiro momento, o Gife passou a ocupar uma das cadeiras no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social instituído em 2003. Três anos depois, passou a participar da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos deputados por meio de um protocolo de intenções, que versou sobre a "cooperação e a parceria com o Gife para a realização de ações conjugadas nas áreas de educação e cultura" (2006). Com isso, abriu-se um canal de diálogo com uma comissão possibilitando ao Gife e aos associados participar e influir por meio de um importante órgão nos temas relacionados à educação e à cultura.

Como as principais áreas de investimento dos associados se concentram na educação, juventude e cultura, o Gife tem se destacado em participar e influenciar nas formulações de políticas públicas direcionadas a essas áreas, promovendo para isso encontros, eventos e seminários, como foi o caso do *Seminário: Juventude: tempo presente ou tempo futuro?* no Palácio do Planalto com a secretária da área e ocupando umas das cadeiras no Conselho Nacional de Juventude, como também passou a participar com direito a voz e voto no Conselho Nacional de Política Cultural.

O Conselho Nacional de Juventude foi instituído em 2005 e visa formular e propor diretrizes em políticas públicas para a juventude. Por sua vez, o Conselho Nacional de Política Cultural, também, instituído no ano de 2005, busca articular as organizações da chamada sociedade civil e as diferentes esferas do governo para propor e formular diretrizes à cultura. Entretanto, foi decidido que o Gife não participaria entre os anos 2012 e 2013 do Conselho Nacional de Juventude. No seu lugar passou a participar do Fórum Nacional de Aprendiz Profissional- FNAP. Já na esfera estadual do governo de São Paulo tornou-se membro do Conselho de Administração e Orientação da Agência de Desenvolvimento Social.

A partir de 2009 o Gife passa a redefinir suas ações lançando, em 2010, um documento chamado *Visão Investimento Social Privado 2020*. Nele são colocadas em novas bases as suas estratégias com o propósito de construir o ambiente regulatório e econômico do terceiro setor em dez anos.

Para tanto, dividiu em três eixos suas ações. O primeiro consiste em dar legitimidade e relevância à atuação dos investidores sociais privados por meio de ações que visem: a) aprimorar os indicadores Gife de Gestão do Investimento Social Privado - ISP; b) desenvolver os indicadores Gife de governança; c) elaborar pesquisa de imagem sobre ISP; d) disseminar a utilização do Guia de Governança; e) construir um plano de

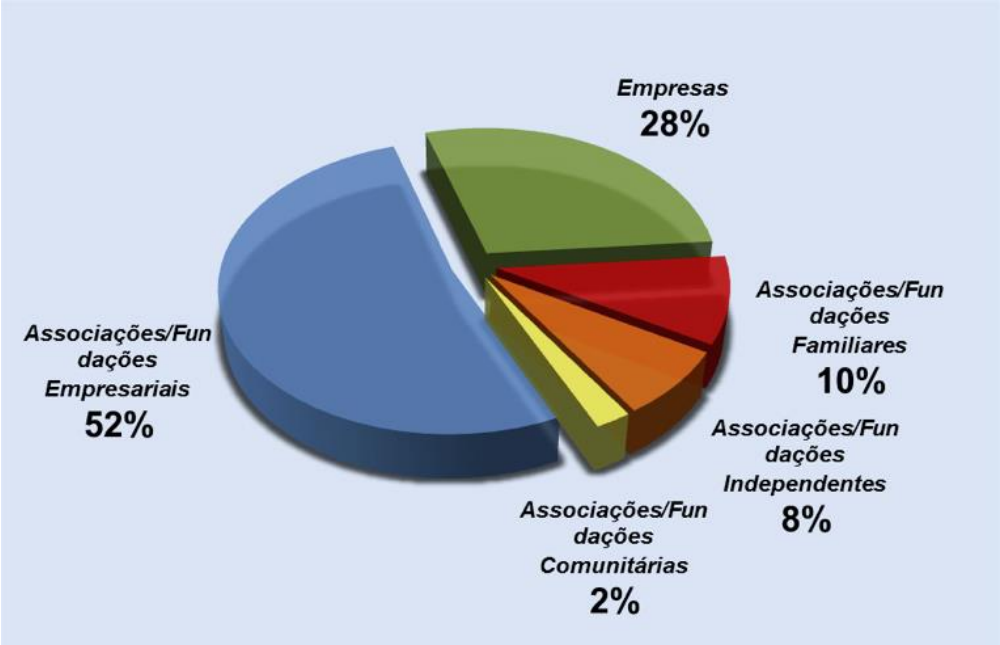
comunicação para o Gife; f) criar prêmio sobre boas práticas em ISP; g) elaborar as estratégias de interlocução da Rede Gife com as Organizações da Sociedade Civil - OSC e governo e h) Construir grupo focal na Rede Gife para acompanhamento da Visão.

O segundo eixo refere-se à abrangência do Gife. Este eixo surge a partir da constatação da tendência do investimento social privado em se concentrar em algumas regiões e temas em virtude das fundações e institutos serem em sua maioria de origem empresarial. Assim, procurando expandir o escopo de suas ações, foi estabelecido como meta expandir a rede Gife para outras regiões do país e incorporar e ampliar novos temas de maneira que possa diversificar a base associativa, uma vez que, para o Instituto o predomínio do investimento social privado de origem corporativa pode ser atribuído à falta de experiência no Brasil em filantropia familiar, independente e comunitária como nos Estados Unidos. Assim, para este aparelho hegemônico, "uma sociedade civil forte e diversa também necessita de um setor de investidores sociais fortes e igualmente diversos" (2008, p.9).

Podemos destacar algumas ações com essa finalidade: a) promover a expansão da Rede Gife nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste b) inserir novos temas de atuação na agenda da Rede Gife; c) divulgar áreas temáticas, regiões e segmentos populacionais menos apoiados pela rede Gife, dentre outros.

O terceiro eixo refere-se à diversidade de investidores, este eixo surge com a necessidade de expandir e diversificar a sua base associativa, já que parte significativa de seus associados é composta por empresas e fundações e institutos de origem empresarial, totalizando em 80% conforme demonstra o gráfico:

Gráfico – 2 Perfil dos Associados do Gife:



Fonte: Gife

O Gife busca alargar a base associativa por meio da inserção e do fomento à criação de organizações comunitárias, familiares e independentes.

Nesse sentido, podemos destacar também algumas ações: a) mudança na política de contribuição associativa; b) promover a criação de Fundações Familiares e Comunitárias; c) promover debates e disseminar a importância dos fundos patrimoniais, d) promover a cultura de Investimento Social Privado junto a pequenas e médias empresas, uma vez que a maioria dos associados ao Gife se constitui em grandes empresas.

Para dar conta das novas funções surgidas como a ocupação em importantes órgãos do Estado bem como atuar de modo mais incisivo para a regulamentação do marco legal do terceiro setor, criou a Gerência de Advocacy, que passou a ser área permanente do Gife para acompanhar e incidir na melhoria do ambiente regulatório do investimento social privado, como também formular e propor políticas públicas à cultura e à educação.

Com isso, o instituto qualificou sua ação para se tornar umas das principais organizações no debate e negociação com a Secretaria Geral da Previdência da República. E ainda, como parte de suas estratégias de ação junto ao Estado, participou

ativamente na formulação do documento-gênese e da formação da rede denominada *Plataforma da Organização da Sociedade Civil por um Novo Marco Legal Regulatório.*

O Gife passou, ainda, a participar do grupo de trabalho, criado em 2011, sob a coordenadoria da Secretaria Geral da Presidência da República, que visa regular a relação entre as organizações sociais e o Estado e desenvolver propostas para realizar a reforma do marco legal para o terceiro setor.

Para subsidiar as suas ações na esfera estatal e seguir as redefinições estratégicas lançadas em 2010, em que uma delas refere-se à ampliação e à diversificação da base associativa, o Gife criou um projeto intitulado *O papel dos Investidores Familiares, Independentes e Comunitários no fortalecimento dos investidores brasileiros,* financiado pela Fundação Ford, que busca identificar, mapear e estimular as chamadas organizações sociais da sociedade civil.

Com a redefinição de suas estratégias, percebe-se a ampliação das ações do Gife ao tentar expandir a sua influência no sentido de imprimir o modo empresarial no campo da área social, fortalecendo e criando novas fundações e instituições sociais de caráter familiar, independente ou comunitária para atuar em colaboração tanto com Estado quanto com os empresários no enfrentamento dos problemas sociais.

A redefinição de suas estratégias mostra, também, que a ampliação das suas funções foi na mesma medida do aumento de sua articulação com o Estado, portanto, possui recursos materiais e políticos para disputar, conquistar e legitimar na sociedade civil seus projetos, assim como torná-los política de Estado.

Desse modo, o Gife se constitui como um importante aparelho privado de hegemonia, uma vez que atua em diversas frentes para difundir a sua concepção de mundo burguês, ancorado nos postulados neoliberal, ao conjunto da sociedade assim como dirigir as classes e frações de classe burguesas na maneira em que ele entende que a questão social deverá ser tratada. Para tanto, como vimos, desenvolve diversas ações que denominamos de política de fortalecimento/expansão, de formulação/difusão e de articulação com o Estado.

Com isso, o Gife busca penetrar em diferentes âmbitos da vida social ou penetrar capilarmente em todo o tecido social através dos meios de comunicação, promovendo encontros com destacados jornalistas e assessores de imprensa por meio de cursos e workshops, bem como, por intermédio da educação, na formação de profissionais, estabelecendo parcerias com instituições de ensino superior e oferecendo programas de

estágios aos estudantes universitários e buscando incorporar às grades dos cursos de graduação e pós-graduação os temas relacionados ao investimento social privado e à responsabilidade social empresarial.

Concomitantemente a isso, o Instituto promoveu congressos para atingir maior e diversificado público, desde movimentos comunitários até agentes do governo, bem como, a publicação de livros, artigos, manuais, informativos, impresso e virtual. Na esfera estatal, atua de modo incisivo na criação de um ambiente legal para o chamado terceiro setor e participa na formulação de políticas públicas, além de produzir insumos e conhecimento voltado aos problemas sociais.

Além disso, e, principalmente, o Gife desenvolveu ações para atingir os empresários, ou melhor, educar os empresários chamando a sua atenção para a necessidade de atuar na resolução dos problemas sociais de modo que assegure a sua própria existência, como indica a afirmação a seguir:

> Agora, além da utilidade e da compatibilidade, as empresas deveriam ser percebidas por sua transcendência. É nela, na transcendência, que se abrigam todas as responsabilidades empresariais: social, histórica, comercial [...] que implica na necessidade de as empresas institucionalizarem e não serem percebidas apenas por sua presença no mercado. Quanto mais institucionalizada, *mais perene*, *imortal* e, de alguma maneira, *protegida* [...] a empresa se torna. [...] *Empresas que têm institutos, instituições e fundações ligadas a si, têm turbinas de institucionalização e transcendência, que sempre serão de importância vital na legitimidade de seus atos*, hoje outra necessidade fundamental. (GIFE, 2007, p.15)

Como se vê, o propósito consiste em tornar as empresas imortais, perenes e protegidas de qualquer possibilidade que ameace sua existência, ou melhor, que ameace a existência da própria burguesia. Portanto, ao contrário do que é apregoado pelos formuladores do terceiro setor, a sociedade civil é atravessada pelas disputas hegemônicas vinculadas a uma determinada classe social, como se observa por meio das ações do Gife na busca pela perenidade da classe a qual representa.

Como conseqüência de suas ações, o Gife se tornou uma organização empresarial que, desde os anos 1990, tem conseguido incluir na agenda pública o seu modo de tratar a questão social. Em outras palavras, por intermédio das fundações e instituições empresariais e demais organizações de origem familiar, independente ou comunitária e da sua atuação no âmbito estatal vêm conseguindo mudar e difundir as práticas no campo social tanto em relação ao Estado (sentido restrito) quanto relação ao

meio empresarial e as demais organizações civis, que passaram a lidar com os problemas sociais.

As ações do Gife adquirem consistência, como vimos, por intermédio da principal política que se realiza juntamente com o Estado. Isso porque depois de articular-se com diversas e inúmeras organizações na sociedade civil conquistando mentes e corações, o Instituto busca tornar seus projetos hegemônicos e transformá-los em política de Estado, revelando, dessa maneira, cada vez mais a imbricação entre sociedade civil e o Estado.

Podemos concluir que o principal êxito do Gife desde sua fundação foi difundir a noção de terceiro setor no Brasil em articulação com o Estado. Apesar de encontrar algumas dificuldades para regulamentar de modo mais eficaz a atuação burguesa por meio do terceiro setor, o Gife logrou êxito na medida em que contribuiu para a proliferação de ONGs, fundações e associações, como veremos no próximo item.

Este aparelho hegemônico foi pioneiro, conforme o exposto, em dar organicidade às práticas sociais fragmentadas dos empresários a partir da idéia de Investimento Social Privado. Uma das maneiras utilizadas pelo Gife para averiguar os resultados das suas ações e suas características é por meio da aplicação dos Censos em parcerias com outros institutos e fundações ou em parcerias com os órgãos públicos.

Dessa maneira, pretendemos através dos Censos produzidos pelo próprio Gife e de outras pesquisas quantitativas e de autores que se dedicaram ao estudo sobre as ONGs e seu empresariamento e o impacto delas sobre os movimentos sociais, analisar o quadro geral de suas ações, que discutiremos no próximo item.

2.3- Desdobramentos políticos e sociais das estratégias do Gife.

Conforme ressaltado acima, uma das formas do Gife averiguar suas ações e as características dos associados passa pela aplicação dos Censos, que são realizados a cada dois anos. O primeiro foi realizado no ano de 2001. Entretanto, a análise que ora se inicia tomou como ponto de partida as edições produzidas a partir do ano de 2005. Isso porque os censos produzidos a partir de então são mais abrangentes e profundos. Neles, o Gife busca traçar o perfil dos associados, avaliar diversos pontos desde a fundação das suas organizações até o modo como se realiza o denominado investimento privado na área social.

Além dos censos, para cotejar a nossa análise, colocaremos em foco também as pesquisas realizadas nos anos de 2003 e 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em parceria com a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong) e com o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife) para ajudar a compor o quadro dos resultados políticos e sociais das ações do Gife, visto que a finalidade da referida pesquisa reside em conhecer as características das fundações privadas e associações sem fins lucrativos.

Uma ressalva importante a ser destacada refere-se à abrangência do Censo do Gife, que se limita às próprias organizações que fazem parte dele. Igualmente importante apontar também que os instrumentos de análise de cunho quantitativo para avaliar esse segmento passaram a surgir a partir dos anos 1990 com a emergência das ações sociais dos empresários.

A explanação tem dois momentos. O primeiro consiste em apresentar o campo de atuação dos associados, seu perfil e como se dá tal atuação. O segundo momento busca trazer à tona os reflexos políticos e sociais das ações do Gife no que se refere à expansão do chamado terceiro setor por meio de ONGs, fundações, associações de origem empresarial ou não, bem como, as ações sociais dos empresários tidas como exitosas para o Instituto.

Assim, de acordo com o Censo Gife/2012, houve uma mudança da base associativa do Instituto, que passou de 80% para 71% de empresas, fundações e institutos de origem empresarial e, ao mesmo tempo, cresceu o número de fundações familiares e independentes, as FICs, sendo um dos desdobramentos da redefinição estratégica do Instituto no que se refere à diversificação dos seus filiados. Segundo o Censo Gife/2008, parte significativa dos associados se concentra na região Sudeste, principalmente em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Em seguida, pela região Sul, depois o Nordeste e a região Centro – Oeste. A região Norte é a que tem menos atuação do Gife.

Outra característica importante dos associados ao Gife e que difere da maioria das empresas que realizam alguma ação social, revelada pela pesquisa do IPEA, conforme evidenciada no próximo capítulo, refere-se à adoção por parte das empresas de práticas de planejamento e monitoramento de suas atividades sociais. Assim como a obtenção de incentivos fiscais, avaliado como positivo pelo Gife, já que é uma prática

considerada importante pelo Instituto para a expansão do "terceiro setor". Dessa maneira, 50% das fundações empresariais têm conseguido o título de OSCIP, já entre as associações e fundações independentes, 41%, obtém o título de Utilidade Pública Federal.

No entanto, vale ressaltar que a taxa de obtenção de incentivos fiscais das organizações vinculadas ao Gife não é elevada, é de apenas 15%. Mesmo assim, as empresas associadas se destacam em relação às que não são filiadas ao Instituto.

Segundo o Censo Gife/2012, há duas formas predominantes de atuação do empresariado. A primeira se realiza pela execução dos próprios projetos e a segunda pela transferência ou financiamento dos projetos sociais de outras organizações, particularmente das ONGs e das organizações de base comunitária.

Em termos numéricos, segundo o Censo Gife/2012, 87% das parcerias se realizam com as ONGs e com organizações de base comunitária. Nos dados do Censo de 2008 destinado à juventude, constatou-se que as parcerias se efetivavam principalmente com as ONGs que trabalhavam com este segmento. Além destas organizações, segundo ainda o Censo de 2008, mais da metade dos associados (61%) faz parcerias com as escolas públicas.

Além disso, segundo os dados do Censo Gife/Juventude 2008, mais da metade dos associados realizam suas atividades em parceria com o poder público, e mais de 43% em conselhos ligados às políticas sociais, mesmo assim, a principal parceria se efetiva com as escolas públicas.

No que concerne às áreas de maior interesse pelos associados, em ordem de investimento, além da educação, as atividades dos associados se notabilizam ainda em nichos como a cultura e as artes, geração de trabalho e renda, desenvolvimento comunitário de base, saúde, apoio à gestão do terceiro setor, meio ambiente e assistência social.

A principal área de atuação dos associados se concentra na educação, 87%. Nesse sentido, como já mencionamos, o Grupo de Afinidades em Educação foi o principal instrumento estratégico para incentivar e qualificar as ações dos associados do Instituto, defendidas no livro chamado *Por que as empresas devem investir na educação*? e devido à concentração dos associados na referida área foi realizado também um censo específico para a educação, assim como dois anos depois, um censo específico para juventude, também outra área de concentração dos associados. Como as

atividades dos associados se concentram na área da educação, o seu público-alvo não poderia ser outro senão a juventude, particularmente na faixa etária de 18 a 24, 67%; de 15 a17, 59% e de 25 a 29 anos, 44%. (Censo Gife/ Educação, 2006).

A justificativa do Gife para o investimento dos associados na educação se fundamenta no entendimento de que o sistema educacional, devido às suas condições precárias, tem colocado limites à superação da pobreza e da exclusão social e também tem sido um dos entraves para a inserção do Brasil na economia global. Na avaliação do Instituto em consonância com o discurso do Estado, o principal problema, como não poderia ser diferente, é a má formação dos professores.

Nos termos do próprio Gife: "Se o problema da educação fundamental no Brasil de hoje é a má qualidade da formação recebida pelos alunos, então o trabalho com os professores se torna uma prioridade natural" (2005, p. 34). Assim, as práticas dos associados na esfera educacional convergem para o objetivo de aumentar o desempenho das escolas e dos alunos, mas principalmente dos professores. Assim, parte dos investimentos dos associados dirige-se à formação desses últimos.

Souza (2013) observou que as empresas que passaram a seguir as orientações da Responsabilidade Social Empresarial dão preferência à área da educação. Isso porque, procuram afastar suas ações sociais das práticas da filantropia assistencialista, que se caracterizariam pelo caráter pontual e emergencial, e se aproximam da área da educação, que possibilita construir a idéia de sustentabilidade social, além de possuir amplo reconhecimento público e o apelo que o senso comum atribui à possibilidade de ascensão social.

Os empresários, além disso, conferem importância à educação como estratégia para aumentar a competitividade da economia nacional e a inserção do país na nova ordem mundial. De acordo com Souza (2009, p. 89):

> [...] por razões econômicas e pelo fato de carregar uma forte aceitação da população como a ação que produz melhoria na vida das pessoas, a educação tem sido a área eleita pela maioria dos dirigentes de empresas para direcionar suas ações de Responsabilidade Social.

Assim, os projetos e programas desenvolvidos pelos associados do Gife têm como foco o ensino fundamental regular e cabe a eles estimular o estabelecimento de

parcerias com o poder público a fim de garantir perenidade ao investimento social privado. É o que atesta a seguinte citação:

> [...] os associados do Gife se constituem não somente como instituição que apóiam o governo ou prestam serviços a eles, mas também como atores que buscam interferência organizada e qualificada no espaço público [...] Esta talvez seja uma característica que diferencie os associados do Gife, que têm firmado e buscado desenvolver tal perspectiva.

Como vimos no item anterior, a principal política em articulação com o Estado, além de influir nas políticas públicas destinadas à juventude, à educação e à cultura, é difundir e expandir o chamado terceiro setor no país. Desde o início de sua fundação, nos anos 1990, o Instituto tem desenvolvido um conjunto de estratégias visando esse fim. Desde publicações como os livros *Terceiro Setor: Desenvolvimento Sustentado* e *Terceiro Setor: Regulação no Brasil*, até encontros, passando por projetos como *Projeto Legal Para o Terceiro Setor*, 2003, e *O papel dos Investidores Familiares, Independentes e Comunitários no Fortalecimento dos Investidores Brasileiros*, 2009, ambos financiados pela Fundação Ford.

É possível perceber de maneira geral a contribuição ou os efeitos das ações do Gife para o crescimento das ONGs e seu empresariamento, das parcerias público-privadas, especialmente na área educacional, e da expansão das fundações e associações sem fins lucrativos. Empreitada que é bom enfatizar, não se encaixa como exclusividade deste Instituto, muito embora apresente um papel de grande relevância nesse processo, uma vez que, foi por meio deste aparelho hegemônico que a noção de terceiro setor passou a ser difundida de maneira mais sistemática no Brasil.

Verifica-se, então, que, nos anos 1990, houve a proliferação de organizações não governamentais, fundações e associações sem fins lucrativos. Tal fenômeno pode ser verificado através da pesquisa realizada pelo IBGE juntamente com o IPEA em parceria com a Abong e com o Gife. Nela, constatou-se que houve um grande crescimento das fundações privadas e associações sem fins lucrativos, em grande medida, de origem empresarial, as chamadas FASFIL. Assim, entre 1996 e 2002, o número da FASFIL cresceu de 106 mil para 169 mil, um crescimento da ordem de 157%. Muito embora na pesquisa publicada em 2010 pelas mesmas organizações o crescimento tenha sido de 8,8%. O fato é que nesses últimos anos houve expansão e criação de aparelhos privados

de hegemonia da burguesia e de outras organizações que passaram a lidar com os problemas sociais.

Exatamente por isso que essas organizações são relativamente novas no país. De acordo com a referida pesquisa, a maioria delas, em torno de 40%, foi criada no período de 2001 a 2010. E metade delas surgiu nos últimos anos, sendo que aproximadamente 14% surge a cada ano, evidenciando, assim, um crescimento regular destas entidades. Uma parte significativa que surgiu nesta década, 2001 a 2010, foi de associações patronais.

Não por acaso que o termo ONG foi popularizado nos anos 1990 por intermédio dos empresários. Nesse sentido, de acordo com Coutinho (2011), uma das características que diferencia as ONGs dos anos 1970 das que surgiram nos anos 1990 é justamente o empresariamento delas, que passaram a adotar as formulações das fundações e institutos empresariais.

Discutindo o significado e a importância do tema acerca da sociedade civil durante nos anos 1980 e, particularmente, nos anos 1990, Fontes (2010) considera que o tema trazia consigo dois momentos:

> No primeiro, o esvaziamento do ímpeto socializante que ainda continha, derivado das lutas da década anterior. Este seria realizado pela subalternização de uma enorme miríade de entidades ao predomínio das fundações e associações empresariais "sem fins lucrativos", através da responsabilidade social empresarial. No segundo momento, tratava-se de aproveitar o próprio impulso das entidades que pavoneavam como símbolo de virtude social o fato de serem não governamentais (reativando a definição clássica liberal), para desmantelar expressiva parcela de direitos sociais, convertendo-as nas executoras de políticas governamentais rebaixadas. [...] Para esse processo, muito contribuiria a expansão de uma grande diversidade de ONGs. (p.266 e 267).

Neste contexto, segundo Coutinho (2011), o crescimento das organizações não governamentais ocorreu na mesma medida que o declínio dos movimentos sociais. E conclui que uma das principais conseqüências para as lutas sociais foram o seu enfraquecimento e, por sua vez, o fortalecimento das organizações da burguesia na sociedade civil. Se por um lado, os anos 1980 foram marcados pelas grandes lutas sociais travadas pelas classes subalternas por intermédio dos seus aparelhos privados de hegemonia em escala nacional, por outro, foi uma década que representou o início,

segundo Pinheiro (2007), da derrota das classes trabalhadoras e, consequentemente, dos movimentos sociais classistas.

O enfraquecimento se desenvolveu, dentre outros aspectos, por meio da incorporação e da ressignificação dos termos dos movimentos sociais. Nesse sentido, nas palavras da Coutinho:

> As palavras de ordem dos anos 1970, que nortearam a atuação dos movimentos populares como "educação popular", "autonomia", "independência", "direitos humanos"; foram substituídos por "ecologia", "democratização", "diversidade cultural", "geração de renda", "gênero", "direitos de cidadania". (2011, p. 20)

O Gife tem pautado por meio da articulação com o Estado e das fundações, institutos empresariais e das organizações não governamentais o modo como a "questão social" deve ser tratada e, em grande medida, direcionando as inquietações e as insatisfações ou possíveis lutas das classes subalternizadas, uma vez que os serviços sociais ofertados por essas organizações têm como base social essa população. Não apenas no oferecimento de tais serviços, mas também as motivando a se auto-organizar para satisfazer as suas necessidades, isto é, os trabalhadores são convidados, segundo a lógica empresarial, a gestar as suas próprias mazelas.

O direcionamento ocorre, como a citação anterior demonstra, por meio, sobretudo, da ressignificação dos termos dos movimentos sociais, ou seja, "capturando o potencial de crítica dos movimentos aos termos do capital", segundo Pinheiro (2007). Assim, de acordo com mesmo autor:

> Os governos neoliberais adotaram uma política para os movimentos sociais aparentemente contraditória, mas funcional do ponto de vista das classes trabalhadoras. Na medida em que neutralizaram o potencial contestador da bandeira da participação, no final dos anos 1980, tornando-a política de Estado executada por agências estatais responsáveis pelas políticas sociais, e pelas ONGs a elas ligadas, com isso controlando os movimentos cuja base social é cliente dessas políticas e; por outro lado, àqueles movimentos de contestação da ordem do capital, os governos reservavam uma forte repressão policial e a criminalização jurídica.[...] (2007, p.133)

Com a introdução do chamado terceiro setor no país, um conjunto de práticas e significados, que foram construídos no interior dos movimentos sociais dos anos 1980, são ressignificados a partir das referências trazidas por este novo campo de atuação. É neste contexto, por exemplo, que os termos são trocados e transmutados, a figura do educador popular é substituída pela do empreendedor social.

Como conseqüência, a postura combativa e reivindicatória e até mesmo questionadora da ordem vigente é abandonada e no seu lugar passa a vicejar uma atuação pró-ativa, integradora e de parceria com o poder estatal e com as empresas, em outras palavras, de militantes são transmutados em empreendedores sociais.

Desse modo, se de um lado, há o rebaixamento das lutas à gestão técnica dos problemas sociais com base em soluções pontuais, de outro, quando são postas pelos movimentos sociais em uma perspectiva de superação da ordem do capital, como observou Pinheiro (2007), o Estado atua com forte repressão policial e com a criminalização jurídica. Assim, os aparelhos privados de hegemonia das classes dominantes estabelecem de que maneira a "questão social" deve ser encaminhada, caso saia dos limites estabelecidos, são veementes reprimidos e criminalizados.

Em outros termos, a proliferação das fundações e institutos empresariais e o empresariamento das ONGs contribuíram sobremaneira para o enfraquecimento dos movimentos sociais classistas.

De acordo com Coutinho (2011), a maioria das organizações não governamentais, que surgiram nos anos 1990, mantém uma relação profunda com as instituições e fundações empresariais que "incorporam termos como responsabilidade social, ética empresarial e empresa cidadã aos seus discursos. Essa relação [...] contribui com a política do colchão amortecedor para amenizar os conflitos e contradições de classes". (p. 167).

Dessa maneira, segundo a mesma autora, o "terceiro setor" agiu fundamentalmente para desorganizar os movimentos sociais nos anos 1990, uma vez que "projetou ações individualizadas e focalizadas", "cumprindo um papel ideológico importante para a implementação das políticas neoliberais". Fontes (2010) conclui que a ABONG, uma das principais referências de organização não governamental no país, teve um papel fundamental como ponte para a transição de uma pauta contra-hegemônica dos movimentos sociais para uma adaptativa.

Além disso, Fontes (2010) indicou ainda que o empresariamento da sociedade civil não significou somente a substituição das políticas sociais pelos serviços das ONGs ou das fundações e institutos empresariais, mas particularmente pela redução do poder das classes trabalhadoras sobre o Estado.

O Estado, assim, em articulação com as organizações empresariais, com destaque ao Gife, tem propiciado e estimulado a criação de diversas organizações sociais, assim como, incorporado as existentes através das chamadas parcerias ou por meio do estímulo da regulamentação de organizações sociais, por esse caminho, tem colocado essas organizações sob a sua coordenação e das organizações empresariais.

Nessa direção, de acordo com Fontes (2010), considerando que a sociedade civil é o lugar de lutas de classes, a atuação dos empresários desta magnitude aponta para dois caminhos:

> Em primeiro lugar, ao incidir sobre uma infinidade de setores, atua preventivamente na administração de conflitos, significando que as tensões permanecem e as lutas teimam em vir à tona. Há, portanto, resistências [...] e pólos potenciais de lutas contra-hegemônicas. A expansão da FASFIL, ONGs, ou mais precisamente, de aparelhos privados de hegemonia coligados às frentes móveis de ação internacional do capital, demonstra o crescimento de lutas sociais e a necessidade da burguesia de contenção. (p. 291).

Dito de outro modo, de acordo com a mesma autora, a expansão dos aparelhos privados de hegemonia da burguesia visa disputar palmo a palmo cada centímetro da sociedade civil por meio da sua inserção em diversos espaços onde as classes subalternizadas passam a se organizar para conter potenciais conflitos que podem vir à tona ou ainda reais conflitos.

Por meio da ideologia da parceria é acionado um mecanismo que possibilita apagar "discursivamente os antagonismos de classes", uma vez que as ONGs ou outras organizações passam a fazer parceria com o Estado ou com o empresariado. Portanto, as lutas de classes perdem a centralidade no debate político e em seu lugar se insere a luta contra a pobreza e a defesa da cidadania e da inclusão social.

Dessa maneira, essas organizações sociais, de desenvolvimento comunitário ou organizações não governamentais, que fariam parte do terceiro setor estimulado particularmente pelo Gife, buscam dirigir qualquer manifestação popular por meio da sua incorporação, definindo em quais termos os problemas sociais devem ser resolvidos.

Ao mesmo tempo, impede a articulação política autônoma das classes trabalhadoras, uma vez que as ações empreendidas pelas ONGs e pelas fundações/institutos empresariais atuam obscurecendo a origem dos problemas sociais, tratando-os de maneira fragmentada e ainda estimulam a sua atuação social de acordo com essa lógica.

Os resultados das ações do Gife podem ser percebidos de maneira mais clara ainda pela execução de programas e projetos realizados pelas empresas, segundo as diretrizes do Instituto. Conforme apontamos, na última década houve crescimento significativo das fundações privadas e associações sem fins lucrativos com o propósito de atuar na resolução da "questão social", sobretudo as de origem empresarial. Desse modo, o fortalecimento das ações do Gife se observa pelo engajamento social dos empresários. Podemos destacar alguns projetos ou programas considerados pelo Gife como bem-sucedidos na área de maior concentração de investimentos dos associados: a educação.

A Fundação Vale do Rio Doce, filiada tanto ao Gife quanto ao Ethos, por exemplo, tem um programa chamado Escola que Vale. O programa é realizado em parcerias entre a Fundação Vale do Rio Doce, as prefeituras, o Centro de Educação e Documentação para a Ação Educativa Comunitária (CEDAC) e 69 escolas municipais de ensino fundamental, com apoio financeiro de empresas e da Companhia Vale do Rio Doce. O CEDAC é responsável pela a execução do programa, que atinge 12 municípios no raio de influência das empresas onde atua o Grupo Vale do Rio Doce nos estados de Minas Gerais, Maranhão, Pará e Espírito Santo.

Segundo esse organismo empresarial, o programa visa melhorar a qualidade da educação. Para tanto, suas ações incidem diretamente sobre os diretores, professores e supervisores por meio de cursos de capacitação e desenvolvimento de projetos. Um dos principais resultados considerados pela Fundação de suas ações juntamente com suas parcerias foi construir a necessidade da relação entre Estado e empresas, assim como a importância de vínculos da comunidade na execução dos projetos. Isto é, o envolvimento de todos (empresários, Estado e a população) pelo chamado bem comum..

Outra organização empresarial considerada bem-sucedida pelo Gife na execução de projetos e programas sociais é o Instituto Algar cujo propósito incide em atuar na melhoria da educação. De acordo com Graciolli e Toitio (2009), o Instituto foi fundado no ano de 2001, em Minas Gerais, na cidade de Uberlândia. A finalidade desta organização é gerir os projetos e investimentos sociais do Grupo Algar.

Segundo os mesmos autores, o Instituto Algar com o propósito de educar pessoas e organizações em torna da prática da responsabilidade social empresarial investe na educação de crianças, fazendo parcerias com escolas públicas, instituições de educação, organizações não governamentais e Secretaria Municipal de Educação de Uberlândia a partir de dois programas destinados às crianças e aos adolescentes: Programa de Investimento Social e o Programa do Voluntariado.

Dessa maneira, conclui-se que por meio de projetos e programas sociais desenvolvidos pelas empresas e fundações e institutos de origem empresarial difunde-se a concepção de mundo das classes dominantes às classes subalternas.

Isso porque as organizações empresariais e as próprias empresas atuando sob égide do Investimento Social Privado e da Responsabilidade Social Empresarial propagam os postulados do neoliberalismo em que se estabelece a ideia da necessidade da pareceria entre a iniciativa privada e a esfera estatal e a responsabilidade de cada um para resolver os problemas sociais.

Portanto, ao afirmar que o Estado é incapaz de atuar no enfrentamento dos problemas sociais, legitimam e reafirmam a necessidade da atuação da iniciativa privada na área social, uma vez que o Estado é tido como ineficaz e ineficiente para garantir as condições necessárias para promover os direitos sociais. Além de, e o mais importante, disseminar a ideia de imprescindibilidade da atuação do empresariado para o desenvolvimento social e econômico do país.

Apesar de o Gife ter sido uma organização pioneira no engajamento social dos empresários, é a partir do surgimento do Instituto Ethos de Responsabilidade Social e Empresarial que as ações da burguesia ganham mais consistência e abrangência, assunto que iremos discutir no próximo capítulo.

Capítulo 3 - Nova atuação empresarial: Ethos de Responsabilidade Social Empresarial.

Neste capítulo apresentamos as características organizacionais e política do Ethos, assim como as suas principais estratégias para a difusão da ideologia da Responsabilidade Social Empresarial no período de 1998 a 2012. Em seguida, analisamos os efeitos políticos e sociais das ações do Instituto.

3.1 - Gênese e características gerais da organização institucional e política do Ethos.

A criação do Instituto Ethos aprofundou o novo padrão de intervenção social dos empresários engendrado pela política neoliberal nos anos 1990 segundo a lógica da participação solidária pelo bem comum, uma vez que o Instituto buscou de uma maneira mais eficaz e elaborada unificar a atuação da burguesia e integrar outras classes e frações de classe em torno da ideologia da Responsabilidade Social Empresarial.

Desse modo, uma das bases que sustenta essa ideologia e lhe confere maior amplitude é o que se denomina no meio empresarial de *stakeholders* ou partes interessadas, entendidas como os diferentes públicos afetados pelas ações das empresas, isto é, os funcionários, acionistas, fornecedores, consumidores, meio ambiente, comunidade e o governo. Com isso, este novo aparelho privado de hegemonia ampliou o raio de sua atuação ao atingir várias pessoas e temas, bem como superou as experiências anteriores, inclusive, em grande medida, o próprio Gife, pioneiro no engajamento social dos empresários. Nos próprios termos:

> A responsabilidade social, no caso das empresas, trata não somente de financiamento de projetos sociais no entorno imediato, mas diz respeito, sobretudo, à atitude ética em todas as suas relações com funcionários, fornecedores, clientes, comunidade, governo e meio ambiente. (INSTITUTO ETHOS, 1999, p.13)

Desta feita, a Responsabilidade Social Empresarial se traduz como um conjunto de diretrizes que tem como meta dar outro sentido ao comportamento dos empresários, criando uma "nova mentalidade" que impulsione a burguesia a atuar como classe

dirigente almejando redirecionar a visão de mundo da sociedade como um todo de acordo com essa ideologia.

Dito de outro modo, a Responsabilidade Social Empresarial pode ser interpretada ainda como uma nova estratégia de hegemonia burguesa no Brasil que instaura novos parâmetros de sociabilidade segundo o rearranjo político e econômico, tendo como sustentáculo a implementação do programa neoliberal e a reestruturação produtiva, considerada um importante instrumento de dominação no atual contexto.

No Estatuto Social da supracitada organização empresarial não pairam dúvidas no que se refere ao propósito político:

> O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social Empresarial é uma associação sem fins lucrativos, *destinada a fomentar o desenvolvimento da cidadania empresarial, sensibilizando e mobilizando esta classe, numa perspectiva local e global*, a fim de assumir a promoção do desenvolvimento econômico com responsabilidade social. <www3.ethos.org.br/conteudo/gestao/estatuto/>(grifo nosso).

O Ethos se firmou como principal referência em termos de articulação e difusão desta ideologia no Brasil juntamente com o Gife. Muito embora, o foco do Gife seja a formulação e difusão de uma das dimensões da Responsabilidade Social que se constitui, como vimos, no Investimento Social Privado. De qualquer maneira, foi por intermédio principalmente daquele aparelho hegemônico, portanto, que essas idéias e práticas se consolidaram no Brasil.

Estas idéias, entretanto, originaram-se por meio de algumas publicações em solo norte-americano entre as décadas de 1920 e 1950, ressurgindo nos anos 1970 com contornos mais precisos em alguns países da Europa como a Inglaterra e a França e, novamente, nos Estados Unidos[24] com os movimentos sociais e culturais que exigiam atitudes socialmente responsáveis das empresas numa conjuntura de forte efervescência de luta política e social.

[24]Nos Estados Unidos, por exemplo, além da reivindicação de direitos civis encampado pelo movimento negro, acontecia também a luta contra a guerra do Vietnã (1964-1973) e uma das formas de contestação foi o repúdio aos produtos das empresas que participaram direta ou indiretamente da guerra na Ásia.

Até este período, a chamada Responsabilidade Social Empresarial não havia adquirido a força que pudesse torná-la prática e referência às diferentes frações da burguesia como uma ideologia que orientasse suas ações. Assim, o foco das ações dos empresários se concentrava em responder ao descontentamento de alguns setores da sociedade. Nessa direção, com a finalidade de demonstrar o seu engajamento criaram o assim chamado balanço ou relatório de atividades sociais.

Todavia, é a partir da década de 1990 que a Responsabilidade Social Empresarial ganha força estratégica de dominação burguesa nos marcos da política neoliberal e da reestruturação produtiva, que significou uma mudança da correlação de forças num claro desfavorecimento às classes trabalhadoras, expresso nas derrotas do movimento operário e na expansão de inúmeras organizações empresariais.

Nesta década assiste-se à formação e ao fortalecimento em nível internacional de organizações burguesas que trazem em seu bojo o fito de normalizar, uniformizar e difundir as ações sociais das diferentes frações do empresariado sob os mesmos preceitos político-sociais. Assim, surgem nos Estados Unidos, em 1992, Business for Social Responsability (BSR), em 1990, Internacional Business Leaders Forum e na Grã-Bretanha, em 1995, World Business Council For Sustainable Development.

É expressivo também o desenvolvimento de normas de certificação orientando o comportamento dos empresários. Nesse período, por exemplo, em 1997, foi criada a norma, centrada nas condições de trabalho vinculadas à ONU, intitulada AS 8000 da Social Accountability Internacional, assim como, a norma 1400 – International Organization For Standardization – ISO, que qualifica os processos da empresa em relação à gestão ambiental, Accountability 1000, criado pelo Institute Of Social and Ethical, Global Reporting Iniative – GRI, 1997.

No Brasil é empregado pela primeira vez esse termo nos anos 1960 com a criação da Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas. De acordo com Torres (2003), essa organização foi a primeira a propor e a usar o termo responsabilidade social destinada às empresas.

No país essas idéias foram pouco a pouco ganhando forma e conteúdo no decorrer dos anos 1980 e 1990, sobretudo, como vimos, através das experiências que preconizaram a Responsabilidade Social Empresarial e o Investimento Social Privado com a Fundação Abrinq e a Câmara de Comércio de São Paulo através do Prêmio Eco,

uma vez que foram destas organizações que saíram os principais intelectuais orgânicos da burguesia brasileira que inauguraram este novo modo de atuação política.

As articulações para outro tipo de atuação do empresariado, no final da década de 1980, começaram com o sociólogo Herbert de Souza, a partir do contato com alguns empresários dispostos a fazer campanhas em favor das crianças e adolescentes. Contudo, foi por meio especificamente da Campanha Contra a Fome e a Miséria, em 1993, que se promoveu a aproximação dos empresários com os problemas sociais, mobilizando diversas empresas públicas e privadas entre 1993 e 1995.

O IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), sob o comando de Herbert de Souza, foi o precursor no espraiamento da idéia de empresas preocupadas com os problemas sociais no país, através dele lançou-se, em 1997, a proposta dos balanços ou os relatórios de atividades sociais para as empresas. Neste cenário de otimismo e ilusão quanto à transformação das empresas em cidadãs, diversos projetos foram criados para incentivar a adoção dos chamados balanços sociais, o que mais se destacou foi o da vereadora Aldaíza Sposti do PT, que criou o Dia e o Selo da Empresa Cidadã no município de São Paulo.

Vejamos como Betinho entendia a contribuição que as empresas poderiam oferecer com a publicação dos balanços sociais:

> A idéia do Balanço é demonstrar quantitativamente e qualitativamente o papel desempenhado pelas empresas no plano social, tanto internamente quanto na sua atuação na comunidade. Os itens dessa verificação são vários: educação, saúde, atenção à mulher, atuação na preservação do meio ambiente, melhoria na qualidade de vida e de trabalho de seus empregados, apoio a projetos comunitários visando a erradicação da pobreza, geração de renda e de novos postos de trabalho. O campo é vasto e várias empresas já estão trilhando esse caminho. Realizar o Balanço Social significa uma grande contribuição para a consolidação de uma sociedade verdadeiramente democrática. <www.balancosocial.org.br>

A campanha contou com a contribuição dos principais intelectuais orgânicos da burguesia brasileira oriundos do Pensamento Nacional de Bases Empresarias (PNBE), do Cives e da Fundação Abrinq, isto é, a campanha foi fruto da participação destes intelectuais juntamente com o Movimento pela Ética na Política e com o Movimento Contra a Miséria e a Fome. Nessa perspectiva, com o fito de aparentar mais consistência às ações do IBASE foi lançado um modelo simplificado do balanço social a fim de que as empresas seguissem uma referência única quanto à atuação relativa aos problemas

sociais. Em 1998, foi criado o selo IBASE/Betinho para as empresas que adotassem tais balanços.

Todavia, o balanço social era um instrumento político pouco consistente para alavancar uma mudança de comportamento dos empresários ou numa "nova mentalidade empresarial" de modo que tornasse as práticas realizadas por eles orgânicas à própria classe burguesa.

Assim, a partir de reuniões com os principais intelectuais orgânicos da burguesia empresarial, que estiveram à frente do Pensamento Nacional de Bases Empresariais, do Cives e da Fundação Abrinq como Oded Grajew, Emerson Kapaz, Sérgio Mindlin, Ricardo Young, Hélio Mattar e Guilherme Leal, decidiram criar, em 1998, na cidade de São Paulo, o Instituto Ethos de Responsabilidade Social Empresarial e Empresas. Assim é descrito a criação do Instituto Ethos no Relatório de Sustentabilidade:

> Em uma tarde de junho de 1998, um grupo de empresários debatia energicamente em um restaurante paulistano. Gesticulavam, pediam apartes, rabiscavam em folhas de papel, alteravam o tom de voz. Quem os via de longe podia pensar que se tratava de uma conspiração. Os personagens desse debate eram os empresários Guilherme leal, Sérgio Mindlin, Eduardo, Oded Grajew, Hélio Mattar, Emerson Kapaz e Ricardo Young. Naquele almoço nascia o instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, já com o desenho de seu primeiro estatuto. (INSTITUTO ETHOS, 2008, p. 9).

A fundação do Instituto possibilitou institucionalizar, elaborar, normalizar e sistematizar de maneira mais sofisticada e abrangente a condução das ações dos empresários com vistas à nova forma de intervenção social segundo a orientação do postulado neoliberal.

A missão, nesse sentido, do Instituto Ethos consiste em *mobilizar*, *sensibilizar* e *ajudar* as empresas a gerir seus negócios de maneira socialmente responsável de modo que se tornem agentes da construção do que entendem por uma sociedade sustentável e justa. Assim, de acordo com o Ethos, a Responsabilidade Social Empresarial é:

> [...] a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais que impulsionem o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais. <www.uniethos.org.br>

Visando colocar a burguesia como classe dirigente neste contexto de reconfiguração do capitalismo do século XXI, o Ethos realizou um trabalho político-ideológico importante no sentido de educar a própria classe para responder aos problemas postos pela lógica do capitalismo como, por exemplo, a questão ambiental, a fim de levar a cabo a produção e reprodução do capital, articulando o consenso das classes subalternas e a sua adesão em torno de seu projeto societal.

Nessa perspectiva, consideram que, diante da mudança de comportamento dos empresários, "a iniciativa privada conquista o respeito das pessoas e das comunidades que são impactadas por suas atividades, e o resultado é o reconhecimento da sociedade às suas atitudes" <www3.ethos.org.br/conteudo/sobre-o-instituto/visão>. Além de trazer lucratividade para as empresas no mercado com a postura socialmente responsável.

Na visão do Instituto, a Responsabilidade Social Empresarial procura ultrapassar os limites corporativos de classe ao postular que a atuação dos empresários não deve se restringir tão somente aos processos produtivos e físicos de suas instalações. A atuação do Ethos, portanto, visa atingir toda a sociedade e dar outro significado às relações capital e trabalho, na medida em que formula ações para os diversos âmbitos da sociedade posto que:

> Adotar uma gestão socialmente responsável implica, necessariamente, atuar buscando trazer benefícios a sociedade, propiciar a realização profissional dos empregados e promover benefícios para os parceiros e para o meio ambiente, sem deixar de lado o retorno para os investidores. Dessa forma, o Instituto Ethos, por meio de iniciativas [...] tem buscado novos caminhos para evoluir constantemente, e estimulado a buscar por modelos de governança que atendam à demanda por um *modo de produção mais colaborativo*. www3.ethos.org.br/conteudo/gestao-socialmente responsavel/valores-transparencia-e-governanca(Grifo nosso)

Percebe-se, então, que, na citação acima, sob uma nova roupagem é reativada a ideologia do colaboracionismo entre as classes por meio de "um modo de produção mais colaborativo", uma vez que os valores que dão sustentação à nova abordagem política dos empresários no âmbito dos problemas sociais se constituem no "equilíbrio da sociedade" e da "convivência humana", sendo o escopo da responsabilidade social empresarial formado pela "ética", "transparência" e a "solidariedade".

Em uma das publicações do Ethos, Debates de 2001, o empresário Hélio Mattar discorre sobre as perspectivas em torno da responsabilidade social empresarial e considera que as empresas, a partir daquele momento, buscam um novo contrato pautado nas relações humanizadas. Segundo essa visão, um dos aspectos desta humanização diz respeito ao envolvimento com diversos públicos e da participação deles na construção dos objetivos comuns. De acordo com Mattar, as empresas passaram a compartilhar a sua visão de mundo com os funcionários, fornecedores, consumidores, acionistas, governos, comunidades, dentre outros. A idéia trazida com os *stakeholders*, que sustenta a ideologia da responsabilidade social, é formar um todo coeso entre todas as partes, tornando-se cada uma delas interdependentes.

A finalidade é solidificar aquilo que o Instituto classifica de um novo paradigma que consiste no envolvimento de todos pelo enfrentamento dos problemas sociais e ambientais. Isto é, a orientação é superar a idéia, nos termos de Hélio Mattar, de que "este problema é seu, resolva-o" para "como nós vamos resolver o nosso problema – *nós, as empresas e todas as suas partes interessadas*". (INSTITUTO ETHOS, 2001, p.15)

Assim, chamam a atenção e reafirmam o papel imprescindível das empresas enquanto importantes agentes da promoção do desenvolvimento econômico e social, bem como de sua capacidade de influenciar as principais mudanças no planeta, enfatizando com isso a necessidade do engajamento dos empresários na construção de um mundo melhor e mais igualitário em parceria com a sociedade civil e o Estado.

A finalidade do Ethos consiste em mudar a visão de mundo tanto dos empresários em particular e da sociedade em geral e isso implica "em criar uma cultura da responsabilidade social, tenciona-se mudar a maneira de pensar, e isto se aplica ao indivíduo, ao grupo do qual ele faz parte e à sociedade como um todo" (Instituto Ethos, 2010, p. 21). Ou mais precisamente, estabelecer um "novo pensamento hegemônico", que consiste no alinhamento em torno de dois motes:

> [...] *função social da empresa* e o *desenvolvimento sustentável*. Esta nova função social deve criar processos estruturantes com vistas a uma nova hegemonia no pensamento daqueles que dão forma à cultura gerencial voltada à sustentabilidade da sociedade: os funcionários da empresa, empreendedores sociais, pesquisadores e universidades. (INSTITUTO ETHOS, 2010, p.20). (grifo nosso)

Com esse propósito o Ethos visa:

> 1-Compreender e incorporar de forma progressiva o conceito do comportamento empresarial socialmente responsável;
> 2-Implementar políticas e práticas que atendam aos elevados critérios éticos, contribuindo para o alcance do sucesso econômico sustentável em longo prazo;
> 3-Assumir suas responsabilidades com *todos aqueles que são atingidos por suas atividades;*
> 4-Demonstrar a seus acionistas a relevância de um comportamento responsável para o retorno em longo prazo sobre seus investimentos;
> 5-Identificar formas inovadoras e eficazes de atuar *em parceria com as comunidades na construção do bem-estar comum;*
> 6-Prosperar, *contribuindo para um desenvolvimento social, econômico e ambientalmente sustentável*. <www3.ethos.org.br/conteudo/sobre-o-instituto/principios-e-compromissos> (grifo nosso).

A criação do Instituto Ethos está entrelaçada com o movimento internacional da Responsabilidade Social Empresarial, sendo os Estados Unidos um dos principais agentes desse processo, tanto que em diversos momentos o Ethos foi financiado por organizações empresariais estadunidenses.

Segundo o Relatório de Sustentabilidade de 2008, Oded Grajew foi custeado pela Fundação Kellogg para viajar aos Estados Unidos e à Europa no intuito de conhecer o trabalho de organizações empresariais com atuação na área social. Juntamente com Oded Grajew se encontrava Valdemar de Oliveira Neto, este vinculado à organização internacional Ashoka Empreendedores Sociais, que o acompanhou para conhecer as instituições classificadas como Social Venture Network – SVN e a Business For Social Responsability- BSR.

Estes dois personagens estimularam a organização empresarial BSR a debater a Responsabilidade Social Empresarial junto às empresas oriundas dos países da América Latina. Seguindo esse propósito, em 1997, organizou a primeira Conferência de Responsabilidade Social Empresarial em Miami, Estados Unidos.

Nela se reuniram empresas estadunidenses e latino-americanas para debater a responsabilidade social dos empresários. Com experiência adquirida nestas viagens, aliada às experiências anteriores nas décadas de 1980 e início da de 1990, juntamente com vigência da política neoliberal, tornou-se possível fundar o Instituto Ethos para difundir a responsabilidade social empresarial no Brasil.

A criação do Instituto impactou e ultrapassou em diversos aspectos o Gife. Este, conforme detalhado no capítulo anterior, difunde a idéia de que as empresas, institutos e fundações de origem empresariais, que buscam fazer investimento privado com finalidade pública, devem atuar nas comunidades, para além dos seus próprios empregados e recomenda ainda que suas ações não sejam vinculadas à lucratividade, muito embora considere benéfico que tenham como subproduto o reconhecimento das ações empreendidas no mercado. Relembremos como o Gife se posiciona:

> As práticas de investimento social são de natureza distinta e não devem *ser confundidas nem usadas como ferramentas de comercialização de bens tangíveis e intangíveis (fins lucrativos),* por parte da empresa mantenedora, como são, por exemplo, marketing, promoção de vendas ou patrocínio, bem como políticas e procedimentos de recursos humanos, que objetivam o desenvolvimento e o bem estar da própria força de trabalho, portanto no interesse da empresa. No entanto*, é justo que o associado do GIFE espere, como subproduto de um investimento social exitoso, um maior valor agregado para sua imagem.* <www.gife.org.br/ogife_codigodeetica_estatuto>

Mesmo assim, é por meio do Instituto Ethos que se conhece o sentido mais amplo das ações dos empresários quando se formula a ideia de que os problemas sociais fazem parte das estratégias do próprio negócio, sendo este um fator diferencial num mercado extremamente competitivo e com consumidores cada vez mais exigentes. Portanto, as empresas não precisam desvincular a lucratividade das ações sociais, sendo estas agora uma estratégia do próprio negócio.

Dentro desta visão:

> É importante assinalar que um dos pilares centrais nos quais se fundamenta o paradigma da Responsabilidade Social Empresarial é exatamente o de que *o lucro não é antagônico a uma gestão socialmente responsáve*l, o que se discute é a forma de obter e distribuir o lucro. (INSTITUTO ETHOS, 2006a, p.30).

O surgimento do Ethos provocou a migração da base associativa do Gife para o Instituto e acirrou uma disputa institucional entre as duas organizações quanto ao direcionamento político e à liderança do empresariado. Fato esse que levou, inclusive, o então presidente Marcos Kisil a afirmar durante uma entrevista para o Relatório de Atividades de 2000 que o Gife foi o celeiro de um conjunto de ideias que serviu para outras organizações se apropriarem e se especializarem.

Essa disputa institucional se aproxima do seu término quando Oded Grajew é convidado a participar do Conselho Deliberativo do Gife, em 1999, e chega ao seu desfecho em 2000 por meio da parceira institucional entre o Gife e o Ethos. A partir de então as duas organizações começaram a desenvolver um trabalho ideológico de elaboração e difusão da Responsabilidade Social Empresarial, sem que o Gife perdesse o seu principal foco.

Para tanto, ambas as organizações elaboram juntas alguns documentos e eventos com o fito de tentar redefinir e esclarecer o significado de ambas as idéias. Isto é, o surgimento do Ethos impulsionou o Gife a reorientar as suas estratégias dando um sentido mais preciso ao denominado Investimento Social Privado.

Em 2002, consolida-se a Aliança Capoava entre Gife, Instituto Ethos, Fundação Avina e a Ashoka-Brasil, cujo propósito consiste em estimular e promover a reflexão sobre os modelos e impactos das parcerias e alianças entre organizações da chamada sociedade civil e das lideranças empresariais. Buscando dar maior consistência tanto ao conceito da Responsabilidade Social Empresarial quanto ao de Investimento Social Privado, essas organizações promoveram alguns encontros com esse fim em 2010.

Para essas organizações, o Investimento Social Privado passou a ser considerado como porta de entrada da Responsabilidade Social Empresarial à medida que propiciou a profissionalização das ações filantrópicas existentes e abriu a possibilidade de ampliar o raio de atuação dos empresários a partir do conceito denominado de *stakeholders*[25] de modo que conseguisse abranger todas as áreas do negócio. Com o fito de esclarecer as diferenças de um conceito e outro e estabelecer o lugar ocupado por cada um, resolveram precisar os termos entre as duas organizações para melhorar o trabalho em conjunto para difundir a nova ideologia da Responsabilidade Social Empresarial.

> Em meados da década de 90, a emergência do movimento de RSE no Brasil demandou uma distinção mais clara entre os conceitos de investimento social privado e de responsabilidade social empresarial, o que não existia até então. Tal distinção foi pactuada entre o Instituto Ethos e Gife em 1999 para a utilização clara dos termos. (INSTITUTO ETHOS, 2010, p. 11)

[25] De acordo com o Ethos stakeholders são partes interessadas que se constituem em grupos ou indivíduos que possam ser afetados pelas atividades, produtos e/ou serviços da organização ou cujas ações possam afetar a capacidade da organização de implementar suas estratégias e atingir seus objetivos com sucesso.(INSTITUTO ETHOS, 2010, p. 7).

A partir desse momento o conceito de Investimento Social Privado foi incorporado ao escopo maior da Responsabilidade Social Empresarial, passando, assim, aquele a fazer parte deste. O que não significa dizer que, de acordo com as próprias organizações, o investimento social privado segue o modelo mental proposto pelo Gife segundo a metáfora do guarda-chuva, isto é, cada gomo seria os elementos constitutivos da responsabilidade social empresarial sendo o investimento social privado uma das partes. Em outras palavras, o investimento social faz parte da Responsabilidade Social Empresarial, embora a relação entre as partes constitutivas (fornecedores, consumidores, comunidade, governo, meio ambiente e funcionários) seja entendida segundo outro modelo mental dos círculos concêntricos.

Para a Aliança Capoava, esse modelo proposto pelo Gife, serviu como referência durante dez anos, contudo, na medida em que foi incorporando temas como desenvolvimento sustentável, economia verde, dentre outros, aumentou a complexidade e abrangência da responsabilidade social empresarial.

De acordo com o Gife e o Ethos, o investimento social privado havia dinamizado bastante a participação das organizações da chamada sociedade civil nos anos 1980. Porém, com o surgimento do movimento da responsabilidade social empresarial, na década de 1990, o investimento social privado adquire outro sentido, sobretudo em relação às empresas, uma vez que para dar maior sustentabilidade e escala passou a realizar as ações sociais em rede por meio das chamadas parcerias das mais variadas entre institutos, fundações, empresas, organizações sociais e a esfera estatal e de maneira planejada, monitorada e sistematizada afastando as práticas assistencialistas.

Na visão das duas organizações, considerando que o foco do Gife é o investimento social privado que se realiza por meio de projetos e programas sociais nas comunidades:

> A fundação passa a ser o interlocutor da empresa com o "mundo social" e auxilia a empresa a entender melhor seu negócio e as necessidades de seus públicos sob a lógica deste novo paradigma, assumindo uma importante função de ponte De um lado, os institutos e fundações se relacionam com as empresas em sua lógica de mercado e a visão de resultados, e de outro, com as organizações sociais e sua visão empreendedora e sensível aos problemas e dilemas sociais. O amadurecimento da visão de RSE faz com que aumente a expectativa de eficácia das ações de ISP por parte da empresa. Espera-se um ISP mais qualificado, profissional, planejado e monitorado por indicadores claros e alinhados à sustentabilidade, não apenas orientados por uma lógica filantrópica. (GIFE, 2010, p. 15).

Desse modo, as duas organizações estabeleceram a função ocupada por cada uma para espraiar, cada qual a sua maneira, a nova abordagem política empresarial quanto aos problemas sociais.

Com esse propósito o Ethos, segundo seu Estatuto Social, desenvolve para a execução da sua missão debates, palestras, conferências com as empresas e instituições sobre responsabilidade social empresarial; a assistência técnica para as empresas no planejamento, recursos e implantação de projetos sociais; a comunicação entre diversas e diferentes instituições que agem sob a lógica da responsabilidade social empresarial – nacionais ou internacionais; assistir às empresas no uso da comunicação para as suas ações sociais e com a finalidade de promover e estimular uma ampla cultura da responsabilidade social por meio de publicações sobre o tema e influir nos espaços midiáticos por meio de campanhas, artigos, matérias.

Além disso, busca articular e mobilizar por meio de parcerias as empresas, as fundações e institutos de origem empresarial, organizações não governamentais, poder público e agências e ainda estimular estudantes a assumir os valores da responsabilidade social para gerenciar seus negócios no futuro, assim como, ajudar a criar e organizar a atuação das instituições de caráter local ou internacional que tenham como finalidade a promoção da cultura e da cidadania empresarial.

A estrutura administrativa do Ethos reflete a complexidade de sua organização não apenas devido à abrangência da Responsabilidade Social Empresarial, como também, ao seu propósito político que visa dirigir moral e intelectualmente as classes e frações de classes articuladas com o movimento internacional, condição essa que exige múltiplas estratégias para a formação do consenso entre os empresários e a sociedade de modo geral em torno da Responsabilidade Social Empresarial.

Assim como o Gife, o Ethos é classificado como organização da sociedade civil de interesse público - OSCIP e enquanto tal se caracteriza como Instituição que visa estimular o estudo de pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informação e conhecimentos técnicos e científicos que dizem respeito à sustentabilidade, à democracia e outros valores universais. *Exatamente por essa razão que sua atuação e organização tal qual o Gife se diferem sobremaneira das empresas, fundações e institutos empresariais que praticam a responsabilidade social*

empresarial, uma vez que a papel do Instituto é formular diretrizes para diversas dimensões da vida social.

Cabe ressaltar, também, que o Instituto não é uma entidade que emite certificações quanto às práticas de responsabilidade social das empresas e menos ainda as representa, assim como não faz consultorias. A finalidade da organização, dessa maneira, consiste em *difundir* e *defender* a responsabilidade social empresarial no Brasil. Para os objetivos que se propõe este trabalho é essencial que se frise isso para entender qual é o tipo de ações que as duas organizações elaboram para disseminar a nova abordagem política empresarial. Quer dizer, compreender a razão de ser dessas organizações que é, fundamentalmente, *a promoção* e *difusão* de uma determinada concepção de mundo segundo a classe da qual faz parte.

Podemos logo de início destacar que o Instituto Ethos em sua administração possui vários órgãos, entre os quais, o Conselho Internacional. Nele, conta com a participação de inúmeros personagens de calibre no movimento da responsabilidade social empresarial e da sustentabilidade, que fazem parte das principais organizações que difundem e formulam a responsabilidade social tais como a Business For Social Responsability – BSR, a Global Reporting Iniative, Pacto Global, Social Accountability Internacional, entre outros.

Vale dizer que a sustentabilidade passou a ser uma política mais consistente no Ethos a partir de 2008, o que aumentou a complexidade de sua atuação, mostrando a articulação e a sua sintonia com os temas relacionados ao movimento de responsabilidade social em âmbito internacional como o Desenvolvimento Sustentável e Governança Corporativa, que são os pilares da Teoria da Sustentabilidade. De acordo com Batista (2013), essa Teoria é formada, além do Desenvolvimento Sustentável e da Governança Corporativa, também pela Responsabilidade Social Empresarial.

Além dos órgãos acima citados, que compõem a estrutura administrativa do Instituto, há o Consultivo, o Fiscal, o Deliberativo e o Orientador, e ainda, a Diretoria e a Assembleia Geral. Como também, há aqueles órgãos que dão viabilidade as suas atividades que são as assessorias constituídas em três esferas: políticas públicas, Imprensa e Relações Internacionais.

É interessante observar que o Conselho Consultivo foi criado para integrar outras personalidades e instituições como, por exemplo, o poder público ao quadro do Ethos com a finalidade de fortalecer e criar o consenso em torno da responsabilidade

social na esfera estatal. Outra característica também relevante que diferencia sobremaneira do Gife bem como a sua capacidade em gerar consenso e de se tornar hegemônico no âmbito do movimento da responsabilidade social empresarial é o quadro de associados do Instituto.

O quadro social é dividido entre os associados curadores, que possuem direito ao voto e as organizações associadas sem direito ao voto, conferindo certa autonomia ao Ethos frente às possíveis pressões dos associados, portanto, as empresas não fazem parte dos órgãos decisórios do Ethos, sendo a Assembleia, órgão soberano do Ethos, composta pelos associados curadores. Para o Instituto:

> Uma característica singular do modelo de governança do Ethos é a não representação das empresas associadas ao Ethos nos órgãos decisório. "A natureza do Ethos define sua natureza. Nossa proposta é mudar o processo de gestão das empresas, o que não significa representá-las, mas sim trabalhar junto com elas", explica Paulo Itacambira, vice-presidente do Instituto. Ou seja, o Ethos não se entende como entidade representativa das empresas, e o seu modelo de governança reflete essa escolha, buscando evitar que o Instituto se torne um espaço de disputa de poder e garantir o alinhamento das ações aos propósitos iniciais da criação do Ethos. (INSTITUTO ETHOS, 2008, p.18)

Devido a essa "característica singular" e apesar das organizações contribuírem financeiramente e participarem das atividades do Instituto, elas não possuem direito ao voto, portanto, não podem decidir sobre as diversas questões relacionadas, inclusive, às penalidades que os associados não curadores estão submetidos caso não cumpram as normas estabelecidas no Estatuto Social do Ethos.

Essa questão tem suscitado várias controvérsias do Ethos com seus associados em torno do não cumprimento dos princípios, objetivos e missões do Instituto. O caso ilustrativo aconteceu, em 2003, com o Grupo João Pessoa, um dos primeiros associados do Ethos.

De acordo com o Instituto, o Grupo, que participou da adesão ao Pacto Global pela Erradicação do Trabalho Escravo, sendo o presidente da empresa membro à época do Conselho Consultivo do Instituto, esteve envolvido com inúmeras denúncias de trabalho escravo em suas instalações, fato esse que desencadeou a desfiliação do Grupo João Pessoa do quadro de associados do Instituto de acordo com as normas do Estatuto Social. (INSTITUTO ETHOS, 2008).

Outro caso emblemático envolvendo as empresas, de acordo com o Ethos, também associadas ao Ethos, Petrobras e a ANFAVEA (Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores), no final de 2008, foi em relação à redução da quantidade de enxofre no óleo diesel e a fabricação de motores menos poluidores, que estavam previsto na Resolução 315 do Conselho Nacional do Meio Ambiente para a redução da poluição do ar.

Diante do descumprimento da referida resolução e pela consequente pressão exercida, a Petrobras pediu o desligamento do quadro de associados do Ethos pelo problema criado entre ela e o Instituto. Desde o primeiro caso, em 2003, permanece em vigência a Carta de Princípios segundo a qual a empresa deve assinar ao fazer parte do quadro de associados da organização. (INSTITUTO ETHOS, 2008).

São ocorrências que nos levam a algumas observações. A primeira aponta para o fato de que os processos de formação de consenso são permeados por tensões e conflitos junto às empresas. Entretanto, o ponto nevrálgico não é esse, mas sim a tentativa de moralizar e disciplinar as contradições inerentes à própria lógica do capitalismo, isto é, a exploração mercantil da natureza.

A segunda refere-se a uma autonomia que o Instituto exibe e afirma frente às empresas associadas, visto que, apesar de contribuir financeiramente, não possuem o direito de votar e, portanto, de influir de modo incisivo na política do Ethos. Mesmo a Petrobras, uma das maiores empresas do país com grande capacidade de contribuição ao Instituto não ficou ilesa das penalidades observadas no Estatuto do Ethos. Considerando ainda que, de acordo com o relatório de Sustentabilidade 2008, a base de sustentação financeira é, fundamentalmente, constituída pela contribuição dos seus associados, além dos patrocínios, convênios firmados com as instituições nacionais e internacionais e de recursos financeiros arrecadados através das Conferências.

Apesar de ter surgido três anos depois da fundação do Gife e da autonomia frente às empresas, o Instituto tornou-se o principal difusor e articulador desta nova abordagem política empresarial, revelando o caráter hegemônico desta organização, isto é, a capacidade de disseminar a sua concepção de mundo principalmente frente à burguesia. Exemplo disso se verifica no número de associados entre as duas organizações empresariais, de modo que o número de associados do Gife, como vimos, é 134, enquanto do Instituto Ethos é 1483. Mesmo diante dessas diferenças quanto ao

peso político no cenário nacional e internacional, as duas organizações possuem juntas um papel fundamental na nova abordagem política empresarial.

O que se observa de modo geral na estrutura organizacional e na missão e objetivo do Ethos é a complexidade de suas estratégias quanto à elaboração, à atuação política e à difusão da responsabilidade social empresarial e da sustentabilidade, que veremos no próximo item.

3.2- Projetos desenvolvidos do Ethos

O Instituto Ethos pôs em prática de forma intensa e sofisticada um conjunto de estratégias para a produção de conhecimento no intuito de aprimorar e espraiar o significado da Responsabilidade Social junto às diferentes frações da classe burguesa e à sociedade de modo geral, assim como desvincular as ações dos empresários dos marcos da filantropia assistencialista.

Na plataforma online é possível perceber a diversidade e a abrangência das suas ações para mobilizar os empresários quanto à Responsabilidade Social Empresarial e ao Desenvolvimento Sustentável, assim como organizar, mobilizar e convencer as demais classes em torno de sua visão de mundo. As estratégias do Instituto incidem, sobretudo, na persuasão buscando orientar as práticas sociais no que concerne à responsabilidade social empresarial.

Nesse sentido, podemos agrupar em três políticas de ação do Instituto para a difusão da Responsabilidade Social Empresarial, a saber: a política de formulação e difusão, política de expansão e fortalecimento e, por último, a política de articulação com o Estado.

A divisão em três políticas foi apenas para tornar a exposição das estratégias do Instituto didática considerando que elas estão intimamente entrelaçadas, não podendo, assim, pensar em uma sem considerar as outras. Muito embora a divisão das ações do Ethos seja análoga ao do Gife, e de fato há semelhanças, as ações do Instituto, como veremos, são mais amplas em decorrência da própria idéia de Responsabilidade Social Empresarial que busca envolver um espectro maior de pessoas, organizações e temas.

Além desses elementos, o que torna o Instituto um importante aparelho privado de hegemonia frente às demais organizações empresarias, inclusive ao próprio Gife, é a

sua capacidade de articular-se e influir em várias instâncias civis e estatais, assim como projetar-se em nível nacional e internacional.

A política de formulação e difusão da Responsabilidade Social Empresarial se desenvolve em dois eixos. O primeiro consiste em difundir a ideologia da Responsabilidade Social ao conjunto da sociedade, particularmente, através da política de comunicação que visa atingir pontos estratégicos de irradiação de idéias como a imprensa e as universidades. O segundo busca espraiar entre os empresários o comportamento socialmente responsável e, nesse sentido, tem uma instituição chave construída especialmente para este fim: o Uniethos. Além deste, há também o Instituto Akatu que, por meio dele dissemina a Responsabilidade Social Empresarial ao maior número de pessoas sob a idéia de construir um comportamento consciente em torno do consumo de produtos e serviços.

A segunda política consiste em expandir o Instituto em nível nacional e internacional com a organização das ações de pessoas e instituições em torno da Responsabilidade Social. A terceira política de articulação com o Estado visa transformar programas e políticas ambientais, sociais e econômicas em políticas estatais, o principal exemplo disso foi a criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social instituído, em 2003, no governo de Luis Inácio Lula da Silva.

O primeiro eixo da política de formulação e difusão da Responsabilidade Social Empresarial do Instituto começou logo no início de sua fundação. A atenção dada primordialmente a este aspecto deve-se, certamente, à necessidade de introduzir e disseminar a ideologia da Responsabilidade Social Empresarial no Brasil. Sendo assim, a estratégia mais eficaz para dar conta deste propósito se realiza na formação de intelectuais vinculados aos meios de comunicação afinados aos ideais, valores e princípios que norteiam a Responsabilidade Social Empresarial.

Para o Ethos os meios de comunicação são pontos estratégicos à disseminação de sua concepção de mundo, já que eles, além de pressionar para a eficácia da Responsabilidade Social, podem também chamar a atenção para os exemplos tidos como bem-sucedidos no que concerne ao engajamento social dos empresários.

A idéia geral do Instituto no âmbito dos meios de comunicação consiste em tornar a Responsabilidade Social Empresarial tão importante quanto às ações do Estado à vida das pessoas. Nos próprios termos:

> [...] a proposta é que a RSE seja analisada como uma forma do setor privado revolucionar seu modelo de gestão, redefinir e aprofundar seu diálogo com os distintos stakeholders, sublinhar a sua preocupação com o Desenvolvimento Sustentável, bem como se engajar em ações sociais e culturais tudo isso [...] de revoluções, redefinições e mudanças que visem ao interesse público. (INSTITUTO ETHOS, 2006 a, p.49).

Perseguindo essa finalidade se investiu pesadamente nas estratégias que pudessem envolver os jornalistas e os meios de comunicação com o tema da Responsabilidade Social Empresarial. Nesse sentido, o Instituto realizou debates, cursos, seminários, publicações eventos e prêmios.

Uma das estratégias mais encorpadas e que ainda se encontra em pleno funcionamento é o Prêmio Jornalismo, criado no ano de 2000, que oferece prêmios todos os anos às melhores reportagens sobre os temas relacionados à responsabilidade social empresarial.

Aliado a isso, outra ação inserida nas estratégias de difusão da Responsabilidade Social Empresarial é a mobilização dos jornalistas por meio de uma área de acesso exclusivo a esse segmento no site, bem como a criação no mesmo ano da Rede de Jornalistas que visa capacitar profissionais vinculados aos meios midiáticos para propiciar o debate sobre a responsabilidade social empresarial na própria gestão das empresas de comunicação.

Em 2006, o Instituto juntamente com a Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDIS) produziu um documento intitulado *Empresa e Imprensa: Pauta de Responsabilidade, uma análise de cobertura jornalística sobre RSE* para verificar como o tema tem sido abordado pelos principais meios de comunicação impressos e fornecer um material que pudesse orientar todos os agentes do campo midiático segundo a abordagem da Responsabilidade Social Empresarial. Dito de outro modo, o documento visava analisar quais foram os desdobramentos das ações do Instituto e de que maneira poderia qualificar a visão deste importante segmento em torno da Responsabilidade.

Uma das principais conclusões a que chegou o Instituto no que diz respeito ao tratamento midiático impresso tendo a Responsabilidade Social Empresarial como objeto de análise refere-se à necessidade de qualificar a discussão, uma vez que, segundo a pesquisa realizada pelo Ethos e pela ANDIS, 75% das matérias avaliadas fazem menção à Responsabilidade Social Empresarial ancorada em uma abordagem

ainda primária e restrita às ações sociais dos empresários sem considerar a contextualização e a conceituação.

Para o Instituto, a Responsabilidade Social não se limita às ações sociais dos empresários, muito ao contrário:

> [...] os processos inerentes à elaboração, implementação e avaliação das práticas empresariais socialmente responsáveis não envolvem apenas empresas. É cada vez mais significativa; em iniciativa nessa área, a existência de relacionamentos cooperativos, envolvendo vários segmentos da sociedade e do poder público. *Parcerias, colaboração, aliança estratégica, parceria público-privada e atuação em rede são alguns dos conceitos cada vez mais presentes nas iniciativas da RSE*. (INSTITUTO ETHOS, 2006, p.10) (Grifo nosso)

No que concerne à contextualização, falta, de acordo com o Ethos, na abordagem jornalística, a perspectiva histórica sobre as ações sociais dos empresários. Isso porque para o Instituto é importante dimensionar o contexto que possibilitou o surgimento de novas funções sociais do empresariado para apreender o significado ou a conceituação da responsabilidade social empresarial. Trocando em miúdos, o Instituto busca demarcar as diferenças de um período para outro, enfatizando, o caráter de cidadania que as empresas supostamente tenham adquirido.

Além do Prêmio Jornalismo, o Instituto criou, em 2000, o Prêmio Ethos Valor direcionado ao universo acadêmico para premiar trabalhos científicos em torno da responsabilidade social, embora o propósito maior tenha sido a produção no meio universitário do conhecimento sobre o tema em tela até então incipiente no país.

Para levar a cabo a produção do conhecimento da responsabilidade social empresarial nas universidades, o Ethos desenvolveu três ações: 1) publicação dos trabalhos finalistas do Prêmio; 2) manutenção de um espaço, no site do Instituto, para funcionar como centro de apoio à pesquisa e 3) oferta de um núcleo para atender, por e-mail, às demandas de professores e estudantes universitários. Além de promover palestras, em média, 30 ao ano, estabeleceu parcerias com a AIESC, rede global direcionada para a formação de líderes no universo acadêmico.

A partir de 2007, se inicia um trabalho incisivo com os diretores das empresas dos meios de comunicação por meio de reuniões a respeito da importância da responsabilidade social e da sustentabilidade. Esses encontros, posteriormente, resultaram no convênio entre o Instituto e a ANJ – Associação Nacional de Jornalistas.

Outra Instituição igualmente criada, em 2000 pelo Ethos, para espraiar maior espectro de pessoas foi o Akatu, que ficou responsável por difundir a Responsabilidade Social Empresarial a partir do redirecionamento das práticas de consumo. Naquele momento se buscava forjar a idéia de que ao fazer o consumo consciente as pessoas iriam mudar o mundo "num simples ato de ir às compras". O propósito, basicamente, é o de sedimentar a ideia de um novo tipo de empresário cidadão e empreendedor preocupado com os problemas sociais. Desse modo:

> [...] O consumo consciente é aquele que percebeu o enorme poder transformador que tem em mãos. O simples ato de ir às compras pode levar as pessoas a mudar o mundo. [...] Isso é possível quando as pessoas escolhem comprar produtos ou serviços de empresas socialmente responsáveis, que não tem como objetivo apenas tirar proveito da sociedade, mas respeitá-la e dar algo em troca. *São empresas que levam em consideração a sociedade e o meio ambiente, como as indústrias que não poluem o ar ou a água, os produtos agrícolas que não exploram o trabalho infantil [...] São as empresas que investem em suas comunidades e em seus funcionários e suas famílias. Privilegiando essas empresas, o consumidor deixa clara a sua escolha por quem ajuda a construir uma sociedade mais justa.* (INSTITUTO ETHOS, 2006, p. 23). (Grifo nosso).

É interessante observar que por meio destes mecanismos é construído de maneira simbólica um tipo de indivíduo, o chamado consumidor consciente, que, ao comprar os produtos socialmente responsáveis, está realizando um ato político. Ou seja, essa estratégia viabiliza a instauração de mecanismos de identidade social e política entre os empresários e os consumidores (discursivamente desvinculados das classes sociais), criando, portanto, um campo ideológico de atuação conjugada e solidária entre diferentes classes sociais por meio da compra de uma determinada mercadoria dita socialmente responsável.

Visando construir um tipo humano segundo os valores e ideias que orientem as ações da população a um determinado modo de sentir e estar no mundo, o Instituto Akatu realizou uma pesquisa publicada em 2005 cuja finalidade consistiu em entender a percepção, expectativa e reação dos consumidores quanto à Responsabilidade Social Empresarial para avançar as estratégias de reafirmação das empresas socialmente responsáveis.

Até aquele momento, o trabalho realizado tanto pelo Ethos quanto pelo Instituto Akatu teve efeitos positivos em torno da disseminação da Responsabilidade Social, de

acordo com os resultados da pesquisa. Isso porque houve a incorporação por parte do consumidor brasileiro da responsabilidade social, segundo o Instituto Akatu, "hoje, a partir da exploração mais minuciosa do sentido atribuído à RSE, podemos concluir que se consolida uma visão mais sofisticada e complexa da Responsabilidade Social".

O segundo eixo, que são as ações dirigidas aos empresários com o fito de convencê-los e organizá-los a partir das diretrizes da Responsabilidade Social, o Instituto, ao longo dos anos 2000, desenvolveu fundamentalmente três estratégias.

A primeira buscou estimular os empresários a adotar em sua gestão o modelo pautado nas características da responsabilidade a partir daquilo que o Instituto denomina de Indicadores Sociais. Esses indicadores permitem que as empresas se autoavaliem quanto à gestão socialmente responsável por meio de um conjunto de perguntas. Assim, desde sua criação, segundo o Relatório de Sustentabilidade de 2008, os indicadores foram aplicados em diversas empresas. A versão de 2007 foi utilizada por 853 corporações.

A segunda é chamada de Programa TEAR (Tecendo Redes Sustentáveis), criado em 2006, que incidem na cadeia de valor das grandes empresas. O Programa visa trabalhar a sustentabilidade e competitividade das pequenas e médias empresas por meio da atuação na cadeia de valor das empresas-âncoras, que são organizações representativas do seu setor. Logo na primeira edição, segundo o Instituto, o programa contou com nove empresas-âncoras e 97 empresas de pequeno e médio porte em oito pontos estratégicos da economia.

O terceiro programa chamado GRES (Grupo Referencial de Empresas em Sustentabilidade) tem como objetivo criar a possibilidade de unificar a responsabilidade social empresarial ao desempenho positivo das empresas, gerar cooperação entre as empresas e criar referências em práticas em sustentabilidade.

Segundo o depoimento do então vice-presidente do Instituto, Paulo Itacambira:

> Essas são as três grandes metodologias do Ethos, que se complementam em sua função e seu impacto. Os indicadores têm um caráter educativo de autodiagnóstico, o Tear volta-se para cadeia de valor e a difusão da RSE, e o GRES trabalha a colaboração entre as empresas em torno da construção de referências em sustentabilidade. (INSTITUTO ETHOS, 2008, p. 12).

Essas três metodologias se constituem em importantes estratégias de formação do consenso em torno das ideias, valores e princípios que fundamentam às práticas da responsabilidade social empresarial junto à burguesia.

Para ampliar as estratégias de formação de consenso entre os empresários, o Instituto também realizou parcerias com as entidades empresariais já existentes como a tradicional FIESP- CIESP que, aliás, já possuía em suas estruturas uma área responsável para a disseminação da responsabilidade social empresarial. No intuito, também de incorporar as pequenas e médias empresas fez uma parceria com o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) com o objetivo de criar uma versão específica a elas no que concerne aos Indicadores Sociais.

De acordo com o documento elaborado pelo o Instituto Ethos e pela FIESP-CIESP, cujo titulo é *Responsabilidade Social Empresarial: Panorama e Perspectivas* (2003), a função social da iniciativa privada estaria marcada pelo forte antagonismo entre capital e trabalho. Com a introdução da responsabilidade social esse antagonismo desaparece cedendo lugar a relações justas, responsáveis e colaborativas entre os funcionários e os empresários, uma vez que "amparada em ideias não mais como agente de um desenvolvimento necessariamente predador e excludente, mas como instituição capaz de articular mercado e cidadania, desenvolvimento econômico e justiça social".

Para avançar na consolidação da Responsabilidade Social Empresarial frente aos empresários, segundo uma perspectiva educativa institucional, foi criado o Uniethos, em 2004, como uma associação independente e sem fins lucrativos, também qualificado como OSCIP, voltado à educação. A entidade busca desenvolver estudos, pesquisas e capacitação em torno da Responsabilidade Social Empresarial para atender empresas de maneira individualizada.

O Uniethos surgiu da necessidade de atender as demandas das empresas por serviços customizados pagos relacionados à responsabilidade social empresarial de uma maneira mais sistemática e articulada. Nessa direção, coube à organização atender as empresas e cobrar por esses serviços revertendo-os à produção do conhecimento. Entretanto, em 2005, passa a ocupar a mesma estrutura administrativa do Ethos devido à insuficiência de recursos para manter a entidade. Tanto o Ethos quanto o Uniethos passaram a dividir a mesma estrutura administrativa de gestão.

O Uniethos consolidou a sua linha de atuação em três atividades para efetivação de sua missão: a) programas educacionais às empresas; b) trabalho de assessoria às

organizações a respeito do tema relacionado à incorporação da sustentabilidade na sua gestão e c) mobilização em grupos de trabalhos.

Como veremos depois, em virtude da redefinição de suas ações com a incorporação do desenvolvimento sustentável a partir de 2008, o Uniethos sofre uma reformulação em sua missão.

No que se refere à política de expansão e fortalecimento, as Conferências têm importância destacada na organização do Instituto, uma vez que se constituem num espaço de aglutinação, de organização e de pessoas para o convencimento sobre a responsabilidade social empresarial. Essas Conferências são voltadas às empresas, às organizações da chamada sociedade civil organizada e às entidades representativas empresariais.

A primeira Conferência do Instituto se inscreve como segunda sobre Responsabilidade Social Empresarial nas Américas. Desde sua primeira ocorrência até 2004, seu caráter foi estritamente nacional, a partir de 2005 passou a ser de cunho internacional.

O Instituto também desenvolveu algumas ações visando expandir o raio de sua atuação através, por exemplo, do projeto Conexão Empresarial. Nele, foi criado o Projeto Rede Empresarial pela Sustentabilidade para levar o movimento da sustentabilidade para todo o Brasil. Fato este que provocou o aumento de 18% para 46% de organizações associadas para fora de São Paulo, entre 2001 a 2008. Outra ação corresponde pelo Fórum Amazônia Sustentável, que busca articular as empresas com outras organizações para contribuir com o que o Instituto define como sustentabilidade ao meio ambiente, de modo que a principal finalidade deste grupo de trabalho é acompanhar os compromissos da "Carta Aberta ao Brasil sobre as Mudanças Climáticas" [26].

A política de parceria é a estratégia que viabiliza essas e outras ações e é considerada pelo Instituto um elemento fundamental para o seu fortalecimento e sua expansão, uma vez que para realizar tal empreitada não precisa criar filiais em outras regiões bem como aumentar a sua equipe, visto que por meio delas o Instituto

[26] De acordo com a plataforma online do Instituto Ethos, a Carta Aberta foi lançada, em 2009, por lideranças empresariais que, por meio do documento, assumiram uma série de compromissos voluntários, dentre os quais, a redução de emissões de gás carbono.

estabelece vínculos com diversas e inúmeras organizações na sociedade civil, empresas e organizações públicas nacionais e internacionais.

O fortalecimento e expansão do Instituto não se limitaram ao território nacional. Desde a sua fundação podemos ver que este aparelho hegemônico esteve envolvido com as principais organizações empresariais internacionais voltadas para a difusão no meio empresarial da Responsabilidade Social Empresarial tais como, segundo Martins (2009), Corporate Social Responsability (de origem européia), Prince of Wales Business Leadership Forum (Inglaterra), Business for Social Responsability (Estados Unidos), Fundação Ford (Estados Unidos); The Willian and Flora Hewlett Fondation (Estados Unidos); Institute of Social and Ethical Accountability (Inglaterra); Sutain Ability (Inglaterra); W.K. Fundação Kellogg (Estados Unidos); Fórum Empresa Privada y Responsabilidade Social em las Américas (formado por países europeus e das três Américas e a Fundação Avina – Suíça).

Inclusive, representantes deste Instituto ocuparam importantes cargos ao longo de sua existência em diversas organizações vinculadas à ideologia da Responsabilidade Social Empresarial tais como Round Table on Responsable Soy Association (RTRS), do Conselho Mundial do Pacto Global, Conselho de Administração da Global Roporting Initiative (GRI).

Assim, o Ethos se tornou em um importante agente de expansão da Responsabilidade Social Empresarial no mundo, tendo se destacado na difusão da Responsabilidade Social nos países da América Latina a partir dos seus próprios instrumentos criados para a disseminação no Brasil.

Articulado às principais organizações empresariais internacionais, um ano depois de sua fundação, em 1999, o Instituto assinou o Pacto Global com o propósito de mobilizar os empresários no Brasil para atuar nos problemas ambientais, sociais e econômicos. No ano seguinte, em 2000, também se comprometeu em envolver os empresários nos Objetivos do Milênio da ONU, que, assim como o Pacto Global, pretende mobilizar o empresariado em torno de dez temas: 1) Respeitar e proteger os direitos humanos; 2) Impedir violações de direitos humanos; 3) apoiar a liberdade de associação no trabalho; 4) abolir o trabalho forçado; 5) abolir o trabalho infantil; 6) eliminar discriminação no ambiente de trabalho; 7) apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais; 8) promover a responsabilidade ambiental; 9) encorajar

tecnologias que não agridem o meio ambiente e 10) combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina.

O Instituto teve papel destacado no Brasil para mobilizar a burguesia brasileira segundo as orientações da ONU. À época, conseguiu que 206 empresários aderissem ao Pacto Global. Em virtude deste destaque passou a sediar e representar a ONU no país.

O Instituto não ficou somente vinculado à difusão dos preceitos da ONU, mas também, em 2006, deu os primeiros passos para a implantação da Responsabilidade Social Empresarial na América Latina. Assim, foi criado o Programa Latino Americano de Responsabilidade Social Empresarial – PLARSE. Na verdade, as primeiras iniciativas começaram, em 1997, quando convidou a BRS a fazer a primeira Conferência para as empresas dos países latinos americanos em Miami, nos Estados Unidos. (INSTITUTO ETHOS, 2012).

As referências para a construção do programa foram pautadas pelo Instituto por meio de seus principais instrumentos e ações que buscavam difundir e mobilizar os empresários no que concerne às práticas socialmente responsáveis. Nesse sentido, três estratégias nortearam as ações das organizações empresariais envolvidas com o movimento da Responsabilidade Social Empresarial: os indicadores sociais, a política de articulação com o meio midiático e as ações de combate à pobreza. O Instituto ficou responsável pelas três primeiras estratégias, especialmente as duas primeiras devido à própria experiência acumulada ao longo de sua existência.

Em 2008, o programa passou a se concretizar visando articular, coordenar e subsidiar uma série de ações que as organizações participantes do programa deveriam desenvolver para a efetivação da Responsabilidade Social Empresarial através dos três pilares criados pelo Instituto Ethos, assim como a disseminação das práticas socialmente responsáveis entre as lideranças sociais, investidores, trabalhadores, empreendedores, consumidores e a promoção da economia solidária para o combate à fome nos países da América Latina.

O programa teve à frente quatro organizações empresariais envolvidas com o movimento da Responsabilidade Social Empresarial em nível mundial, além do próprio Ethos, o Fórum Empresarial, Fundação Avina e ICCO (Organização Intereclesiástica de Cooperação para o Desenvolvimento).

O programa contou também com outras organizações latinas como Associación de Empresas Cristianos (Adec), do Paraguai, Consejo Empresarial Colombiano para o

Desarrollo Sostenible (Cecodes), da Colômbia, Consorcio Ecuabriano para a Responsabilidade Social (Ceres) do Equador, Fundación Corporacion Boliviana de Responsabilidade Social Empresaria, da Bolívia.

Sendo o Instituto o principal mentor e articulador do Programa, criou e ficou responsável nos primeiros anos pela Secretaria Executiva do PLARSE e participou em diversas e inúmeras atividades dispondo de um conjunto de recursos e meios para a efetivação do programa desde materiais traduzidos para o espanhol, passando por ajuda técnica, que ficaram responsáveis na compreensão das práticas de responsabilidade social empresarial, até a troca de experiências.

Ainda no âmbito internacional, o Instituto também se destacou na articulação com os padrões de gestão internacionais. Nessa direção, participou ativamente da elaboração da norma internacional ISO 26000 – Diretrizes sobre Responsabilidade Social no Fórum Internacional, que contava com mais 400 especialistas de 278 países e com cerca de 40 organizações internacionais e regionais.

O Instituto e o Uniethos participaram, respectivamente, das redes internacionais Fórum Empresa e Rede Interamericana de Responsabilidade Social Empresarial. Em 2005, criou um grupo de trabalho (GT- Ethos 26000) para debater com as empresas associadas e fortalecer suas ações no Fórum Internacional. O GT- Ethos contava com 70 organizações e cerca de 150 profissionais.

A referida norma contempla sete temas: direitos humanos, práticas de trabalho, meio ambiente, governança organizacional, práticas leais de operação, relacionamento com consumidores, envolvimento comunitário e desenvolvimento local sustentável. O ISO – 26000 não é certificável assim como não é restrito ao sistema de gestão e é aplicável a todos os tipos de organização. Com a finalidade de adequar às práticas sociais e ambientais dos empresários, o Instituto, após a revisão dos Indicadores, os transformou em um instrumento de aplicação da norma 26000, além de vinculá-los às setes metas do desenvolvimento do Milênio e o Pacto Global, portanto, tornando-os referência internacional.

Segundo Instituto, os sistemas de gestão são:

> Um conjunto de padrões, procedimentais e diretrizes que permitem uma gestão sistemática (coerente, permanentemente melhorado, cíclica, com visão do todo e do passar do tempo). Modelos estabelecidos inicialmente na primeira metade do século passado foram aprimoradas por empresas, por países e

> pela comunidade internacional, nessa ordem, resultaram nos modelos consolidados pelo ISO e por outras entidades de normalização nacionais e internacionais (INSTITUTO ETHOS, 2006, p.13).

Percebe-se, então, o peso político e organizacional do Instituto no que se refere à difusão e à articulação da Responsabilidade Social Empresarial tanto em nível nacional quanto em nível internacional.

A articulação política com o Estado se desenvolve de múltiplas formas e sobre diversas questões que não se limitam aos problemas sociais. Essa articulação ocorre desde encontros, debates, seminários e palestras no intuito de difundir a responsabilidade social empresarial nas esferas governamentais, passando por projetos e programas que possam regulamentar as práticas relacionadas à responsabilidade social e ao desenvolvimento sustentável, que envolve, também, a transformação de políticas e programas sociais, ambientais e econômicos em políticas estatais, até a participação direta dos empresários no âmbito dos problemas sociais.

Desde sua a fundação, em 1998, o Instituto surge articulado com o projeto neoliberal sob o comando do Partido da Social-Democracia Brasileira – PSDB tendo à frente Fernando Henrique Cardoso que, a partir de um conjunto de mudanças realizadas na aparelhagem estatal, engendrou um novo padrão de respostas aos problemas sociais que passa, conforme foi evidenciado, a ser pautado sob a ideologia da solidariedade entre as classes sociais que se traduz, ainda, por meio do chamado terceiro setor.

A visão do Instituto Ethos sobre a participação da chamada sociedade civil e, especialmente dos empresários no âmbito dos problemas sociais está em consonância com as novas formas de lidar com os problemas sociais sob a direção neoliberal. Vejamos:

> [...] é o fato de que os poderes do Estado - ator que era, até então, não apenas o principal regulador dos distintos compartimentos do sistema capitalista, mas também instância à qual eram dirigidas as demandas de compensação pelas externalidades negativas do sistema produtivo – passaram a ser questionadas, não raro pelos próprios estadistas (vide Thatcher e Reagan). [...] *A partir disso, a triangulação historicamente estabelecida – os movimentos sociais demandam o Estado, que por sua vez demanda das empresas – termina tendo enfraquecida, abrindo espaço para uma interlocução [...] mais pujante entre organização da*

> *sociedade civil e o mercado*. (INSTITUTO ETHOS, 2006, p. 38). (Grifo nosso).

A atuação política do Instituto pode ser dividida em dois momentos. O primeiro consistiu na difusão da Responsabilidade Social Empresarial, principalmente, entre os empresários. No segundo momento, de acordo com o Relatório de Sustentabilidade de 2008, o Ethos deslocou o foco dos processos de gestão socialmente responsável para, nos próprios termos, "o meio em que as empresas geram seus negócios, articulando com o movimento da Responsabilidade Social Empresarial aos fatores que contribuem para o desenvolvimento econômico inclusivo, verde e responsável" (INSTITUTO ETHOS, 2008, p.8). Mais claramente:

> Se, no início do Ethos, o desafio era difundir o conceito de Responsabilidade Social no Brasil e sensibilizar os empresários, hoje o cenário é outro. O tema já está bastante conhecido. A idéia de transparência e o compromisso com a sociedade já faz parte do discurso corporativo. (INSTITUTO ETHOS, 2008, p. 8).

Nos primeiros anos o Instituto buscou formar o consenso em torno de suas idéias para o campo da Responsabilidade Social Empresarial e romper com as práticas filantrópicas. Com esse propósito, publicou diferentes livros que procuravam convencer e chamar a atenção dos empresários para a sua atuação no campo dos problemas sociais. É o caso, por exemplo, da publicação intitulada *"O que as empresas podem fazer pela Erradicação da pobreza",* de 1999, um ano depois de sua fundação, portanto.

Nesta publicação ficam evidentes os propósitos do Instituto. Nela, procura-se envolver os empresários de outra maneira com a questão social, isto é, diferentemente das práticas filantrópicas ou da boa vontade, buscando, com isso, também, deixar de ser um problema marginal às diferentes organizações empresariais.

Dessa maneira, o Instituto procura demonstrar as vantagens simbólicas e materiais no que se refere ao engajamento social dos empresários. Tal processo se insere no contexto de aprofundamento da política neoliberal no país no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso.

Como discutido no capítulo primeiro, um conjunto de políticas e programas sociais é redefinido e criado sob a orientação da hegemonia burguesa neoliberal em que se engendra um novo tipo de respostas aos problemas sociais no Brasil, que Montaño considerou em seu estudo um novo padrão de intervenção social. É na articulação com a

política neoliberal que se torna possível entender as ações do Ethos. Assim, segundo este Instituto:

> [...] De fato, a política governamental, aqui entendida como uma ação deliberada do Estado e dos poderes públicos constituídos para atender às necessidades e demandas da sociedade, exerce uma função central no combate à pobreza e na construção de um desenvolvimento social e economicamente sustentável. Entretanto, a participação de um maior número de pessoas e instituições na resolução de problemas sociais (entre elas as associações e movimentos comunitários, organizações não-governamentais, grupos religiosos, entidades assistenciais e filantrópicas, associação de classe, centro de pesquisa, acadêmicos, voluntários e empresários) *é essencial para potencializar e ampliar as ações de inclusão; fortalecer e complementar as políticas públicas e favorecer maior controle social. [...] A realização de trabalhos conjuntos entre governos locais, organização da sociedade e empresários.* (INSTITUTO ETHOS, 1999*)* (grifo nosso).

Com base na idéia da insuficiência estatal para atuar no campo dos problemas sociais e da necessidade de articular a chamada sociedade civil para esse fim, tal qual no Programa Comunidade Solidária, nos anos iniciais de sua existência dirigiu seus esforços para mobilizar os empresários em torno dos problemas sociais. Algumas ações neste período podem ser destacadas no engajamento social dos empresários como a Alfabetização Solidária, a Construção de Cisternas e o fortalecimento de políticas que visassem à expansão do chamado terceiro setor.

No intuito de impulsionar a burguesia a ultrapassar o âmbito restrito do econômico-corporativo, que se expressa pelas ações assistencialistas e filantrópicas, o Instituto orienta os empresários a se alinhar às iniciativas existentes a partir das organizações não governamentais, das associações comunitárias e, sobretudo, da parceria com os órgãos estatais como as escolas públicas para dar perenidade às suas ações no sentido mais simbólico do que propriamente em ações efetivas, uma vez que para o Instituto os investimentos financeiros possuem um prazo limitado, o que resta ou o que deve restar é a visão do engajamento social dos empresários no imaginário onde a ação foi realizada.

Para o Instituto o momento não é de descobrir a causa dos problemas sociais, mas sim o empreendimento de todos para combater a pobreza, especialmente o dos empresários. Em outro documento denominado *"O que as empresas podem fazer pela educação",* também de 1999, o Ethos dirige-se aos empresários com o intuito de

estimulá-los a se engajarem na resolução dos problemas sociais, ressaltando a importância da sua participação social e cidadã voltada para a melhoria educacional em parceria com o Estado.

Os discursos presentes nas primeiras publicações enfatizavam que a atuação sob a Responsabilidade Social Empresarial não é o mesmo que fazer investimento nas comunidades aos moldes do assistencialismo, mas envolve uma atitude ética e que não se restringe às comunidades e tampouco à força de trabalho contratada pelas empresas, abrangendo diversos níveis como os fornecedores, consumidores, trabalhadores, o meio ambiente e as comunidades.

É o caso, também, da publicação do manual designado "*Como as empresas podem implementar Programas de Voluntariado"*, 2001, que tem como finalidade estimular ações sociais dentro e fora das empresas. Nele, encontram-se formas de implantação do programa, experiências bem-sucedidas, projetos, maneiras de incentivar os funcionários a participar e permanecer no programa.

O manual surge através de uma parceria entre o então[27] Programa Voluntários do Conselho da Comunidade Solidária e o Ethos, no momento em que foi estabelecido o ano Internacional do Voluntariado capitaneado pela ONU, em 2001, para a implementação do Programa Voluntário Empresarial para fortalecer e mobilizar a sociedade civil e fomentar a cultura do voluntariado no Brasil.

O Programa Voluntariado Empresarial (PVE) se caracteriza como ações realizadas pelas empresas para incentivar e apoiar o envolvimento dos seus funcionários em atividades voluntárias na comunidade. Os agentes, além dos trabalhadores da própria empresa, podem ser também os familiares dos funcionários, ou ex-funcionário e aposentados. O programa de voluntariado se constitui pelo tripé empresa, funcionários e comunidade.

O Instituto, discorrendo sobre as vantagens ou benefícios da prática do voluntariado, considera a empresa, onde os funcionários passam a maior parte do tempo

---

[27] Segundo Souza (2008, p. 84), em 1986 a ONU definiu o dia 5 de dezembro como dia Internacional do Voluntariado, em 1990, a Associação Internacional para o Esforço do Voluntário (Internacional Association For Volunteer Effort – IAVE) aprovou a Declaração Universal do Voluntariado, em 1997 uma resolução da ONU definiu o ano 2001 como ano Internacional do Voluntariado e foi incorporado a diversas reuniões dessa organização mundial, que encomendou relatórios de estudos examinando medidas que as Nações Unidas deveriam adotar para apoiar o voluntariado em todo o mundo.

juntos, o lugar propício à aprendizagem. Dessa maneira, o programa se tornou num instrumento adequado para envolver e educar os funcionários à política da empresa. Constituindo-se também como importante mecanismo político para propagandear o compromisso das empresas frente à comunidade onde desenvolvem algum tipo de projeto ou programa social.

A missão no sentido mais amplo do Instituto é espraiar a nova postura das empresas, a chamada consciência empresarial cidadã, frente aos problemas sociais, que inclui os próprios trabalhadores, pois segundo o discurso empresarial, um programa de voluntariado que busque êxito deve começar dentro da empresa observando se há alguma injustiça, autoritarismo e distanciamento dos superiores ou, numa linguagem menos asséptica, dos patrões em relação aos trabalhadores.

De acordo com a ideologia da responsabilidade social empresarial, a atuação dos empresários deve ser para além da caridade, do amor ao próximo e da solidariedade, deve atuar na perspectiva da cidadania e da participação social transformadora, portanto, não mais pela via assistencialista, pautada em ações episódicas e fragmentadas, que até então se constituía como prática entre os empresários. Enfim, segundo o Instituto, as empresas estão "vivenciando o despertar para seu papel social". (INSTITUTO ETHOS, 2001).

Com isso, o propósito da empresa é o de formar indivíduos a partir da Educação Corporativa, que significa a aprendizagem do trabalho em grupo, para que o trabalhador-voluntário atue em alguma ação social de maneira que possa trazer para o cotidiano da empresa aquilo que foi aprendido.

No manual há exemplos de experiências bem-sucedidas no que se refere à execução do programa do voluntariado. Uma delas que merecem destaque é a C&A Modas. Num estudo realizado pela empresa para averiguar qual foi o impacto que o Programa do Voluntário teve para o conjunto dos trabalhadores, constatou-se que aqueles que participaram da iniciativa tiveram suas competências ampliadas, obtiveram mais integração e passaram a ter mais satisfação pessoal no trabalho. Segundo o estudo, os trabalhadores envolvidos na ação voluntária adquiriram um comportamento positivo como alegria, tolerância, compreensão, como também, criaram uma identidade com a empresa.

Desse modo, com a atuação socialmente responsável, segundo Ethos, as empresas ganham ao construir uma imagem cidadã frentes aos consumidores e

especialmente frente aos funcionários, contribuindo para o fortalecimento das identidades deles junto às empresas. Os trabalhadores são encorajados também a defender a participação solidária nos problemas sociais. O PVE, que é parte integrante do RSE, difunde o ideário neoliberal de que o Estado é ineficiente e ineficaz para a atuação nos problemas sociais, reforçando assim a atuação da iniciativa privada nas seqüelas da questão social.

Participação solidária aqui se referindo ao estudo de Almeida (2006), que concluiu, tal como Montaño (2006), mas por caminhos diferentes, que existe um novo enquadramento da questão social. Em outros termos, segundo Montaño, trata-se de novas formas, sob a égide do neoliberalismo, de lidar com a questão social, ou seja, um novo padrão de respostas aos problemas sociais, antes de responsabilidade exclusiva do Estado, agora sob a responsabilidade, também, do denominado terceiro setor a partir de valores de solidariedade local, autoajuda, ajuda – mútua e responsabilidade social.

Com a finalidade de nuclear todos os debates postos pela sociedade em torno de si, o Instituto busca sensibilizar os empresários no que se refere, também, à diversidade. Nesse sentido, lançou duas publicações chamadas *"Como as empresas podem (devem) valorizar a diversidade"* e outro caderno denominado *"Reflexão"*. Neste último, o debate é exclusivamente em torno da questão racial abordado por Sueli Carneiro do Instituto Geledés na Conferência Nacional do Ethos. Além de convidar importantes intelectuais sobre determinado tema, orienta os empresários, sempre que adotar políticas de caráter inclusivo, a fazer parcerias com as organizações não governamentais, com os movimentos de mulheres, de negros, indígenas, idosos, entre outros, para que as suas ações ganhem legitimidade social.

Desse modo, o Instituto procura renovar as práticas dos empresários no contexto de democracia considerando as múltiplas demandas da sociedade, visando, com isso, construir e fortalecer laços identitários entre as empresas e as diversas classes e frações de classes, uma vez que para esta organização ao adotar uma atitude pluralista e socialmente responsável, as ações dos empresários incidem na percepção de todos como se estivessem no campo da luta pelo bem comum, melhor dizendo, como se os empresários fossem os principais protagonistas das mudanças sociais no país.

A partir do governo Lula a articulação dos empresários com o Estado se amplia, como já observamos quando analisamos o Instituto Gife, especialmente com o Ethos. Isso pode ser visto por dois ângulos: o primeiro está relacionado aos vínculos políticos

de Oded Grajew desde pelo menos os anos 1990 quando foi fundado o Cives, organização empresarial com laços estreitos com o Partido dos Trabalhadores – PT, Além do que, Oded Grajew, fundador do Instituto Ethos, foi assessor especial da Presidência da República nos primeiros onze meses do governo Lula e manteve-se no CDES (Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social) desde sua criação.

O segundo diz respeito à própria política do governo Lula. Ou seja, sob este governo foram criados mecanismos jurídicos institucionais para a participação dos empresários e da chamada sociedade civil organizada no âmbito dos problemas sociais.

O Ethos tem um papel fundamental neste processo, visto que se coloca como o principal agente político que consegue transformar as suas formulações em políticas estatais como foi, mas não apenas, o caso do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social no início do primeiro mandato do governo Lula.

Assim, naquele governo, o Instituto se engaja de maneira incisiva no Programa de Combate à Fome. Para incentivar a atuação social dos empresários no aludido programa, o Ethos publica outro livro chamado *"Como as empresas podem apoiar e participar do Combate à Fome"*, em 2003.

Na publicação, o Instituto faz praticamente uma evocação aos empresários à grande empreitada para superar "a tragédia da miséria", o "desemprego crônico" e da "desigualdade", uma vez que, para o Instituto, é o momento dos empresários colocarem a sua "criatividade e sua capacidade gerencial a serviço de um desenvolvimento econômico que também signifique desenvolvimento social e preservação ambiental" (2003, p.7). Cumprindo sua missão de sensibilizar e mobilizar as empresas, o Instituto afirma, na publicação de 2003, que:

> A empresa socialmente responsável deve buscar o aprimoramento de suas relações com todos que participam de suas atividades ou são impactados por elas. Assim, o relacionamento da empresa com a sociedade, ainda que difusa, tem caráter fundamental. Afinal, a sustentabilidade econômica e social pode ser construída por meio de relações éticas das empresas com os diversos agentes econômicos e de todos os atores sociais. (INSTITUTO ETHOS, 2003, p. 11)

Nesses termos, de acordo com o Ethos, no governo Lula é aberto um espaço amplo para a participação "da sociedade civil", especialmente dos empresários para atuar nos problemas sociais por meio da articulação das práticas da responsabilidade

social empresarial junto com as inúmeras ações do Programa Fome Zero. Na visão do Instituto, o Programa Fome Zero é um marco no sentido de aglutinar as organizações da sociedade civil, as empresas e todas as esferas da administração pública para uma importante causa no Brasil, que é a fome. O Ethos esclarece ainda que ao atuar junto ao programa, os empresários não estarão aderindo ao governo, mas sim à luta pela chamada dignidade humana.

De acordo com Almeida (2006), no Programa Fome Zero havia um eixo denominado mutirão cívico, coordenado então por Frei Betto e Oded Grajew, que tinha como finalidade a mobilização solidária na construção da inclusão social por meio de trabalhos voluntários, doação de alimentos e recursos e em parceria com empresas e entidades sociais.

Também foi criada, em 2003, uma ONG chamada Associação de Apoio a Políticas de Segurança Alimentar (AAPSA) conhecida por Apoio Fome Zero. Neste eixo, os empresários foram estimulados a intervir nos problemas sociais com a construção de cisternas nas regiões do semiárido, restaurantes populares e de cozinhas comunitárias, bem como, colaborar para o aperfeiçoamento da gestão de recursos públicos destinados à merenda escolar. O processo que levou a criação dessa organização foi, de acordo com seus ideólogos:

> [...] de uma mudança fundamental de atitude da classe empresarial brasileira. Os empresários estão chamando para si a responsabilidade de atuar na mudança do País. Eles sabem que se a sociedade civil permanecer de braços cruzados, limitando-se a cobrar ações do governo, o panorama de injustiça social não será alterado. Têm consciência de que para o Brasil deixar de ser o país do futuro e se tornar definitivamente uma nação do presente, todos têm que fazer sua parte. (FOME ZERO apud ALMEIDA, 2006).

Nesse sentido, o Instituto oferece uma série de exemplos de como os empresários podem dirigir seus esforços ao combate à fome, desde a oferta de contrato de estudos profissionalizantes passando por programas de suplementação de renda de famílias pobres, reforço alimentar dos empregados, doação de cestas básicas, colaboração com as APMS (Associação de Pais e Mestres), Banco de alimentos, até o apoio à produção ao consumo próprio.

Ainda em 2003, o Instituto lança outra publicação com o mesmo propósito de convidar os empresários a combater a fome no Brasil articulado com o Programa Fome

Zero, cujo titulo é "*Segurança Alimentar e Nutricional: A contribuição das empresas para a sustentabilidade das iniciativas locais"*.

A finalidade desta publicação consiste em oferecer subsídios aos empresários para ajudar a dar sustentabilidade ao desenvolvimento local para além de ações de caráter emergencial. Assim, como o Instituto busca dar outro sentido às ações sociais dos empresários, os orienta a atuar sempre em parceria com o Estado, assim como as prioridades definidas no programa.

Uma das principais estratégias do Ethos para influir e formular políticas aos rumos sociais e econômicos do país se realizou por meio da criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, que foi incorporado pelo governo Lula.

Contudo, as primeiras iniciativas nos governos petistas começaram muito antes de Lula chegar ao principal posto governamental, já que se iniciou no governo de Marta Suplicy, na prefeitura de São Paulo, em 2001, com a instituição do Conselho Empresarial junto com o Instituto Ethos no intuito de criar as condições para a realização das parcerias entre o público e privado. O referido Conselho foi concebido para preparar a criação do Fórum de Apoio aos Municípios. Nesse sentido, o Conselho teve como tarefa escolher as entidades empresariais e empresas que tivessem em seu histórico algum engajamento social. Outra importante iniciativa desta entidade para tornar viável o Fórum foi instituir juridicamente o estabelecimento das parcerias entre a prefeitura e a iniciativa privada por meio do decreto número 40.384.

A proposta do Instituto, expressa na formulação do Fórum, foi estimular e facilitar o engajamento social dos empresários em parceria com a prefeitura através de diversas ações como doação, serviços voluntários, o estabelecimento de parceria na forma de convênio. No ano de 2003, a referida proposta culminou na criação do Conselho de Desenvolvimento Social e Econômico no governo Lula.

Nesse sentido:

> A criação de um Fórum de Apoio ao Município abre um leque de possibilidade de parcerias entre o poder público e o empresariado local. Umas dessas alternativas é a constituição de uma instância que se caracteriza como um Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, em que participam não só os empresários, a outros segmentos sociais importantes para a economia do município. Muitos empresários não querem apenas ser convidados para apoiar projetos prontos, mas desejam também discutir a cidade e as perspectivas para seu futuro. (INSTITUTO ETHOS, 2005, p. 8)

Em 2002, ainda, sob o governo de Marta Suplicy, foi criado o primeiro Fórum Empresarial de Apoio à Cidade inspirado no projeto do Instituto Ethos. O Fórum foi concebido para estabelecer um espaço com a prefeitura para a realização das parcerias público-privada, uma vez que, segundo seus ideólogos:

> O aumento da eficiência na captação e gestão dos recursos públicos, ainda que seja indispensável não será suficiente para dar conta das urgências e dotar as cidades de condições necessárias ao seu desenvolvimento social e econômico. A atual equação econômica de financiamento da ação governamental é incompatível com a extensão dos problemas dos municípios, por outro lado, existem muitas evidências de que há um número significativo de empresários dispostos a apoiar e contribuir para a implementação de ações de caráter social. (INSTITUTO ETHOS, 2005, p. 9).

Segundo o discurso da insuficiência estatal e a disponibilidade de agir dos empresários no campo dos problemas sociais, o Instituto aponta para a necessidade do estabelecimento das parcerias público-privada.

Os resultados desta empreitada podem ser verificados através dos dados, até o ano de 2005, em que havia 492 projetos apoiados pela iniciativa privada em diversas áreas como educação (20%), infraestrutura urbana (13%), segurança pública (12%), cultura (9%), assistência social (9%), desenvolvimento, trabalho e solidariedade (8%), saúde (7%), meio ambiente (6%), transporte (5%), etc. Das 543 parcerias da iniciativa privada, 80% eram empresas privadas. (INSTITUTO ETHOS, 2005).

A idéia do Instituto visa estimular em cada cidade a constituição do Fórum de Apoio ao Município, ou seja, essas iniciativas devem ser replicáveis em outras regiões do país. Ao que tudo indica, o Instituto tem obtido êxito, uma vez que, a partir, principalmente, do *Movimento Nossa São Paulo*, lançado em 2007, que, posteriormente, passou a ser chamado *Rede Nossa São Paulo*, essa experiência foi replicada em outros quadrantes do país como a iniciativa Nossa Salvador e também inspirou outras experiências similares no Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, Curitiba e mais quinze cidades do país.

O Instituto também dirige suas ações para o estabelecimento de Pactos em articulação com o Estado. É o caso, por exemplo, do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, lançado em 2003. O Pacto é o compromisso que as empresas

brasileiras e multinacionais assumem para não negociar com aquelas envolvidas com trabalho escravo. Para punir as empresas envolvidas com o trabalho escravo é criada uma lista suja por meio de dados gerados tanto pelo Pacto quanto pelo governo federal.

Além disso, integra o Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção, vinculado à Controladoria – Geral da União, assim como, faz parte, também, do Fórum Nacional de Aprendizagem, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego e da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae), ligada à Secretaria Especial de Direitos Humanos da Previdência da República.

O Instituto ao longo dos anos não se limitou aos temas vinculados aos problemas sociais. Particularmente, a partir de 2008, passou, ainda que de maneira embrionária ou incipiente, a incorporar em suas estratégias o debate em torno das questões ambientais por meio do chamado Desenvolvimento Sustentável. As suas ações vão se delineando ao longo do tempo na mesma medida em que passa a se articular de maneira mais orgânica ao movimento de Responsabilidade Social Empresarial Internacional.

O Instituto busca orientar tanto os empresários a adotar em seu modelo de gestão a sustentabilidade como procura articular-se com o Estado a fim de regulamentar medidas ou ações para a questão ambiental. Nesse sentido, tem debatido a respeito da construção de um projeto em nível nacional para os chamados Resíduos Sólidos e ainda produziu no ano de 2005 uma publicação intitulada *O Compromisso das Empresas com o Meio Ambiente.*

A questão do Desenvolvimento Sustentável passa a ser um ponto importante nas estratégias do Instituto em meados dos anos 2000. Isso porque se inicia em nível mundial, especialmente por meio da ONU, um conjunto de ações com o fito de organizar e mobilizar os empresários em torno do tema em tela. É nesse contexto que surgem o Pacto Global, 1999, e As Metas para o Desenvolvimento do Novo Milênio, 2000.

Dessa maneira, para o Instituto o debate a respeito da chamada sustentabilidade começa a ganhar expressão quando se percebe que os impactos da produção e a utilização dos recursos naturais poderiam ser irreversíveis. Nos próprios termos:

> [...] Estas são evidências de que o modo de exploração ilimitada dos recursos do planeta, além de não responder às necessidades atuais da humanidade, projeta uma realidade sombria para as gerações futuras. (INSTITUTO ETHOS, 2011, p. 4)

Como resposta a esse cenário e face ao debate mundial sobre os problemas ambientais, segundo o Instituto, foram construídas propostas a partir da idéia de Economia abaixo do Carvão que, posteriormente, culminou na idéia de Economia Verde. A partir desse contexto, Instituto começou a incorporar essa discussão em suas ações, uma vez que para esta organização:

> [...] Depois de avançarmos no trabalho na escala de práticas das empresas, percebemos que, inseridas em um ambiente externo alheio a esses valores, as práticas sustentáveis empresariais têm influência limitada. Assim, com o objetivo de integrar as empresas, as cidades brasileiras e os projetos nacionais na construção de um mercado e de uma sociedade sustentáveis. (INSTITUTO ETHOS, 2008, p.15)

Em sua plataforma deixa ainda mais claro a importância do envolvimento dos empresários nos problemas ambientais:

> É possível afirmar que a evolução dos processos da iniciativa privada com relação à preservação de recursos naturais gera resultados mais favoráveis não apenas à sociedade e para as gerações futuras, mas para as próprias companhias, inclusive com ganhos financeiros. (<www3.ethos.org.br/conteudo/gestao-socialmente-responsavel/meio-ambiente>)

Assim, a partir de 2006, o Instituto inicia as primeiras elaborações para incorporar a questão ambiental de maneira mais orgânica às suas estratégias. No ano de 2008, o Instituto começa o processo de redefinição de suas estratégias dando ênfase ao chamado Desenvolvimento Sustentável (DS). Este processo de redefinição política traduzirá em todas as três ações, que podem ser percebidas pelos programas e projetos desenvolvidos pelo Instituto como os Resíduos Sólidos, Cidades Sustentáveis, dentre outros.

Contudo, as suas estratégias começaram a ser delineadas especialmente a partir de 2011 quando o Instituto produziu a publicação intitulada "*Plataforma – por uma Economia Inclusiva, Verde e Responsável*", articulando "o social" ("distribuição equitativa da riqueza e das oportunidades para organizar a geração de renda e acesso a bens e serviços públicos"), "o verde" ("assegurar uma relação amigável entre os processos produtivos naturais") e "o responsável" ("desenvolvimento de valores éticos,

cultura da transparência e mecanismo de controle ao combate à corrupção"). Segundo a organização:

> O país precisa crescer com a redução da desigualdade e da pobreza, baseando-se num modelo econômico no qual processos, produtos e serviços sejam desenhados para preservar a integridade ecológica do planeta, com uma estratégia de distribuição de oportunidades capaz de promover o desenvolvimento equilibrado das comunidades, proporcionando geração de renda suficiente para uma vida digna e acesso aos direitos fundamentais e ao consumo consciente, num ambiente de confiança, diálogo e democracia, fundamentalmente em relações transparentes e éticas entre o poder público, a iniciativa privada e a sociedade. (INSTITUTO ETHOS, 2011, p.9 e 10)

Para levar adiante este intento o Instituto postula a necessidade de unir esforços para o projeto nacional sustentável, isto é, realizar uma mobilização social em que diversos "atores sociais" tais como o governo, os trabalhadores, os empresários e toda a sociedade formulem e executem propostas com esse fim. Nessa direção, de acordo com este aparelho hegemônico, deve-se construir um comportamento responsável e sustentável cujo desenvolvimento crie uma nova cultura que esteja vinculada aos "valores éticos, humanitários e democráticos".

Desse modo, o Instituto considera que o sistema educacional, assim como, outras instituições sociais podem contribuir para forjar esses valores com a formação de uma consciência social em torno daquilo que é chamado de novo paradigma, isto é, formar um tipo de subjetividade em consonância com as formulações postas pela burguesia no que se refere aos principais problemas sociais e ambientais. Percebe-se, então, que o Instituto não se limita a ações em torno da formação e reprodução da força de trabalho e tampouco circunscreve a chamada comunidade.

Apesar, aliás, do Instituto alargar demasiadamente a idéia de comunidade, visto que não está circunscrita apenas às populações que estão em torno das suas empresas, mas pode ser entendida como uma cidade ou todo território nacional, mais do que isso, pode significar o movimento da Responsabilidade Social Empresarial no Brasil e no mundo. Suas estratégias, portanto, buscam envolver toda a sociedade, ou seja, visam englobar várias dimensões da vida política, econômica, social e cultural.

Nessa perspectiva, as ações do Instituto, além de incidirem na unificação da própria classe burguesa por meio da ideologia da Responsabilidade Social Empresarial e

do Desenvolvimento Sustentável, buscam formar o consenso da possibilidade de um capitalismo humanizado e ecologicamente sustentável.

Assim, ao conclamar todos à construção do projeto nacional sustentável, mencionado acima, o Instituto opera obscurecendo as classes sociais e retira o debate sobre o meio ambiente da dinâmica econômico-social das relações de produção capitalista. E mais, de acordo com Corsi (2011), vincular desenvolvimento com sustentável é, no mínimo, um equívoco, visto que:

> [...] Desenvolvimento sustentável entendido como uma forma de crescimento econômico associado à integridade dos sistemas ecológicos, a justiça e à igualdade entre toda a população mundial, nos parâmetros da sociedade capitalista, parece bastante improvável, pois, [...] o capitalismo no seu movimento de expansão cria e recria, ao mesmo tempo, uniformidade e desigualdade. Um sistema regido pelo mercado, onde o móvel das empresas é a busca incessante do lucro, enfrentaria enormes dificuldades para respeitar o uso sustentável dos recursos naturais e promover a igualdade entre os povos da terra. (p.88).

Na mesma perspectiva, mas por outros caminhos, as autoras Cabral e Morales (2011) apontam para as ambigüidades que a expressão Desenvolvimento Sustentável encerra em si mesma. Para elas, sustentar implica em impedir que algo se desequilibre ou caia, mudando, desse modo, de posição. Para evitar que isso ocorra, é necessário escoras e pontaletes para que a estrutura não desmorone. As autoras concluem que, "por um lado, a expressão em si mesma é reveladora do que estamos a viver minuto a minuto e, por outro lado, exibe a vocação do capitalismo para acomodar-se a fissuras" (p.110)

O movimento de Responsabilidade Social Empresarial é recente. Considerando a data de fundação do Gife, essa idéia vigora no país há 18 anos ou 15 anos levando em conta a fundação do Instituto Ethos. Tentando compreender esse fenômeno, várias pesquisas começaram a surgir se debruçando sobre as motivações, a quantidade e a abrangência das ações sociais dos empresários a partir do final dos anos 1990, período de expansão desse fenômeno.

É importante observar que a mudança de comportamento dos empresários não se deu de maneira mecânica e rápida e tampouco houve absorção integral dos preceitos da Responsabilidade Social Empresarial por parte da burguesia, especialmente nos anos primeiros de consolidação da ideologia da Responsabilidade Social Empresarial. De

qualquer modo, de fato, houve uma mudança de comportamento que pode ser percebida no aumento significativo das ações sociais dos empresários assim como por meio da percepção deles quanto à sua própria atuação, que tem ganhado corpo por meio de programas e projetos sociais. Assunto que discorreremos no próximo item.

3.3- Desdobramentos políticos e sociais das estratégias do Ethos.

O principal órgão vinculado à Presidência da República que tem acompanhado através de pesquisas quantitativas e qualitativas as ações sociais dos empresários é o IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Desde o final dos anos 1990 esse órgão governamental realizou diversas pesquisas para entender que tipo de ação estava sendo desenvolvida pelos empresários e, ao mesmo tempo, buscar estimulá-los no engajamento social. Por isso, é importante salientar que esses instrumentos de pesquisas não são, como veremos, simplesmente meios de detectar determinados fenômenos sociais, são também difusores de ideias e práticas.

Não é à toa, por exemplo, que a coordenação da pesquisa seja conduzida por Anna Maria T. Medeiros Peliano, que atuou no Programa Comunidade Solidária. Na pesquisa perceberemos que, muito mais do que apontar dados, está se disseminando uma forma de intervenção social segundo as características do referido programa, instituído no governo de Fernando Henrique Cardoso, sob a liderança da primeira dama, Ruth Cardoso. Ou seja, a pesquisa busca, também, convencer os empresários a atuar na questão social de uma maneira mais encorpada através da chamada parceria público-privada e a atuação do chamado terceiro setor. Vejamos:

> [...] levando-se em conta as dificuldades para responder às crescentes demandas por benefícios sociais, ganharam força teses que sustentam o fortalecimento das organizações não governamentais e *empresas privadas como os novos agentes sociais* da era da globalização, e, *portanto, responsáveis por propiciar à sociedade tudo aquilo que o Estado já teria demonstrado não ter condições de fazer de uma maneira eficiente*. (IPEA, 2003, p 20).

Nesse sentido, o IPEA foi (e é) um importante instrumento catalisador da nova intervenção social segundo a lógica neoliberal, na medida em que, também agiu no sentido de impulsionar a atuação dos empresários no campo dos problemas sociais e das

organizações do chamado terceiro setor. Tendo isso em vista, especialmente nas primeiras pesquisas, observa-se a difusão de um tipo de intervenção ancorada na ideologia da participação de todos segundo a visão tripartite da realidade - primeiro setor (Estado), segundo setor (mercado) e o terceiro setor (sociedade civil).

É importante, também, ter como horizonte que a Responsabilidade Social Empresarial é um fenômeno recente, sendo assim, o processo de incorporação de suas práticas não se deu de maneira integral. Contudo, o mais importante é o sentido geral que essa ideologia oferece quanto à necessidade de desenvolvimento de novas estratégias de dominação voltadas para a produção do consenso.

Desse modo, com o objetivo de traçar o "engajamento" social dos empresários bem como difundir a necessidade de ampliar as conhecidas parcerias público-privadas foram realizadas várias pesquisas e em diferentes períodos.

A primeira delas é conhecida como *A Iniciativa Privada e o Espírito Público: um retrato da ação social das empresas no Brasil,* realizada entre 1999 e 2002. Nela, se buscou traçar o perfil, por meio de uma análise quantitativa, da atuação social dos empresários em cinco regiões do país. A segunda, por sua vez, intitulada *Bondade ou Interesse? Como e Por que as Empresas Atuam na Área Social,* de 2001, procurou abordar as razões ou as motivações dos empresários no "engajamento" social. Para tanto, na pesquisa se buscou conferir um tratamento mais qualitativo às empresas das regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

A terceira denominada *A Iniciativa Privada e o Espírito Público: a Evolução da ação social das empresas privadas no Brasil* (2006) apresentou informações sobre as ações sociais do empresariado a partir da comparação dos dados das edições anteriores para detectar as mudanças ocorridas nos últimos anos.

Na primeira pesquisa foi revelado um elevado envolvimento social dos empresários, constatou-se que 59% das empresas (micro, pequenas e grandes) realizavam algum tipo de ação social desde pequenas doações até grandes projetos. Vale destacar que na mencionada pesquisa considerou qualquer atividade efetuada para as comunidades nas áreas de alimentação, saúde, assistência social, educação, meio ambiente e desenvolvimento comunitário. Portanto, não se buscou diferenciar as práticas filantrópicas das orientadas pela Responsabilidade Social Empresarial, o que torna difícil detectar de modo mais eficaz as mudanças de comportamento do empresariado.

Constatou-se também que as empresas de grande porte são as que mais realizam ações sociais no país, 88%. A área de concentração de suas atividades são em assistência social, 43%, educação, 35% e 27% para alimentação e abastecimento.

Na pesquisa, foi constatado que a região sudeste é o lugar onde se realiza mais da metade das ações sociais, 67%. Entretanto, há diferenças entre os estados: Minas Gerais é o estado que tem a maior concentração de empresas que declaram possuir alguma ação social no país, 81%. Em seguida, São Paulo, Rio de Janeiro, e depois, Espírito Santo.

As demais regiões (nordeste, centro-oeste, norte e sul) também realizam algum tipo de ação social, apesar de serem menores em comparação à região sudeste.

No geral, o público-alvo dos projetos das empresas pesquisadas pelo IPEA, em todo Brasil, é dirigido às crianças, 62%; à família, 40%; às comunidades, 27%; aos deficientes, 25%; aos jovens, 25%; aos idosos, 23%; aos adultos, 17% e às mulheres, 13%.

Nota-se que, nesse período da pesquisa, de 1999 a 2002, há uma forte participação das empresas em ações com vistas à resolução dos problemas sociais, repercutindo as estratégias do Gife e do Ethos tanto em relação à diversificação das ações quanto ao maior "engajamento social" dos empresários. É claro que a incorporação da Responsabilidade Social Empresarial não se desenvolveu de modo automático e mecânico, sobretudo, nesse momento de disseminação dessas ideias, portanto, sem muito esforço, é possível inferir que as práticas de caráter assistencialista permaneciam.

A segunda pesquisa, realizada, em 2001, nas regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, procurou ampliar a compreensão das motivações que levaram os empresários a atuar na questão social. Para tanto, privilegiou-se uma abordagem mais qualitativa.

Apesar da atuação dos empresários ainda ser marcada pela filantropia assistencialista, as empresas pesquisadas pelo IPEA (2001) perceberam, especialmente aquelas que já realizavam há mais tempo ações sociais, que a década de 1990 é o início de um novo tipo de atuação nos problemas sociais.

Uma das práticas estimuladas pelo Instituto Ethos foi a criação do Programa do Voluntariado Empresarial tanto que, como vimos, foi publicado um manual voltado exclusivamente para orientar as empresas a adotar tal prática. Verificam-se por meio da

pesquisa os rebatimentos das formulações do Ethos entre os empresários. Isso porque, de acordo com a pesquisa, os entrevistados consideram, ao incorporar o programa em suas empresas, altamente positivo a participação dos trabalhadores nas ações sociais realizadas pelas empresas. Um dos incentivos (coercitivos) para a participação é a "ampliação das chances de permanecer na empresa em momentos de corte de funcionários", "preferência no processo de contratação", "preferência para a progressão funcional na empresa", dentre outros.

A percepção dos empresários no que se refere ao desempenho dos trabalhadores no âmbito da empresa é o aumento da produtividade, a melhoria da relação entre chefia e os empregados, aumento da consciência social, sinalizando a integração política e ideológica dos trabalhadores junto à empresa. Uma das principais conclusões do IPEA (2001), que, inclusive, dá o nome à pesquisa *"Bondade ou Interesse"* é que, muito embora ainda prevaleça o caráter filantrópico assistencialista, torna-se insuficiente entender as ações sociais do empresariado segundo esse prisma, sobretudo, a partir do final dos anos 1990. Isso por quê:

> Esse período foi marcado por inúmeras mudanças nas estratégias empresariais, com o objetivo de atender às novas exigências de uma economia globalizada [...] Entre essas novas exigências a questão da responsabilidade social empresarial como fator de competitividade, ou seja, empresas socialmente ativa promovem sua imagem junto aos consumidores, melhoram o relacionamento com as comunidades vizinhas e percebem ganhos de produtividade de seus trabalhadores. (IPEA, p. 2001, p. 33).

Ocorre, assim, a incorporação das estratégias articuladas tanto pelo Gife quanto, particularmente, pelo Ethos no que concerne à criação de Programas de Voluntariado Empresarial, especialmente entre as empresas de grande porte onde os projetos e programas sociais são mais estruturados, portanto, mais afinados com a ideologia da responsabilidade social empresarial. Outra informação que aponta para esse sentido é a incorporação em sua estratégia institucional da atuação social. Segundo o IPEA (2001), 79% das empresas declararam que já faz parte da sua missão institucional atender à comunidade. Entretanto, apenas 38% delas formalizaram em seus documentos internos as ações sociais realizadas.

As ações sociais desenvolvidas pelas empresas, segundo a pesquisa, se realizam de maneira permanente. Assim, 98% delas declararam nunca ter interrompido seus

programas sociais desde sua criação. Aponta ainda que mais de 80% das empresas pretendiam expandir seu atendimento social.

A despeito das empresas, de acordo com o IPEA (2001), pautarem suas ações a partir de uma "racionalidade técnica", isto é, através do conhecimento a respeito da "comunidade" sobre a qual será realizado o atendimento social, ou pela qualidade dos serviços oferecidos pelas entidades apoiadas, as ações dos empresários ainda se vinculam ao conhecimento obtido por meio de contatos diretos ou por levantamento estatístico ou de estudo de campo, demonstrando, assim, o caráter assistencialista de suas ações.

Esses elementos apontam que nesse período há o processo de desenvolvimento de estratégias de difusão da responsabilidade social empresarial. Lembrando que, nesse momento, o Instituto Ethos iniciou de maneira mais incisiva a política de formulação e difusão, ou seja, as ações dirigidas ao espraiamento da Responsabilidade Social Empresarial, assim como, foi lançado também pelo Instituto, em 2001, os Indicadores Sociais, instrumentos de convencimento para o empresariado quanto à gestão socialmente responsável.

Uma das formas de incentivar a atuação social ancorada nos postulados neoliberais das empresas e reafirmar a iniciativa privada foi a polarização entre público e privado. Nesse sentido, conclui o IPEA:

> A flexibilidade para moldar a intervenção social às condições locais e o acompanhamento direto dos investimentos realizados conferem ao setor privado vantagens comparativas em relação ao Estado com respeito à focalização e adaptação às demandas locais, uma vez que esse acompanhamento está condicionado pelas exigências burocráticas e pela centralização das decisões. (2001, p. 49).

A pesquisa, também, revelou que há uma diversificação no que concerne ao "engajamento" social dos empresários, além da assistência social, educação, saúde e alimentação, as empresas investem, segundo a ordem de freqüência, no desenvolvimento comunitário e mobilização (74%), Cultura (65%), lazer e recreação (56%), qualificação profissional (53%), meio ambiente (44%), e atuam em quatro grupos prioritários: crianças, jovens, comunidade em geral e adultos.

Outro dado que sinaliza para a incorporação das práticas de responsabilidade social empresarial é o deslocamento das ações de caráter emergencial e pontual para

práticas mais permanentes e complementares. Apesar disso, em termos de planejamento estratégico concebido tanto pelo Gife quanto pelo Ethos como elementos fundamentais para diferenciar-se das ações de cunho filantrópico assistencialista, entre aquelas que declararam realizá-lo, a sua ocorrência se desenvolve de maneira precária e insuficiente.

É igualmente relevante observar que a atuação social dos empresários se desenvolve por meio de parcerias, como preconizaram o Gife e o Ethos, com diferentes organizações. Nesse sentido, as ações sociais dos empresários não estão restritas à esfera econômica e ao plano imediatista, visto que parcela das empresas entrevistadas assumiram um compromisso permanente com as comunidades onde desenvolviam alguma atividade social.

No que se refere ainda às formas de avaliação e monitoramento dos projetos desenvolvidos, as empresas, no geral, os avaliam por meio de relatórios informais recebidos das comunidades. Apesar desse quadro de informalidade, 47% das empresas que avaliam suas ações, começaram a usar indicadores para mensurar o impacto de seus projetos e programas sociais nas comunidades.

Mesmo assim, foi revelada pela pesquisa a falta de clareza quanto ao uso dos balanços sociais. A conclusão que o IPEA chega é que, no fundamental, as empresas não têm clareza a respeito da responsabilidade social empresarial. Quando são indagadas sobre o papel delas na execução obrigatória de políticas sociais, elas consideram que o Estado é o principal responsável pela resolução dos problemas sociais e que as empresas poderiam contribuir não de forma obrigatória, mas sim de acordo com a consciência social ou responsabilidade de cada empresa.

De modo geral, nesse período a ideologia da responsabilidade social empresarial estava começando a ser defendida no Brasil, daí entende-se as dificuldades em aderir de modo mais orgânico a essa ideologia. Por esta razão, verifica-se, também, a tentativa do IPEA em persuadir os empresários da importância das parcerias público-privada ou de acordo com a lógica da participação solidária em que todos os setores podem contribuir para o desenvolvimento social e econômico do país, bem como, percebe-se a ressonância do discurso da responsabilidade social empresarial nos órgãos do governo.

Nesse sentido, vemos no trecho abaixo a avaliação e a tentativa do IPEA de superar as dificuldades para a realização das chamadas parcerias:

> Há ainda muita desconfiança e desconhecimento, de parte a parte, entre as organizações públicas e privadas que atuam na

> área social. No meio empresarial [...] predominam avaliações críticas em relação à gestação das políticas sociais do governo, o que parece dificultar as parcerias: o Estado faz mal, é burocratizado, aplica pouco na área social, os recursos perdem-se na máquina administrativa e não chegam até a ponta; o Estado está distante, a sociedade não conhece o destino dos recursos aplicados e são freqüentes as observações sobre os fins políticos dos programas. (IPEA, 2001, p.95)

Entre 2004 e 2005, o IPEA realizou outro estudo com finalidade de avaliar a evolução da atuação social das empresas. Assim, de acordo com a pesquisa, entre o final da década de 1990 e 2004, há um aumento de empresas que declararam desenvolver alguma ação social. Nessa direção, em termos numéricos, o aumento foi de 10 pontos percentuais, isto é, de 59%, em 2000, para 69%, em 2004. Apesar desse aumento generalizado pelo país, persistem disparidades entre as regiões.

No Sul, em 2000, passou de 46% para 67%, região que teve maior aumento, que equivale a 21 pontos percentuais, na região nordeste o aumento foi de 53% para 74%, no sudeste de 67% para 71%, norte de 49% para 64% e centro-oeste de 50% para 61%. Entre os estados, Minas Gerais, embora tenha permanecido no mesmo patamar das edições anteriores, segue como o detentor do maior percentual em ações sociais. Em relação aos demais, segundo o IPEA (2006), a posição do ranking alterou significativamente entre 2000 e 2004. Assim, por exemplo, houve aumento expressivo no estado de Santa Catarina de 50% para 78%, Ceará de 45% para 73%, Rio Grande do Sul de 39% para 61%.

Um dado também interessante revelado pela pesquisa diz respeito ao contraste entre as empresas, as fundações/institutos de origem empresarial e as demais fundações familiares e independentes associadas ao Gife e as empresas entrevistadas pelo IPEA no que se refere à obtenção dos incentivos fiscais. Entre as organizações filiadas ao Gife, como vimos, 15% delas obtém algum tipo de beneficio fiscal. Já os dados trazidos pelo IPEA apontam uma diferença importante:

> É possível observar que se a proporção de empresários que se utilizava dos benefícios fiscais já era pequeno em 2000 –apenas 6%- em 2004, ela ainda é menor: somente 2% das empresas que atuaram no social fizeram uso dos incentivos. (IPEA, 2006, p.18).

Apesar disso, segundo o IPEA (2006), entre as empresas de grande porte, 17%, obtinham benefícios fiscais e as empresas de pequeno porte, apenas 0,7%, em 2004. O que esses dados indicam é o fato de que a incorporação dos preceitos da Responsabilidade Social Empresarial se efetiva entre as empresas de grande porte. Isso porque as ações tanto do Ethos quanto do Gife se dirigem a esse perfil de empresas.

Nesse período, no geral, se observa um aumento expressivo da participação das pequenas empresas (de 1 a 10 empregados) e das médias empresas (de 10 a 500 empregados), aumento de, respectivamente, 12 e 19 pontos percentuais. A despeito disso, continuam sendo as grandes empresas com maior taxa de participação em ações sociais, em 2004, 94%.

Muito embora tenha ocorrido um aumento de 10 pontos percentuais em 2004, houve uma queda quanto ao investimento social privado no mesmo período. Segundo o IPEA, em 2004, os empresários destinavam 4,7 bilhões em ações sociais, que corresponde a aproximadamente 0,27% do PIB do país, no mesmo período, em 2000, esta relação era de 0,43%. Tal decréscimo, de acordo com a pesquisa, pode ser entendido à luz das dificuldades econômicas pelas quais o país passou em 2003.

Em relação à área de concentração, tanto em 2000 quanto em 2004, as atividades dos empresários voltaram-se à alimentação e à assistência social. Todavia, a área prioritária foi de alimentação, isso porque, neste momento os empresários foram chamados a atuar pelo Instituto Ethos, como vimos no item anterior, no Programa de Combate à Fome do governo Lula. Nessa direção, em 2004, as empresas destinaram 52% à área de alimentação, ao passo que a assistência social o valor foi de 41%, diferentemente das pesquisas anteriores realizadas pelo IPEA em que 54% se destinava à assistência social e 41% à alimentação.

Quanto ao público-alvo, permanece ainda sendo o infantil, 62%. No âmbito das motivações, segundo a pesquisa, 57% dos empresários agem por razões humanitárias. Contudo, observa-se que, entre 2000 e 2004, houve um decréscimo de 76% para 57% dos motivos humanitários, que impulsionaram os empresários a atuar nos problemas sociais, portanto, de alguma maneira, ainda vinculados aos valores de cunho assistencialista filantrópico.

Em 2004, de acordo com a pesquisa, houve crescimento da proporção de empresas que apoiavam organizações sociais, sendo o principal mecanismo de atuação dos empresários, o que reflete em parte a atuação das empresas associadas ao Gife.

Todavia, a expressividade se dá entre as empresas acima de 500 empregados (57%), já entre as empresas pequenas, os percentuais caem para apenas 32%.

Embora tenha diminuído o número de funcionários que participam das ações sociais das empresas de 34%, em 2000, para, em 2004, 31%, verifica-se que nas empresas de grande porte, onde o Ethos tem maior inserção, o percentual foi de 76%, em 2004. Já entre as microempresas, o percentual foi apenas de 28%. Talvez o decréscimo da participação dos funcionários em ações sociais seja em razão do aumento de empresas pequenas, que passaram a atuar no campo social, refletindo de maneira geral, nos dados estatísticos.

Observa-se também a adesão das formulações das diretrizes do Ethos nos espaços onde se dirigem as ações das empresas, uma vez que são elas as instâncias que dão sustentação à ideologia da responsabilidade social empresarial por meio da execução de programas e projetos sociais. Um dos casos emblemáticos quanto a essa prática é o projeto *Amigos da Escola* elaborado pela Rede Globo por meio do Instituto Roberto Marinho, filiado tanto ao Ethos quanto ao Gife.

De acordo com Souza (2013), no seu livro intitulado *Educação, Trabalho Voluntário e "Responsabilidade Social Empresarial",* o projeto Amigos da Escola se insere como uma atividade da Responsabilidade Social Empresarial e é um dos maiores desta natureza na esfera educacional e a sua realização contou com a parceria do Programa do Voluntariado recebendo por isso patrocínio público da Petrobras desde sua fundação até 2006 e, depois, a partir de 2007, da Caixa Econômica Federal. Cabe salientar que, segundo os dados coletados pela autora, o Instituto Akatu, organização vinculada ao Ethos, contribuiu no processo de reestruturação do projeto, em 2004, com materiais.

A finalidade do projeto, segundo a autora, consiste em desenvolver ações de caráter voluntário nas escolas públicas, que por meio de campanhas é estimulado o trabalho voluntário nas unidades educacionais para executar tarefas da alçada do Estado.

Souza (2013) considera que as ações do Instituto Roberto Marinho, o chamado "braço social" da empresa Rede Globo, têm obtido êxito à medida que consegue construir a imagem socialmente responsável das empresas. Apesar de não ter nenhum rebatimento nas escolas ao contrário do que é propagandeado pela TV.

De qualquer modo, o que se depreende deste caso emblemático é a incorporação pelos agentes envolvidos nos projetos e programas da ideologia da Responsabilidade

Social Empresarial por meio da cultura do voluntariado. Analisando os efeitos desta ideologia no interior de uma das escolas, a autora percebe que:

> [...] Nesse caso, a vivência escolar serve para inculcar nesses alunos a aceitabilidade e até a posição de defesa da ampliação e "naturalização" do trabalho voluntário como substituto do trabalho remunerado para o atendimento das demandas sociais, para as quais antes se tinha o entendimento de que deveriam ser mantidas pelo poder público. [...] essa é uma relação de produção do "consenso" a favor da legitimação do voluntariado na prestação de serviços públicos e mesmo da substituição do trabalho formal pelo voluntário no serviço social. (SOUZA, 2013, p. 93).

Além de descaracterizar a educação como um direito social, o voluntariado permite a precarização dos trabalhadores. Na verdade, segundo a mesma autora, o trabalho do voluntariado dissimula as condições de trabalho precarizado. Na medida em que, como observado em seu estudo de campo realizado em duas escolas públicas no interior do Paraná, os serviços sociais prestados por esses trabalhador-voluntários se inserem por meio de um contrato, instituído por lei, no qual não possuem nenhum direito garantido, quando muito, é remunerado através de bolsas inferiores ao salário mínimo.

Nos próprios termos:

> [...] as ações sociais executadas por "voluntários" bolsistas atende apenas parcialmente à função do poder público, já que não se efetivam orientadas pelo princípio da igualdade de direito ao acesso ao serviço social e se fazem ao menor custo, já que precarizam as condições de remuneração de quem as executa: em vez de trabalho profissional, bolsa-auxílio para "voluntários", portanto, força de trabalho sem obrigações trabalhistas. (SOUZA, 2013, p. 81)

Como se percebe, ocorre a articulação da Responsabilidade Social Empresarial com a nova forma de intervenção social segundo os postulados neoliberais em que os direitos sociais são flexibilizados, ou simplesmente, são destituídos. Outro aspecto não menos importante, refere-se, também apontado pela autora, às formas coercitivas e forçadas que levam os trabalhadores a se candidatar ao voluntariado. Como apontamos anteriormente por meio dos dados do IPEA, os "estímulos" que os empresários

estabelecem para que os trabalhadores se insiram nos programas do voluntariado empresarial, que vai desde critério de contratação até a promoção funcional na empresa ou um possível corte de funcionários.

Assim, a nova intervenção social produziu significativas mudanças não apenas no modo pelo qual a "questão social" foi tratada ao estabelecer parcerias ou transferir parte da execução das políticas sociais às organizações tidas como públicas não-estatais ou da iniciativa privada, mas com fins públicos, como também produziu a ideologia da solidariedade em que todos deveriam lutar, sob figura do voluntariado, para um mundo mais justo e solidário.

Com isso, se por um lado, no caso do voluntariado empresarial, os trabalhadores são inseridos nesses programas como executores e divulgadores da empresa e são atribuídas a eles funções antes exclusivas do Estado, por outro, as empresas por meio de suas ações sociais em diversas áreas, como foi revelado pelas pesquisas do IPEA, buscam construir a imagem de cidadãs, preocupadas com os problemas sociais tanto para os funcionários quanto para as chamadas comunidades, que se constituem no público-alvo de suas ações. Nesse sentido, as estratégias de ação do Gife e do Ethos funcionam como tentáculos que buscam por diversos meios abarcar um grande número de pessoas, temas e organizações.

Considerações Finais

Procuramos, nesta pesquisa, analisar as estratégias de redefinição da hegemonia burguesa no Brasil por intermédio de duas organizações que procuraram ampliar o raio de intervenção política dos empresários a partir da ideologia da Responsabilidade Social Empresarial e do Investimento Social Privado. Redefinição esta que teve seu início nos anos 1980 e sua consolidação no início da década de 1990, sob o governo de Fernando Henrique.

Na década de 1980 se observa um conjunto de mudanças políticas, econômicas e sociais que propiciou a emergência tanto de organizações empresariais de novo tipo quanto de organizações das classes subalternas, configurando-se em um quadro de disputa de projetos políticos distintos. Assim, podemos dizer que, se de um lado, os anos 1980 é marcadamente um período rico do ponto de vista da organização das classes subalternizadas e de seu potencial de articulação, de outro, também se constitui num momento de expansão dos aparelhos privados de hegemonia burguesa como reflexo e resposta às organizações dos trabalhadores e ao contexto de abertura política no país.

Tal fato se verifica por meio da organização das classes subalternizadas em sindicatos, partidos políticos e movimentos sociais e da organização dos empresários em outras entidades bem diferentes das confederações, federações e sindicatos patronais existentes até então.

Nesse momento, em razão do surgimento das organizações dos trabalhadores e da luta contra a ditadura militar, o debate sobre a sociedade civil, apesar de possuir um conteúdo progressista, ganhou força no Brasil a partir de uma leitura dicotômica da realidade, isto é, em contraposição ao Estado. Isso por quê:

> [...] Uma das contraposições mais recorrentes tornou-se a que opunha civil a militar. Sendo uma acepção corriqueira, uma vez que o termo civil é apresentado no Dicionário [...] também como o "que não é militar nem eclesiástico ou religioso", o senso comum passou a designar, de forma equivalente, "regime militar" e Estado Militarizado; acepção adotada também por análises acadêmicas, resultando na contraposição generalizada entre ditadura e regime (ou sociedade) civil. (FONTES, 2010).

E ainda:

> Ocorria uma idealização do conceito – remetido apenas ao âmbito popular – com posteriores conseqüências problemáticas. A sociedade civil, assim encarada, seria o momento socialista da vida social, o momento virtuoso. Por seu turno, o Estado era confundindo, ora como ditadura, ora com a ineficiência e incompetência derivadas de sua intima conexão com o setor privado. *Essa idealização fazia desaparecer do cenário as entidades empresariais*. (p.240, Grifo nosso).

Portanto, a concepção de Estado e de sociedade civil por esse prisma contribuiu para obscurecer as relações de poder e os interesses antagônicos de classe engendrados na sociedade civil, bem como, o seu adensamento por meio da criação e expansão dos aparelhos privados de hegemonia burguesa. Ou seja, a complexificação na sociedade civil não ocorria apenas por meio da articulação das classes subalternizadas, mas principalmente pelo fortalecimento das organizações empresariais, que despontaram nos anos 1980.

A partir do final dos anos 1980, radicalizou-se a visão liberal a respeito da sociedade civil com a introdução e difusão do chamado terceiro setor, tido como espaço privilegiado de intervenção nos problemas sociais no país. De acordo com Coutinho (2001), nesse período a política neoliberal em ascensão apropriou-se da dicotomia entre Estado (entendido como regime militar) e sociedade civil para demonizar tudo que viesse daquele e, ao mesmo tempo, fazer apologia desta, transformando-a numa esfera acrítica e despolitizada, ou seja, "convertida num mítico 'terceiro setor' falsamente para além do Estado e do mercado" (p.10).

A sociedade civil agora identificada com o terceiro setor passou, assim, a ser concebida como esfera autônoma em relação ao Estado e ao mercado, como também o *lócus* da participação política, da democracia e de uma instância mais avançada para a resolução dos problemas sociais tanto pelos empresários quanto por segmentos da esquerda.

Vimos que a Reforma do Estado juntamente com o Programa Comunidade Solidária engendraram uma nova intervenção social por meio de um conjunto de mudanças jurídico-institucionais, que favoreceu a ampliação de organizações empresariais e da sua intervenção nos problemas sociais.

Assim, com a reforma da aparelhagem estatal, como apontou Montaño (2006, p.185), ocorreu "uma alteração de um padrão de resposta social à "questão social"

(típica do *Welfare State*), com a desresponsabilização do Estado, a desoneração do capital e a auto-responsabilização do cidadão e da comunidade local para esta função (típica do modelo neoliberal ou funcional a ele)". É nesse momento, no primeiro e no segundo mandatos de Fernando Henrique Cardoso, que são fundados tanto o Gife quanto o Ethos.

Na verdade, essas mudanças expressas com a complexificação na sociedade civil por meio do surgimento de diversos aparelhos privados de hegemonia burguesa apontavam para as novas formas de dominação do Estado. Com isso, chegamos ao ponto principal da nossa pesquisa que consiste na análise da reconfiguração do Estado a partir do final do século XX e início do XXI, isto é, as novas estratégias de hegemonia nos marcos do neoliberalismo e da reestruturação produtiva.

Nesses termos, o Estado a partir do final dos anos 1980 ampliou e fortaleceu suas funções hegemônicas com a complexificação e o adensamento na sociedade civil por meio da criação de novos organismos empresariais, uma vez que o Estado, chamado de Integral por Gramsci, compreende a sociedade política, o aparelho governamental responsável pelo exercício legal da coerção, como também a sociedade civil, na qual os aparelhos privados de hegemonia têm sua sede. Embora diferentes (sociedade civil e política) quanto à atuação e à materialidade, apenas existem em sua articulação orgânica.

Vale ressaltar que, com a expansão de direção do Estado, as funções coercitivas não diminuíram e menos ainda esvaziaram-se. Afirmar o contrário disso, além de completa indiferença à realidade, seria incorrer no equívoco de compreender hegemonia igual a consenso, desconsiderando que esta, entendida como fundamento do Estado, se forma na unidade-distinção entre consenso e coerção.

De acordo com Gramsci, o exercício da hegemonia no terreno democrático burguês é a combinação entre consenso e coerção, portanto, nenhum dos dois termos pode ser anulado com a expansão (ou não) do Estado por meio da incorporação e do fortalecimento dos aparelhos privados de hegemonia. Aliás, o imbricamento das duas dimensões modela e reforça a maneira como cada um dos termos pode vir a assumir, ou como em cada formação e contexto social a hegemonia se caracterizará.

Por outras palavras, o consenso pode conformar, por exemplo, modos de engajamento político, organizados para o diálogo e para parcerias, como sugere o Gife e o Ethos. Caso um grupo determinado não seguir o modelo estabelecido, justifica-se a

ação violenta e coercitiva do Estado, porque antes havia formado o consenso em torno da maneira de participação política.

Os institutos Gife e Ethos, particularmente este último, foram as principais organizações hegemônicas que articularam e deram outro sentido para a redefinição política do empresariado, sob a égide neoliberal, ao ampliar o escopo de atuação da burguesia em diversos âmbitos da vida social e política através da ideologia da Responsabilidade Social Empresarial e do Investimento Social Privado. Os empresários, intelectuais orgânicos (condensados) do capital, organizados nesses aparelhos hegemônicos procuraram expandir a atuação da burguesia para além das suas atividades econômicas, colocando-a para debater e intervir desde problemas relacionados às crianças e aos adolescentes até ao chamado desenvolvimento sustentável.

As duas organizações empresariais, apesar das diferenças no que se refere às estratégias de ação, atuam em diversas frentes, mas que podemos reduzi-las em duas. A primeira se desenvolve em articulação com o Estado para transformar seus programas e projetos sociais em políticas de Estado. Nesse sentido, vimos que, tanto o Gife quanto o Ethos conseguiram abrir e ampliar os canais de participação dos empresários na aparelhagem estatal.

Tal processo ocorreu desde a fundação dos dois aparelhos hegemônicos sob o governo de Fernando Henrique Cardoso, assim como nos governos petistas. A segunda estratégia reside em conquistar por meio de suas formulações outros aparelhos privados de hegemonia como, por exemplo, a imprensa, as universidades, as organizações sociais, para formar intelectuais afinados com suas propostas e, sobretudo, convencer os empresários da necessidade de uma atuação política unificada a fim de defender seus próprios interesses.

De modo geral, a ideologia que orienta as estratégias do Gife e do Ethos consiste em difundir sob nova roupagem a colaboração entre as classes sociais a partir da repartição da realidade social em três esferas (Estado, mercado e sociedade civil) e construir a imagem da empresa ou do empresário cidadão. Nessa perspectiva, os dois institutos, cada qual ao seu modo, passaram a defender a idéia de uma sociedade civil organizada como espaço de luta para o bem comum em parceria com as demais esferas.

Entretanto, a cortina de fumaça da sociedade civil organizada tida como um *lócus* da participação política e do consenso harmonioso onde todos teriam os mesmos

recursos políticos e econômicos para resolver os problemas sociais, sem a ingerência opressora e coercitiva do Estado, se esvai quando concebida em sua totalidade social, como esfera articulada com o Estado.

Como foi visto, não existe uma dicotomia ou separação entre sociedade política e sociedade civil, tampouco a separação entre coerção e consenso. Há uma coexistência e uma relação orgânica entre as duas esferas em que uma assegura e legitima a outra para dirigir e organizar o consenso das classes subalternizadas. Já que, para Gramsci, a sociedade civil está entremeada ao Estado e se constitui em um espaço de luta de classes e de disputas de projetos antagônicos vinculados às classes sociais fundamentais, como tentamos assinalar por meio da análise dos Institutos Gife e Ethos.

Essa leitura cindida do Estado, portanto, liberal-burguesa, levou parte da esquerda a aderir à ideologia da participação solidária e colaboracionista, especialmente a partir da década de 1990, fato esse que contribuiu para aniquilar ou capturar os elementos críticos dos movimentos sociais classistas ao subsumir as suas reivindicações à hegemonia das classes dominantes. Ou seja, as bandeiras históricas de luta dos trabalhadores e as práticas de solidariedade de classe foram incorporadas à agenda política do empresariado, sofrendo alterações no seu significado político, enquadrando-os na ordem do capital. Exemplo disso é o voluntariado. De acordo com Coutinho, a política do voluntariado (2004, p.17):

> Apropriou-se de uma prática dos movimentos sociais populares e a inseriu em dispositivos de exploração. Várias organizações do terceiro setor impõem, sutilmente, a contratação de profissionais com a condição de se apresentarem como voluntários. Empresas capitalistas, com a prática da responsabilidade social, sugerem que seus trabalhadores doem voluntariamente algumas horas do seu tempo ao trabalho desenvolvido pela organização empresarial.

A incorporação das reivindicações e das práticas de solidariedade das classes subalternizadas por parte das classes dominantes é um dos aspectos fundamentais na formulação gramsciana sobre hegemonia, uma vez que, para assegurar seu domínio, a burguesia deve ser capaz de formular e difundir sua concepção de mundo (particular) através do Estado no sentido Integral, englobando os interesses das classes subordinadas, sem pôr em xeque o domínio econômico e político. Tal feito é realizado por seus intelectuais orgânicos que estão organizados nos aparelhos hegemônicos e

estatais para garantir o domínio sobre as classes subalternas a partir de variadas estratégias de cunho consensual e coercitivo.

Isso porque a hegemonia vincula-se a um projeto que, segundo Dias (1996), permite expressar um horizonte no qual as demais classes se movem, ou seja, um horizonte que constitui formas de existência em consonância com o projeto estabelecido, que, ao se realizar, desorganiza ativa ou passivamente os projetos de outras classes.

Nesse sentido, o significado de hegemonia, de acordo com Dias (1996, p.34), consiste no "*horizonte que é estruturação do campo de lutas, das alianças, do permitido e do interdito. Racionalidade de classe que se faz história e que obriga às demais classes a pensar-se nessa história que não é dela*". Continua o mesmo autor, a hegemonia não se constitui apenas por um projeto político, mas estabelece o "campo do possível", do "praticável" e do "pensável". .

Assim, a nova abordagem política empresarial busca estabelecer o campo do possível, do praticável e do pensável, isto é, direciona, define e dá sentido ao modo como os principais problemas que vicejam no país devem ser tratados. De acordo com Gramsci, a classe dominante para o exercício da hegemonia procura imprimir a sua orientação política e ideológica à vida social. Ou seja, segundo a lógica da participação de todos no enfrentamento dos problemas sociais, da ajuda-mútua, do desenvolvimento sustentável, do voluntariado e da articulação solidária das três esferas (sociedade civil, mercado e Estado).

Os institutos Gife e Ethos, como afirmou Fontes, mas pensando nas organizações empresariais em geral, buscam disputar palmo a palmo cada centímetro da sociedade civil para aglutinar e organizar as classes subalternizadas sob sua direção política e ideológica com a finalidade de fincar, enraizar e alargar a sua hegemonia na sociedade civil. Esta, ao contrário das formulações dos teóricos do terceiro setor, é o lugar da luta de hegemonias, o que não significa afirmar que seja somente, como observou Bianchi (2008), luta entre concepções de mundo, mas é também, "luta dos aparelhos que funcionam como suportes materiais dessas ideologias, organizando-as e difundido-as".

Os Institutos procuram encaminhar e organizar os conflitos e as tensões decorrentes das contradições produzidas pelo capitalismo segundo seus interesses específicos de classe. Por esta razão essas organizações empresariais desenvolvem um

trabalho político-ideológico na sociedade civil para conquistar e ocupar diversas frentes da guerra de posição, como as escolas, as universidades, as organizações não governamentais e os movimentos sociais.

Do mesmo modo, atuam no Estado (no sentido restrito) para também influir nas políticas sociais de modo que limitem e organizem as demandas oriundas das classes subalternas. Exemplo disso pode ser notado na instituição, em 2003, do Conselho Econômico e Social no governo Lula.

Caso seja ultrapassado o horizonte do estabelecido, isto é, se o consentimento não for nem ativo nem passivo, a coerção e a repressão são acionados tanto pelo Estado (detentor do monopólio da violência) quanto pelos setores organizados na sociedade civil que empreende uma aberta *violência privada* cuja ação é legitimada pelo aparelho estatal.

Nesse sentido, nesta pesquisa, buscamos apontar a necessidade de analisar os novos aparelhos de hegemonia burguesa, especialmente o Gife e o Ethos, no embate político-ideológico nas lutas das classes subalternas, uma vez que as estratégias das duas organizações empresariais juntas atingem um variado espectro de pessoas, organizações e temas para formar o consenso em torno da importância e da imprescindibilidade dos empresários como os principais agentes da mudança social e econômica.

Como assinalou Edmundo Dias (1996), romper com o campo ideológico dominante significa começar a eliminar as condições de opressão classistas, que implica, necessariamente, compreender a função do Estado em suas múltiplas dimensões para, assim, estabelecer as estratégias e as táticas de luta.

Para aprofundar a análise do impacto dessa ideologia é necessário ainda desenvolver novas pesquisas que se dediquem a entender de que modo estão envolvidos os agentes que executam diretamente ou indiretamente os projetos segundo as orientações do Gife e do Ethos, assim como, analisar como tem sido a relação das empresas com as escolas e como as orientações desses organismos empresariais têm refletido nas formulações das políticas educacionais. Outro ponto também fundamental para futuras pesquisas é o debate do chamado Desenvolvimento Sustentável.

REFERÊNCIA

ALMEIDA. Carla Cecília Rodrigues. **O marco discursivo da participação solidária e a redefinição da questão social**: construção democrática e lutas políticas no Brasil pós 90. 2006, s.p.Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Unicamp.

BALANCO. Paulo et al **Modelo Liberal-Periférico e Bloco de Poder:** política e dinâmica macroeconômica nos governos Lula Disponível em: <www.ie.ufrj.br/hpp/intranet/pdfs/filgueiras_et_al_2010_otim.pdf> Acesso em: 3 Set. 2013.

BATISTA. Érika. A **insustentável teoria da sustentabilidade:** ideologia e reificação no discurso empresarial da responsabilidade social no Brasil. 2013, 257 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Unesp.

BIANCHI. Álvaro. **Hegemonia em construção:** A trajetória do Pensamento Nacional de Bases Empresariais. São Paulo: Xamã, 2001.

_____. **O Laboratório de Gramsci:** filosofia, história e política. São Paulo: Alameda, 2008.

BOBBIO, Norberto. **Ensaios sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BOITO. Armando Junior. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.

_____. A hegemonia neoliberal no governo Lula. **Crítica Marxista**, Rio de Janeiro: Boitempo Editorial, n. 17, p. 1-25, 2003.

_____. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. Disponível em: <www.eesp.fgv.br/.../Painel%203%20-%20Novo%20Desenv%20BR%20->. Acesso em 6. maio 2013.

BUCI-GLUCKSMANN. Christine. **Gramsci e o Estado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

BUTTIGIEG. Joseph Anthony. Educação e hegemonia. In: COUTINHO, Nelson Carlos e TEIXEIRA. Andréa de Paula. (Org). **Ler Gramsci para entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BRANDÃO. Marisa – Política de Estado: interesses em disputa. In: ROIO. Marcos Tadeu Del. (Org.) **Aspectos de Gramsci**. Marília: Oficina Universitária UNESP, 2009.

CABRAL. Fátima; MORALES. Lúcia Arrais. In: SIMONETTI, Mirian Cláudia Lourenção. (Org.) **A (ins) sustentabilidade do desenvolvimento:** meio ambiente, agronegócio e movimentos sociais. Marília: Cultura Acadêmica Editora, 2011.

CARDOSO. Ruth. Fortalecimento da sociedade civil. In: IOSCHPE, Evelyn. (Org.) **Terceiro setor:** desenvolvimento social sustentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

CESAR, Monica. de Jesus. **Empresa Cidadã:** uma estratégia hegemônica. São Paulo: Cortez, 2008.

CORSI, Luiz Francisco. A crise ambiental e os limites do desenvolvimento sustentável. **A (ins) sustentabilidade do desenvolvimento:** meio ambiente, agronegócio e movimentos sociais. Marília: Cultura Acadêmica Editora, 2011.

COUTINHO. Carlos Nelson. **Gramsci.** Porto Alegre: L&PM, 1981.

_____. Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios. São Paulo: Cortez, 2008.

COUTINHO, Joana. **ONGS e políticas neoliberais no Brasil.** Santa Catarina: Editora UFSC, 2011.
_____. ONGs e Responsabilidade das empresas: solidariedade às avessas. Disponível

em: file:///C:/Users/edmeacce/Downloads/410-1381-1-PB.pdf Acesso em: 11/11/2012.

CRUZ. Sebastião Carlos Velasco. O presente como história: economia política no Brasil pós-64. (Coleção Trajetórias). Campinas: Unicamp IFCH, 1997.

DIAS, Edmundo Fernandes. **O outro Gramsci**. São Paulo: Xamã, 1996.

DINIZ. Eli; BOSCHI. Renato. **Empresários, interesses e mercado.** Dilemas do Desenvolvimento no Brasil. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.

DINIZ. Eli. Empresariado e projeto neoliberal na América Latina: uma avaliação dos anos 1980. **Dados revista das Ciências sociais**. Rio de janeiro: 1991, p. 349-377, v. 34 n.3

DREIFUSS. René Armand. **1964: A conquista do Estado:** ação política, poder e golpe de Estado. Rio de Janeiro: Editora Vozes LTDA, 1981.

FALEIROS, Ialê; MELO, Marcelo Paula de. Reforma da aparelhagem estatal: novas estratégias de legitimação social. In: NEVES, Maria Wanderley Neves (Org). **A nova pedagogia da hegemonia**: estratégias do capital para educar o consenso, São Paulo: Xamã, 2005.

FAUSTO. Boris. **História do Brasil**. São Paulo: USP, 2010.

FERNANDES, Rubens César. O que é terceiro setor? In: IOSCHPE, Evelyn. (Org.) **Terceiro Setor:** desenvolvimento social sustentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

FONTES. Maria Virginia; MENDONÇA. Sonia Regina de. **História do Brasil recente – 1964-1992**. São Paulo: Ática, 2006.

FONTES. Maria Virginia. **O Brasil e o capital-imperialismo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

GONÇALVES. Reinaldo. **Balanço crítico da economia brasileira nos governos do Partido dos Trabalhadores**. Disponível em: <www.ie.ufrj.br/hpp/.../r_goncalves_**balanco_critico**_12_05_2013.pdf > Acesso em: 3 set. 2013.

GUIOT. André Pereira. **Sociedade Civil e hegemonia burguesa**: o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social nos governos Lula da Silva. Disponível em: <http://www.cdes.gov.br/estudo/26198/sociedade-civil-e-hegemonia-burguesa-o-cdes-nos-governos-lula-da-silva.html>. Acesso em: 16 out 2012.

GRACIOLLI. Edilson José; TOITIO, Rafael. Dias. **Responsabilidade social empresarial e disputa por hegemonia**: O caso do Instituto Algar. Disponível em: <*www.seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/article/*> Acesso em: 23 abr. 2012.

GRAMSCI. Antonio. Alguns temas sobre a questão meridional. In: _____. **A questão meridional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. Americanismo e Fordismo. In: _____. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 4.

_____. Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais In: _____. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v.2.

_____. Às margens da história (História dos grupos sociais subalternos) In:_____ **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v.5.

_____.Introdução ao estudo da filosofia. In: _____. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. v.1.

_____. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política In:_____. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v.3.

_____. Risorgimento Italiano. In: _____. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v.5.

GROS, Denise Barbosa**. Institutos Liberais e neoliberalismo no Brasil da nova república.** 2003. 252f Tese (Doutorado em Ciências Sociais)- Unicamp.

IBGE. **As Fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2010**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.gife.org.br/arquivos/publicacoes/25/FASFIL%202010.pdf> Acesso em 10 jun. 2013.

IPEA. **Bondade ou interesse?** Como e por que as empresas atuam no social. Brasília, 2001. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em: 02 ago. 2013

_____. **A iniciativa privada e o espírito público**: um retrato da ação social das empresas no Brasil. Brasília, 2003. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em: 02 ago. 2013.

_____. **A iniciativa privada e o espírito público:** a evolução da ação social das empresas privadas no Brasil. Brasília, 2006. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em: 02 ago. 2013.

JESUS. Antonio Tavares. **Educação e hegemonia**: no pensamento de Antonio Gramsci. São Paulo: Cortez, 1989.

LIGUORI. Guido. Estado e sociedade civil. In: COUTINHO, Nelson Carlos; TEIXEIRA. Andréa de Paula. (Org). **Ler Gramsci para entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Roteiros para Gramsci**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

LOBO, Thereza. **Comunidade solidária**: estratégia para desenvolvimento social. VII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Lisboa, Portugal, 8-11 Oct. 2002.

MACIEL. David. **A Argamassa da ordem**: da ditadura militar à nova república (1975 – 1985). São Paulo: Xamã, 2004.

MARTINELLI. Antônio Carlos. Empresa-Cidadã: uma visão inovadora para uma ação transformadora. In: IOSCHPE, Evelyn. (Org.) **Terceiro setor:** desenvolvimento social sustentado**.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

MARTINS. André Silva. **A direita para o social:** educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo. Juiz de Fora: UFJF, 2009.

MONAL. Isabel. Gramsci, a sociedade civil e os grupos subalternos. In: COUTINHO, Nelson Carlos; TEIXEIRA. Andréa de Paula. (Org). **Ler Gramsci para entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MONTAÑO, Eduardo Carlos. **Terceiro setor e questão social***:* crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2006.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **A reforma do Estado dos anos 90:** lógica e mecanismo de controle, 1997. Disponível: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/publicacao/seges/PUB_Seges_Mare_caderno01.PDF> Acesso em 13 abr 2011.

PORTELLI. Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PINHEIRO. Jair. **As classes trabalhadoras em movimento**: alguns aspectos teóricos. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/neils/downloads/v17_18_jair.pdf>. Acesso em: 18 maio 2011.

ROIO, Marcos Tadeu Del - Gramsci contra o Ocidente**.** In: AGGIO. Aberto. (Org.). **Gramsci a vitalidade de um pensamento**. São Paulo: UNESP, 1998.

_____. Gramsci e a emancipação do subalterno. **Revista de Sociologia Política,** Curitiba, 29, p.63-78, nov. 2007.

SILVA. Edilene da Cruz - A questão da hegemonia e os processos políticos do Ocidente em Gramsci. In: ROIO. Marcos Tadeu Del. (Org.) **Aspectos de Gramsci**. Marília: Oficina Universitária UNESP, 2009.

_____.**Hegemonia e revolução passiva: aspectos** do pensamento político de Antonio Gramsci. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). UNESP/Marília, 2003.

SILVA, Ilse Gomes. **Participação popular e "reforma" do Estado brasileiro nos anos 1990**: contradições e impasses. 2001. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). PUC-SP.

SIMIONATTO. Ivete. A cultura do capitalismo globalizado. Novos consensos e novas subalternidades. In: COUTINHO, Nelson Carlos; TEIXEIRA. Andréa de Paula. (Org). **Ler Gramsci para entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SEMERARRO. Giovanni. **Gramsci e a sociedade civil:** cultura e educação para a democracia. Rio de Janeiro: Editora Vozes LTDA, 1999.

SOUZA. Silvana Aparecida. **Educação, trabalho voluntário e "responsabilidade social empresarial"**. São Paulo: Xamã, 2013.

_____.Trabalho voluntário e responsabilidade social da empresa na Educação: Uma questão de boa vontade? In: ADRIÃO. Theresa; PERONI. Vera. (Org.). **Público e privado na educação:** novos elementos para o debate. São Paulo: Xamã, 2008.

TORRES, Ciro. **Fórum de Responsabilidade e Balanço Social: coletânea de textos. SESI,** 2003.

TELLES, Vera Silva. **Pobreza e cidadania**. São Paulo: Ed. 34 anos, 2001.

YAZBEK, Maria. Carmelita. Assistência Social Brasileira: limites e possibilidades na transição do milênio. **Cadernos Abong**, n.30, p.39-54, 2001.

Materiais Pesquisados

FIESP–CIESP. São Paulo, 2003. **Responsabilidade social empresarial**: panorama e perspectivas. Disponível em: <http://www.uniethos.org.br/_Uniethos/Documents/rse2003_parte1.pdf> Acesso em: 18 fev. 2013.

GIFE - São Paulo, 2000. **Investimento social na mídia – discurso e imagem do investimento social na imprensa brasileira**. Disponível em: <http://www.gife.org.br/arquivos/publicacoes/5/Investimento%20Social%20na%20Idade%20M%C3%ADdia.pdf>.> Acesso em: 15 nov. 2012.

GIFE – São Paulo, 2003. **Guia de investimento social privado em educação**. Disponível em: <http://www.gife.org.br/arquivos/publicacoes/8/LIVRO_FINAL.pdf> Acesso em: 10 mar. 2012.

GIFE - São Paulo, 2004. **Guia sobre parcerias e alianças em investimento social privado:** Um caminho estratégico. ISBN: 8588462079

GIFE – São Paulo, 2006. **Censo Gife/educação**. Disponível em: <http://www.gife.org.br/arquivos/publicacoes/12/Censo%20GIFE%20educa%C3%A7%C3%A3o.pdf> Acesso em: 10 mar. 2012.

GIFE - São Paulo, 2007. **Como divulgar as ações sociais de empresas**. Disponível em: <http://www.gife.org.br/arquivos/publicacoes/13/gife_livro_final.pdf> Acesso em: 27 mar. 2012.

GIFE – São Paulo, 2009. **Censo Gife, 2008**. Disponível em: <http://www.gife.org.br/arquivos/publicacoes/2/Censo%20GIFE%202007-2008.pdf> Acesso em 6 set. 2012.

GIFE- São Paulo, 2009. **Censo Gife/juventude, 2008.** Disponível em: <http://www.gife.org.br/arquivos/publicacoes/2/Censo%20GIFE%202007-2008.pdf> Acesso em 6 set. 2012.

GIFE- São Paulo, 2009. **Guia de melhores práticas de governança para fundações e institutos empresariais**. Disponível em: <http://www.gife.org.br/arquivos/publicacoes/17/2009_Guia_de_Governan%C3%A7a.pdf> Acesso em: 15 jul. 2012.

GIFE - São Paulo, 2010. **Aliança Capoava**. Responsabilidade Social Empresarial: Por que o Guarda-Chuva ficou pequeno? Disponível em:<http://www.gife.org.br/arquivos/publicacoes/21/alian%C3%A7a_capoava_2010.pdf> Acesso em: 12 jan. 2013.

GIFE- São Paulo, 2010. **Visão investimento social privado**. Disponível em: <http://www.gife.org.br//arquivos/geral/VISAO%20ISP%202020%20-%20FINAIS.pdf> Acesso em: 7 jun. 2013.

GIFE- São Paulo, 2012. **Estatuto social**. Disponível em: <http://www.gife.org.br//arquivos/geral/EstatutoGIFE.pdf> Acesso em: 18 maio 2012.

GIFE- São Paulo, 2013. **Código de ética**. Disponível em: <http://www.gife.org.br/arquivos/geral/CodigoEtica/codigoetica.pdf> Acesso em: 18 maio 2012.

GIFE- São Paulo, 2000. **Relatórios de atividades.** Disponível em: <http://www.gife.org.br/arquivos/geral/prestacaocontas/relatorio2000.pdf> Acesso em 24 abr. 2012.

GIFE- São Paulo, 2001. **Relatórios de atividades**. Disponível em: <http://www.gife.org.br/arquivos/geral/prestacaocontas/relatorio2001.pdf> Acesso em 24 abr. 2012.

GIFE- São Paulo, 2002 **Relatórios de atividades**. Disponível em: <http://www.gife.org.br/arquivos/geral/prestacaocontas/relatorio2001.pdf> Acesso em: 25 abr.2012.

GIFE- São Paulo, 2003. **Relatórios de atividades**. Disponível em: <http://www.gife.org.br/arquivos/geral/prestacaocontas/relatorio2003.pdf> Acesso em 25 abr. 2012.

GIFE- São Paulo, 2004. **Relatórios de atividades**. Disponível em: <www.gife.org.br/arquivos/geral/prestacaocontas/relatorio2004.pdf> Acesso em: 25 abr 2012.

GIFE- São Paulo, 2006. **Relatórios de atividades**. Disponível em: <http://www.gife.org.br/arquivos/geral/prestacaocontas/relatorio2006.pdf> Acesso em: 28 abr 2012.

GIFE- São Paulo, 2007. **Relatórios de atividades**. Disponível em:<http://www.gife.org.br/arquivos/geral/prestacaocontas/relatorio2007.pdf> Acesso em: 28 abr 2012.

GIFE- São Paulo, 2008. **Relatórios de atividades**. Disponível em:<http://www.gife.org.br/arquivos/geral/prestacaocontas/relatorio2008.pdf> Acesso em: 6 maio 2012.

GIFE- São Paulo, 2009. **Relatórios de atividades**. Disponível em: <http://www.gife.org.br/arquivos/geral/prestacaocontas/relatorio2009.pdf> Acesso em: 6 maio 2012.

GIFE- São Paulo, 2010. **Relatórios de atividades**. Disponível em: <http://www.gife.org.br//arquivos/geral/RELATORIO%20ANUAL%202010.pdf> Acesso em: 16 maio 2012.

GIFE- São Paulo, 2011 **Relatórios de Atividades**. Disponível em: <www.gife.org.br//arquivos/geral/Relat%C3%B3rio%20de%20Atividades%202011_baixa.pdf> Acesso em: 16 maio 2012.

GIFE- São Paulo, 2012. **Relatórios de atividades**. Disponível em: http://www.gife.org.br//arquivos/geral/Relat%C3%B3rio_2012.pdf Acesso em: 18 maio 2013.

GIFE- São Paulo, 2013. **Censo Gife 2011-2012** Disponível em: **<**http://www.gife.org.br/arquivos/publicacoes/28/Censo%20GIFE%202011-2012.pdf> Acesso em: 5 dez. 2013.

INSTITUTO ETHOS. São Paulo, 1999. O **que as empresas podem fazer pela educação?** Disponível em: <http://www3.ethos.org.br/cedoc/o-que-as-empresas-podem-fazer-pela-educacao-novembro1999/#.UxVIGuNdXfI> Acesso em: 4 jan. 2013.

INSTITUTO ETHOS. São Paulo, 1999. **O que as empresa podem fazer pela erradicação da pobreza.** Disponível em: http://www3.ethos.org.br/cedoc/o-que-as-empresas-podem-fazer-pela-reabilitacao-do-preso-novembro2001/#.UxVIo-NdXfI Acesso em: 4 jan. 2013.

INSTITUTO ETHOS. São Paulo, 2001. **Como as empresas podem implementar programas de voluntariado.** Disponível em:<http://www.uniethos.org.br/_Uniethos/Documents/MnVoluntariado.pdf> Acesso em: 7 marc. 2011.

INSTITUTO ETHOS. São Paulo, 2001. **Reflexão**. Os novos desafios da responsabilidade social empresarial. Ano 2, n. 5 Disponível em: <http://www.uniethos.org.br/_Uniethos/Documents/reflexao_05.pdf> Acesso em: 16 jul. 2012.

INSTITUTO ETHOS. São Paulo, 2003. **Como as empresas podem apoiar e participar do combate à fome.** Disponível em:<http://www3.ethos.org.br/cedoc/como-as-empresas-podem-apoiar-e-participar-do-combate-a-fome-fevereiro2003/#.UxVJm-NdXfI> Acesso em: 10 jan 2013.

INSTITUTO ETHOS. São Paulo, 2005. **O compromisso das empresas com o meio ambiente: a agenda ambiental das empresas e a sustentabilidade da economia florestal**. Disponível em: <http://www3.ethos.org.br/cedoc/o-compromisso-das-empresas-com-o-meio-ambiente-maio2005/#.UxVKWONdXfI> Acesso em: 10 jan. 2013.

INSTITUTO ETHOS. São Paulo, 2006. **Responsabilidade social empresarial nos processos gerenciais e nas cadeias de valor**. Disponível em: <http://www3.ethos.org.br/cedoc/responsabilidade-social-empresarial-nos-processos-gerenciais-e-nas-cadeias-de-valor-junho2006/> Acesso em: 11 jan. 2013.

INSTITUTO ETHOS. São Paulo, 2006. **Empresas & imprensa:** "pauta de responsabilidade" analisa o espaço e a importância que a mídia impressa reserva à responsabilidade social empresarial. Disponível em: <http://www3.ethos.org.br/cedoc/empresas-e-imprensa-pauta-de-responsabilidade-uma-analise-da-cobertura-jornalistica-sobre-a-rse/#.UxXyG-NdXfI> Acesso em: 11 jan. 2013.

INSTITUTO ETHOS. **Pesquisa 2005**: responsabilidade social das empresas, percepção do consumidor brasileiro. Disponível em: <http://www.akatu.org.br/Content/Akatu/Arquivos/file/Publicacoes/6PESQUISA2005.pdf > Acesso em: 10 jun. 2013.

INSTITUTO ETHOS. São Paulo, 2008. **Relatório de sustentabilidade instituto Ethos e Uniethos.** Disponível em: <http://www3.ethos.org.br/cedoc/relatorio-de-sustentabilidade-instituto-ethos-e-uniethos-2008/#.UxX6teNdXfI> Acesso em: 19 jan 2013.

INSTITUTO ETHOS. São Paulo. 2008. **Práticas e perspectivas da responsabilidade social empresarial no Brasil.** Disponível em: <http://www3.ethos.org.br/cedoc/praticas-e-perspectivas-da-responsabilidade-social-empresarial-no-brasil-2008-julho-2009-temas-subtemas-e-praticas/#.UxX0D-NdXf> Acesso em: 12 jan. 2013

INSTITUTO ETHOS. São Paulo, 2011. **Plataforma por uma economia inclusiva, verde e responsável**. Disponível em: <http://www3.ethos.org.br/cedoc/plataforma-por-uma-economia-inclusiva-verde-e-responsavel-fevereiro-2011/#.UxX9l-NdXfI> Acesso em: 5 abr 2011.

INSTITUTO ETHOS. São Paulo, 2012. **Plarse: a experiência de um programa pela RSE na América Latina.** Disponível em: <http://www3.ethos.org.br/cedoc/plarse-a-experiencia-de-um-programa-pela-rse-na-america-latina/#.UxX-XONdXfI> Acesso em: 10 out 2013.

INSTITUTO ETHOS. São Paulo, 2013. **Estatuto social**. Disponível em: <http://www3.ethos.org.br/conteudo/gestao/estatuto/#.UsnU5NJDvfI> Acesso em: 5 out. 2013.

INSTITUTO ETHOS. **O Instituto Ethos**. São Paulo. Disponível em: <http://www3.ethos.org.br/conteudo/gestao-socialmente-responsavel/valores-transparencia-e-governanca/#.UshjhdJDvfI> Acesso em: 07 jun.2012

INSTITUTO ETHOS. **O Instituto Ethos**. Disponível em: Instituto Ethos. Visão <http://www3.ethos.org.br/conteudo/sobre-o-instituto/visao/#.UsiohtJDvfI> Acesso em: 01 ago. 2013.

INSTITUTO ETHOS. **O Instituto Ethos**. Gestão. Estatuto Social. Disponível em: <http://www3.ethos.org.br/conteudo/gestao/estatuto/#.UsibitJDvfI> Acesso em: 25 ago 2013.

INSTITUTO ETHOS. **Home.** Perguntas frequentes. Disponível em: <http://www.uniethos.org.br/DesktopDefault.aspx?TabID=3344&Alias=ethos&Lang=pt-BR> Acesso em: 08 set. 2013.

INSTITUTO ETHOS. **O Instituto Ethos**. São Paulo. Princípios e compromissos. Disponível em: <http://www3.ethos.org.br/conteudo/sobre-o-instituto/principios-e-compromissos/#.Usisn9JDvfI> Acesso em: 15 ago. 2013.